

# **NO TEMPO EM QUE OS HOMENS USAVAM CHAPÉUS**

**UMA ABORDAGEM À RESISTÊNCIA OPERÁRIA NA MARINHA  
GRANDE DURANTE O ESTADO NOVO**

**Maria Paula de Sousa Pereira Nogueira Antunes**

---

**Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia,  
Poder e Identidade, realizada sob a orientação científica da  
Professora Doutora Paula Godinho**

**FEVEREIRO DE 2010**



## **DEDICATÓRIA**

A Manuel Pereira Nogueira meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Não deixa de ser significativo, que esta página de agradecimentos, surja por imperativos normativos no início deste trabalho escrito, quando na realidade foi a última a ganhar forma. Por isso, ela encerra um ciclo. Mas abre também o caminho para um trabalho, cujas palavras são minhas, mas que a todos é devedor. Os caminhos da vida ganham riqueza em cada cruzamento, em cada paragem, em cada partida, à medida que a bagagem transporta o saber, a emoção, a humildade, a força, a coragem, o medo, que desses encontros resultaram.

Num trabalho alicerçado na memória, é agora vez de dar voz à minha própria memória, para agradecer a todos os que contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar à Professora Doutora Paula Godinho. A ela cabe um múltiplo agradecimento. Existem professores que nos ensinam. Existem outros, que para lá de nos ensinarem nos inspiram. Assim é a Professora Paula Godinho. Dela, encontro na memória construída nos bancos da universidade, o sorriso com que dava as aulas, misto de conhecimento e de prazer. A ela agradeço a erudição, o empenho, a forma atenta ao detalhe e pronta na resposta com que acompanhou o meu trabalho. Agradeço também a confiança demonstrada e o estímulo afectuoso com que me acompanhou na descoberta de novos caminhos. E porque a amizade não se agradece, a ela lhe fico devedora.

Àqueles sem os quais este trabalho não teria existido, mais do que um agradecimento, aqui deixo uma dívida de gratidão e um profundo respeito. Sem o vosso saber, sem o vosso desnudar de vida, de sonhos, de coragem, de tristezas e de lutas este trabalho não teria existido.

Em primeiro lugar Francisco Sousa que desde o primeiro dia me ajudou, me ensinou, me mostrou o que quer dizer coragem e integridade. Digo primeiro dia, porque este trabalho se deve a ele, uma vez que a vontade de o fazer nasceu de um nosso primeiro encontro.

Agradeço a Lenine Moiteiro que de uma forma constante acedeu a partilhar comigo a sua vida, e a reviver momentos de dor e sofrimento

Agradeço a Júlia Santos o ter-me aberto as portas de sua casa, ter-me franqueado a entrada no Movimento Democrático das Mulheres e ter também partilhado comigo a memória de momentos importantes da sua vida.

Agradeço a Alda Torneira, Esmeralda Serrão e Hermínia Sousa os testemunhos de vida.

Agradeço a Júlio Pereira a disponibilidade para partilhar comigo as memórias do seu trabalho.

Agradeço a Sérgio Moiteiro e Etelvina que se disponibilizaram a prestar-me todos os esclarecimentos, bem como a terem-me facultado bibliografia e documentos existentes no Sindicato.

Agradeço a Deolinda Bonita a partilha de conhecimentos, e as histórias vividas no passado.

Agradeço a Fátima Ribeiro e Goretti Moinho, minhas colegas de profissão, a ajuda nos trabalhos da escola que me libertaram para esta investigação.

Por ultimo àqueles que são a razão de ser da minha vida. À minha mãe Benilde Fernanda agradeço a vida, o amor que sente por mim e peço-lhe desculpa pelas horas que não passo junto dela. Ao Pedro Jorge e Sandra Alves, meus companheiros no futuro, agradeço o apoio e o constante incentivo. Ao Adelino meu companheiro na vida, agradeço a disponibilidade, a atenção o respeito por esta minha forma de estar na vida, e principalmente a companhia em cada novo amanhecer. Aos meus filhos, Pedro, Rita, Raul e à pequenina Ana, agradeço a vossa existência, o facto de serem como são e da forma como orgulham os meus dias. A todos agradeço os mimos que me dão.

**NO TEMPO EM QUE OS HOMENS USAVAM CHAPÉU**- Uma abordagem à resistência operária na Marinha Grande durante o Estado Novo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marinha Grande, 18 de Janeiro, Resistência, Identidade, Trabalho, Memória, Operariado.

### **RESUMO**

Na Marinha Grande, a reunião de um conjunto de factores, entre os quais a existência de uma memória local, construída com base em redes familiares, sociais e laborais, permitiram que ali acontecessem, durante o período do Estado Novo, um conjunto de movimentos, de várias índole, que configuravam uma permanente resistência ao regime que então vigorava em Portugal.

Partindo de um momento primordial, o “18 de Janeiro de 1934”, e com base nas histórias de vida de quem protagonizou os referidos movimentos, pretende-se mapear a forma como a nível local é vivida esta dialéctica, que conjuga a realidade local, as orientações emanadas de um partido político, face a um Estado eminentemente totalitário, bem como, ver a forma como no presente esses movimentos se constituem como um importante reportório, sujeito a reapropriações várias e passível de novas reactivações.

**KEYWORDS :** Marinha Grande, 18th January , Resistance , Identity, Work, Memory, Working classes.

### **ABSTRACT**

In Marinha Grande, the meeting of a number of factors, including the existence of a local memory, built on social, familiar and working networks, allowed there the happening, during the period of the «Estado Novo», of a set of entries, of various kinds, that configured a constant resistance to the political regime then applied in Portugal.

Starting from a primordial moment, the "18<sup>th</sup> January 1934", and based on the life stories of those who participated in those entries, the aim is to map the way how at a local level this dialectic, that combines the local reality and the guidelines emanating from a political party, against a totalitarian State, is lived, as well as eminently, see how these entries constitute an important repertoire, subject to new appropriations and active renovations.

# Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. O Tema .....	1
1.2. Os Métodos .....	6
1.3. O Enquadramento .....	9
<b>2. Deus, Pátria e Família .....</b>	<b>15</b>
2.1. O Estado Novo e os seus Instrumentos .....	16
2.2. O Económico e o Social.....	21
2.3. O Aparelho Repressivo .....	25
<b>3. Soprando pela Vida .....</b>	<b>28</b>
<b>4. 18 de Janeiro de 1934.....</b>	<b>36</b>
<b>5. Pela Mão dos Livros.....</b>	<b>43</b>
5.1. “O Regime por detrás das palavras” .....	44
5.2. Palavras Censuradas .....	46
5.3. O Avante.....	48
5.4. Nós, Por Cá... ..	51
<b>6. Uma coisa enraizada .....</b>	<b>54</b>
<b>7. Só nasci logo após o 18 de Janeiro .....</b>	<b>63</b>
<b>8. A Prisão .....</b>	<b>72</b>
8.1. Às vezes o dia começa sem o Sol nascer.....	72
8.2. Quando um homem ouve as pestanas a bater .....	76
8.3. Entre Quatro Paredes .....	79
8.3.1. A Deportação.....	79
8.3.2. O Tarrafal.....	80

8.3.3.	O que era de um era de todos .....	83
8.3.4.	Quotidiano Prisional .....	84
<b>9.</b>	<b>Mostrar para não esquecer.....</b>	<b>87</b>
<b>10.</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>91</b>
<b>11.</b>	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>94</b>

# 1.INTRODUÇÃO

## 1.1. *O Tema*

O trabalho que a seguir se apresenta, aborda um conjunto de movimentos sociais que ocorreram na Marinha Grande durante o Estado Novo.

Segundo Margarida Fernandes (2006) a designação de movimento social é atribuída a todo um conjunto de acções que revelam “protesto” face a uma situação vigente, bem como a tentativa de a alterar.

Estes movimentos configuram formas de resistência, desenvolvendo-se no seio da comunidade que os gerou, e ao mesmo tempo, criou condições para o seu desenvolvimento. Estas formas de resistência nem sempre se traduzem em confrontos activos, realizados em acções concretas por actores principais. Podem não ser mais do que um simples manter de segredos, um pequeno acto de negligência ou omissão, um preparar de pequenas acções que de uma forma camuflada minem ou atenuem o terreno a que se quer resistir. Podem também traduzir-se em simples ajudas materiais que vão desde o fornecimento de alimentos à criação de locais de encontro ou esconderijo. Resistente não é só aquele que enfrenta, é também, aquele que vai preparar o caminho. Esse conjunto de actores secundários integrando o grupo dos subordinados da sociedade, apropria-se das situações e encaminha-as no sentido dos seus interesses. Utilizam, como defende James Scott (1990), o registo escondido, uma forma daquilo que este autor designa como infra-político.

O título que escolhi “**No tempo em que os homens usavam chapéus** - Uma abordagem à resistência operária na Marinha Grande durante o Estado Novo”, remete-nos para um tempo passado, que imprimiu marcas no corpo e na alma. Um tempo, em que a identidade era escondida, mesmo que fosse com o recurso a um simples chapéu. Remete-nos também, para um espaço e para um grupo específico, os operários vidreiros da Marinha Grande.

A Marinha Grande tinha sido até aos finais do século XVIII, um lugar onde a terra era pouco produtiva, e o trabalho dos homens se circunscrevia ao trabalho que o Pinhal de Leiria proporcionava. A criação da primeira fábrica de vidro, mais do que fonte de



rendimento para os homens, tornou-se esperança de vida e semente para uma nova terra e um novo futuro.

Contudo, a laboração numa fábrica de vidro reveste-se de características próprias. Aliadas aos extensos horários, à má alimentação, ao analfabetismo generalizado, estavam as condições que esse trabalho exigia: as altas temperaturas junto aos fornos, o esforço que o soprar do vidro impunha, o trabalho infantil que um conhecimento adquirido hierarquicamente, e que a sociedade, a política e a justiça não condenavam. Se a vivência territorial proporcionou coesão a esses trabalhadores do vidro, é no entanto o que se passa no interior da fábrica que lhes confere uma importância marcada pela qualificação técnica. Os vidreiros constituem-se como um grupo que sendo fortemente hierarquizado em função do saber que detém, é também altamente coeso, coesão essa utilizada na relação com o exterior.

Quase dois séculos passados, havia na Marinha Grande cinquenta por cento da população activa ligada a esta actividade (Censos de 1981), a que se seguiu um processo de desvitalização e uma posterior patrimonialização. A actividade vidreira torna-se um emblema local, no qual assenta a identidade, pelo que é frequente ainda hoje ouvir-se aos mais velhos “*na Marinha Grande quem não sopra já soprou*”.

Segundo Marques (1996), são dois os temas estruturantes presentes no discurso destes operários. Um, está relacionado com os aspectos materiais ligados ao quotidiano do trabalho, o outro é relativo à afirmação do grupo como tal, consciente não só dos seus interesses, mas também da sua própria força.

Se por um lado o primeiro tema nos dá a conhecer os operários como sujeitos a uma condição que lhes é imposta, por outro, o segundo tema aponta claramente para os operários como agentes construtores da mudança. Por não pertencerem às elites nem a órgãos do poder, é através de movimentos de tipo variado que vão operar essa mudança.

Os primeiros momentos aconteceram em alturas em que o trabalho faltava e em que a fome se tornava insustentável. Então rumavam a Leiria, apelando junto do Governo Civil. A Marinha Grande parecia estar num certo isolamento, não só geográfico (muitas das linhas de acesso ao exterior foram construídas pelos próprios vidreiros quando o trabalho faltava), mas também social. Por isso ao longo do tempo foi marginalizada pelos centros do poder. Esta marginalização levou ao fomento de um poder operário e a uma maior consciência de classe, assente numa condição operária mas também de um localismo, mercê das condições referidas. Assim em 1907 é criado o Recurso Operário, uma associação mutualista que tinha por função proporcionar assistência médica e monetária aos seus associados. Em 1917 é

criada a primeira Associação de Classe, a dos Manipuladores de Vidro. Em 1919 Surge a Associação de Classe dos Garrafeiros e em 1924 a Associação de Classe dos Cristaleiros (MARQUES, 1997)

Passado o período da 1ª Guerra Mundial, em que se verificou uma grande expansão do sector, tem início na década de 20 uma grave crise, geradora de desemprego, devido não só à sobre-produção dos anos anteriores, à perda do monopólio que a Fabrica Real detinha, mas também devido a alterações ao nível da conjuntura internacional.

Se a instauração da ditadura contribuiu para diminuir a capacidade reivindicativa dos vidreiros, a criação do sindicato levou à união das várias Associações de Classe existentes anteriormente e que tinham surgido como necessidade de auto protecção.

O papel do sindicato, cujos dirigentes eram maioritariamente membros do Partido Comunista, foi decisivo no extrapolar das lutas com um carácter laboral, para outras de âmbito mais vasto, travadas pelos trabalhadores e que antecederam o 18 de Janeiro

O 18 de Janeiro de 1934 constituiu para os marinhenses um momento épico que marcou a posição da Marinha Grande face ao Estado Novo despoletando da parte deste uma atenção, vigilância e repressão que criam uma nítida ruptura com o passado.

Marques refere *“Na verdade, de há muito que o peso identitário do 18 de Janeiro e da presença e importância dos vidreiros na Marinha Grande ultrapassou o grupo profissional em causa e passou a integrar uma narrativa muito mais vasta, proferida em nome de toda a comunidade.”* (MARQUES, 1996:62)

Nos anos que se seguiram desenvolveu-se na Marinha Grande uma consciência política. Como salienta Godinho, no caso do Couço *“A cultura de resistência, reificada através das configurações dos momentos de acção colectiva que ajudam no presente a edificar os momentos épicos do passado constitui uma espécie de caixa de ferramentas [...] que confere ao presente um reportório que permite reactivar em conjunturas determinadas novas formas de actuação.”* (GODINHO, 2004:94)

O Partido Comunista Português vai desempenhar uma função importante na consciencialização e na organização das populações. Assente em núcleos restritos, mas de densa sociabilidade como são as famílias, os vizinhos e os colegas de trabalho, a sua implantação fez-se na Marinha Grande pelo processo de bola de neve. O aumento de vigilância e repressão por parte do Estado Novo, obrigou a um redobrar de cuidados, onde a clandestinidade se impõe e a prisão está sempre eminente.

Assim, com a realização deste trabalho, procurarei responder à seguinte pergunta de partida: De que forma é vivida ao nível local esta dialéctica que conjuga por um lado a percepção que cada um tem do meio local em que está inserido e das redes sociais, culturais e laborais que o penetram e por outro das orientações emanadas de um partido político e por um sindicato?

A natureza dos movimentos que tiveram lugar na Marinha Grande, torna difícil a sua delimitação no tempo e no espaço. Assim, se bem que o objecto de estudo se encontre circunscrito ao tempo do Estado Novo, importa procurar a montante as acções e circunstâncias que o geraram, bem como os processos de desarticulação dum modo de vida anterior, posteriormente emblematizados e patrimonializados. Desde logo a dicotomia nós/eles, clarificadora dos campos em jogo, e da sua ligação não só aos meios de produção como ao poder instituído. Com a mesma origem semântica de amnésia podemos encontrar o termo “amnistia”, que na sua forma mais lata significa perdão. Paradoxalmente, ao invés desse esquecimento e desse perdão, sobressai entre aqueles que viveram os anos da ditadura na Marinha Grande, uma obrigação de recordar.

Os regimes totalitários nos quais o Estado Novo se enquadra edificam uma ideologia hegemónica que vai tentar promover o esquecimento de tudo aquilo que não se integra nessa ideologia, criando uma espécie de “amnésia”. Todavia, essa amnésia vai confrontar-se com memórias grupais, subalternizadas e clandestinas, que vão servir de suporte à resistência, seja num formato encapotado, seja impondo-se, em momentos cruciais, na esfera pública. Dessa recordação pode advir um novo olhar sobre o passado, complementar do olhar histórico, que de certa forma relata a mesma história, mas vista pelos olhos de quem a viveu como subordinado.

Assim, este trabalho consta de uma introdução que aborda: o tema, onde se explicita o problema de partida para este estudo, os seus objectivos, bem como a enumeração das suas várias etapas. De seguida são apresentados os métodos, onde, para além da indicação das técnicas utilizadas para a sua realização, se apontam as razões para a sua escolha. Por último o enquadramento, que procura fazer uma fundamentação teórica aos assuntos abordados no trabalho.

O primeiro capítulo é dedicado ao Estado Novo. Intitula-se “Deus Pátria e Família”. Neste capítulo de uma forma muito sintética, procura-se, passar o olhar por aquilo que representou em Portugal o Estado Novo, assente numa Nova Ordem, corporativa e cristã. Assim, neste capítulo são aflorados temas como “O estado Novo e os seus instrumentos”, “O

económico e o social” e o “Aparelho repressivo”. A opção da escolha de um capítulo dedicado ao Estado Novo, para iniciar o trabalho, prende-se com uma questão de escala. A realidade vivida na Marinha Grande só se pode entender, tendo em conta, por um lado, o resto de realidade portuguesa e internacional, e, por outro, a existência a nível local de um conjunto de condições propiciadoras para a emergência de um “localismo”, no sentido que lhe foi atribuído por Signorelli (1999).

No segundo capítulo “Soprando pela Vida” procurarei perceber como a implementação da indústria vidreira, suas redes sócias, laborais e de vizinhança contribuíram para a emergência deste localismo, e evidenciar o papel das Associações de Classe, para a emergência de um “nós”, construtor de uma identidade.

O 18 de Janeiro de 1934 é o enfoque do terceiro capítulo, averiguando as razões pelas quais este movimento, se bem que integrado noutro mais vasto de nível nacional, teve na Marinha Grande um carácter único, edificado na memória como primordial e analisando as implicações que este movimento teve ao nível local nos anos que se seguiram.

O quarto capítulo intitula-se “Pela mão dos livros”. Paradoxalmente, um país com um tão alto grau de analfabetismo, tem na palavra escrita, uma importante arma de resistência. Neste capítulo, procura-se em primeiro lugar evidenciar os paradigmas culturais que estavam subjacentes a uma literatura veiculada pelo regime, perpetuando os ideais que não só o propagandeavam, como também o legitimavam. Este aspecto é tratado no sub capítulo “O regime por detrás das palavras”. Paralelamente a esta literatura, surge, pela mão dos neo-realistas, uma outra denunciadora da realidade portuguesa, sobre a qual a censura actuou ferozmente. Quando no princípio da década de 40, o PCP lança o Avante, está criado um importante meio de divulgação do aparelho comunista em Portugal, constituindo a sua leitura uma aproximação ao grupo, conforme se aborda no sub capítulo “O Avante.” Por fim em “Nós por cá...”, pretendeu-se ver, a nível local qual a importância da leitura, da escolaridade e de outras formas de alfabetização na tomada de posições e no modo como os homens olhavam e entendiam a vida, bem como da palavra escrita na construção e se manutenção dos núcleos de resistência, inseridos numa vida colectiva.

“Uma coisa enraizada” é o título do quinto capítulo. Nele, e paralelamente à história do PCP, salientam-se a importância da existência de uma memória local, de redes familiares e laborais, bem como, da existência de factores conjunturais, no qual o 18 de Janeiro se insere, no contágio ideológico, bem como entender quais as formas de organização a que estavam vinculados.

O sexto capítulo é pensado no feminino. Intitula-se “Só nasci logo após o 18 de Janeiro”. Aqui, e tendo em conta, que as mulheres foram reconhecidamente subalternizadas pelo Estado Novo, e apesar de um discurso de igualdade, também pelo PCP, procuro fazer-se uma viagem ao universo feminino. Partindo das histórias de vida, conta-se a história de algumas destas mulheres, que na Marinha Grande assumiram o lugar dos homens, resistiram e sofreram com eles.

O sétimo capítulo, intitulado “A Prisão” é dividido em vários sub capítulos. Em “Às vezes o dia começa sem o sol nascer”, tratarei o momento da detenção, fazendo um paralelo entre as detenções efectuadas na sequência do 18 de Janeiro, e as protagonizadas pelos meus informantes, relatadas nas suas histórias de vida. Depois, e recorrendo à mesma metodologia, abordou-se o interrogatório em “Quando um homem ouve as pestanas bater”. E, por fim, “Entre as quatro paredes”, que nos remete para a situação de prisão propriamente dita, em virtude de ocorrer após o julgamento. Procurarei fazer um périplo pelos vários estabelecimentos prisionais do Estado Novo, onde estiveram resistentes da Marinha Grande, bem como descrever os seus quotidianos prisionais.

No último capítulo abordarei o processo de patrimonialização, que na Marinha Grande se regista em duas frentes. Uma, mais local relativa à identidade vidreira, que tem ocorrido já desde a última década, com a criação do Museu do Vidro, e duma rota do Vidro. Outra, se bem que de nível local tem referentes nacionais, por exemplo o caso do Forte de Peniche, antigo estabelecimento prisional e agora museu. Na Marinha Grande, desde o 25 de Abril que o 18 de Janeiro é comemorado, culminando-se com a criação da Casa Museu 18 de Janeiro.

Por último, e em jeito de conclusão será feita uma reflexão sobre as várias pistas que o trabalho abriu. Sobre aquelas a que se encontrou um fim. Sobre aquelas onde ainda há caminho a percorrer e sobre outras, que apesar de não previstas se impuseram ao longo do trabalho.

## **1.2. Os Métodos**

Os movimentos sociais podem inscrever-se naquilo a que Marcel Mauss chamou de factos sociais totais. Se isto é facilmente perceptível nas grandes rebeliões onde é possível

apontar o dedo aos protagonistas, quais actores principais, também o é, quando a resistência assume formas encapotadas. Aqui, a inexistência de actores principais, exponencia o número de actores secundários e de outros que, sendo figurantes, participam também no processo.

Desta forma, trabalhar sobre movimentos sociais exige uma pesquisa bibliográfica pluridisciplinar, uma vez que estes movimentos só podem ser entendidos na sua continuidade. A interpretação histórica torna-se fundamental. Ela proporciona uma abordagem longitudinal onde os movimentos sociais se entroncam numa constante dialéctica de acção e retroacção.

Para a realização deste trabalho, parti de uma pesquisa bibliográfica feita a dois níveis. Um mais geral onde cabem as ciências sociais, os métodos e os casos. Outro, mais específico, relacionado com a indústria vidreira e as formas de resistência e de repressão.

Num tempo marcado pela repressão, a própria memória torna-se clandestina e passa a ser pertença de grupos restritos, no seio dos quais todos a partilham e ao mesmo tempo a preservam do conhecimento dos outros. O acesso a esta memória, mesmo que tenham já sido eliminados os factores que a tornaram interdita, é ainda doloroso. O que pretendemos lembrar, só raramente consta de registo escrito, daí que seja pertinente aceder a este conhecimento também pela oralidade.

Connerton chama à atenção para a prática da história oral “*A produção de histórias narrativas contadas mais ou menos informalmente, revela-se como uma actividade básica para a caracterização das acções humanas, e um traço comum a toda a memória comunal*”.(CONNERTON, 1999:19). Desta forma, como o próprio autor reconhece, a história oral torna-se fundamental para “salvar do silêncio” a cultura dos membros de grupos sociais subordinados.

A investigação no terreno teve como objectivo a recolha de histórias de vida, “*As histórias de vida constituem somente um meio entre outros, mas sem dúvida o melhor, de apanhar o sentido das práticas individuais (...) podemos observar, através das histórias de vida, o que nenhuma outra técnica nos permite atingir: as próprias práticas, o seu encadeamento, as suas contradições, o seu movimento*”.(Bertaux, cit in POIRIER, J. e tal, 1999:96)

Esta investigação não foi feita dentro dos moldes da antropologia clássica que preconiza a estadia do investigador no terreno para a realização do trabalho de campo. O facto de viver a dez quilómetros da Marinha Grande permitiu-me fazer as visitas ao terreno sem, no entanto aí ter de ficar.

O acesso aos informantes foi de certa forma facilitado pelo facto de já anteriormente aqui ter realizado trabalho, no âmbito da monografia para obtenção do grau de licenciatura. A confiança ganha com os informantes proporcionava o acesso a novos informantes pelo processo de bola de neve. No terreno a relação estabelecida entre o investigador e o informante torna-se essencial. Mais do que o registo e interpretação do relatado pelos informantes e que constitui o essencial da história oral, o que se narra de uma vida não depende tanto da pergunta certa, mas da cumplicidade que a relação mutual proporciona.

A recolha das entrevistas foi feita de maneira variada mas seguindo sempre o mesmo padrão. O primeiro encontro decorria de um modo informal, resumia-se a uma prévia apresentação minha e deles, bem como à explicação do objectivo do trabalho. Para além do conhecimento mútuo, este encontro servia para estabelecer cumplicidades, bem como, para levantar a ponta do véu que cobria as suas memórias. Seguiu-se novo encontro, onde lhes foi entregue um breve guião, que mais do que um conjunto de perguntas, pretendia ser um abrir de pistas, por onde depois em conjunto iríamos caminhar, porque o processo de construção de histórias de vida, resulta também de uma “escolha” do entrevistador por parte do entrevistado, que acede a partilhar com ele a sua vida. Das entrevistas foram feitos registos escritos em alguns casos e gravados na sua maioria.

Paralelamente à realização das entrevistas, e dado que muitos dos intervenientes activos, tinham já falecido, socorri-me também de entrevistas registadas no passado por outros e que agora constituem o registo de um importante património oral da Marinha Grande. Foram feitas consultas a fontes locais, nomeadamente à biblioteca da Câmara Municipal da Marinha Grande, à sede do Sindicato e ao recente museu criado no Casal Galego sobre o 18 de Janeiro. É importante salientar que os próprios informantes disponibilizavam com gosto, livros e outros documentos que, eles próprios possuíam, ou encaminhavam-me no sentido de os encontrar. Desses documentos constavam as suas próprias notas, as autobiografias, os relatos que os intervenientes fazem das suas acções, bem como as reflexões que à posterior foram sendo elaboradas.

A consulta ao Arquivo Distrital foi feita em Leiria, onde está sedado o Arquivo, em virtude de Leiria ser a capital do distrito.

As visitas tiveram início no ano de 2007, prolongando-se por 2008. Contudo, e coincidindo com a redacção do texto, são ainda efectuadas algumas visitas no ano de

2009, que têm por objectivo esclarecer aspectos pontuais, bem como dar conta aos meus informantes das recolhas feitas e do conteúdo do texto.

### **1.3. O Enquadramento**

Em qualquer trabalho de investigação a fundamentação teórica torna-se imprescindível para esclarecer dúvidas, abrir pistas e para explicar aquilo que o senso comum sente, repete, mas não sabe explicar.

*“Eu sou uma mulher sem estudos, mas penso muitas vezes que, quem escreve a história que as crianças estudam na escola e que só fala de reis e de heróis e de presidentes e de generais e de quem ganha batalhas, também deveria falar da luta, do sofrimento e da coragem de mulheres e homens anónimos que são a vida e a alma de um país”.* (Natalina do Carmo, cit in RIBEIRO, 2008:31)

De facto o lamento desta mulher remete-nos para um dos temas importantes a ter em conta neste trabalho: a memória, a memória histórica e a memória colectiva. Sem o saber por leituras feitas, mas aprendendo na vida ela percebe como a memória colectiva que ela e outros, os tais *“homens e mulheres anónimos”* detém, lhes advém da pertença a um grupo e ao modo como esse grupo se olha de forma continuada e constituiu durante muitos anos um património “não dito”, construído a revelia com a realidade criada pelo poder instituído e veiculada nos currículos escolares e nas práticas sociais e religiosas.

Reflectir sobre a memória remete-nos para estudo atento da obra de Maurice Halbwachs. Para o autor ao invés de uma memória pura, qual tábua rasa onde se iria reinscrevendo o tempo vivido, importa realçar uma memória colectiva. Seguidor de Durkheim o autor valoriza as memórias colectivas, reconhecendo a importância dos grupos sociais de pertença, onde estas primeiro se constroem, vivenciando-se numa relação activa e afectiva no seio do grupo, dando origem ao pano de fundo imprescindível à sua reconstituição. O autor salienta o carácter dialéctico que a memória impõe pois se por um lado o que é rememorado constitui o passado é aos olhos do presente que isso é feito.



Godinho sintetiza estes aspectos essenciais: “*A memória de cada um conta a história dos grupos que a edificaram, e narra igualmente uma história, que não remete para a passividade individual, mas como adiantaria Jean Paul Sartre, para aquilo que cada um faz com o que consigo fizeram*”.(GODINHO, 2001:9)

Uma vez que se trata de um meio operário, há dois autores que são também fundamentais: Fentress e Wickham, que trabalharam o caso das memórias das greves dos mineiros gauleses nas minas de carvão. Os autores salientam a importância da “*consciência de classe*”. Para eles, a proximidade do local de trabalho, de residência e as próprias condições que o trabalho proporciona, dão aos operários um sentimento de coesão comunitária, elemento importante na construção da memória colectiva. Por outro lado é essa coesão que dá a força capaz de acções desafiadoras do Estado e dos patrões.

Apoiada nessas acções (a greve dos mineiros gauleses ou o 18 de Janeiro na Marinha Grande) a memória operária ganha uma nova imagética que sendo amplamente rememorada, constitui muitas vezes alento para novas lutas, que não constituem algo de novo, mas antes um fenómeno já registado e passível de actualização. Quando se trata de movimentos sociais há vários autores que importa aprofundar desde logo James Scott e Eric Hobsbawm.

Hobsbawm (2001) faz uma análise sobre aquilo que considera serem as formas primitivas de agitação social, entre as quais inclui “as turbas urbanas” características das sociedades pré industriais. Para este autor, a principal causa destes movimentos radica num desfasamento entre o modo de vida até aí vivenciado pelas populações, e o novo modo de vida que, pela via da industrialização lhes foi imposto. Refere também o facto de as acções desenvolvidas pela “turba” não estarem veiculadas a qualquer movimento político, antes resultarem de movimentos de contestação perpetrados por grupos desfavorecidos. Hobsbawm salienta contudo que estas acções não tinham como objectivo o protesto, antes procuravam com elas colher algum benefício. Por isso se dirigiam ao poder instituído, quer ele fosse representado pelo patrão ou pelo próprio Estado.

James Scoot dá uma nova dimensão ao termo resistência. Este autor reconhece como raros os grandes movimentos capazes de enfrentar a ordem estabelecida e realça a importância da actuação dos mais desfavorecidos, daqueles que não detendo o poder para promover a ruptura, são capazes de acções que sendo de menor dimensão, são em maior quantidade, conseguindo assim minar o poder. É o *registo escondido* presente no nível infra-político.

Só se pode entender a cultura de resistência se de certa forma se tiver a noção exacta do Estado ao qual era imperioso resistir. Manuel Loff realça a natureza intrinsecamente fascista do Estado Novo. Em *O nosso século é fascista*, Loff (2008) faz um estudo da realidade ibérica, estabelecendo paralelos entre o fascismo espanhol e português. Para este autor, há um conjunto de pressupostos ideológicos que são comuns às duas ditaduras. Desde logo o imperativo da Nova Ordem presente na construção dos modelos políticos, sociais, culturais e económicos vigentes no Estado Novo. Outro pressuposto referenciado por Loff é (O regresso) à unidade, uma unidade religiosa, moral, social, económica e política. Loff realça também a identidade católica, comum às duas ditaduras. No caso português, bem patente no envolvimento da igreja católica nas organizações de enquadramento social e ideológico do Salazarismo.

Fernando Rosas (1995), realça o modo de vida das populações, que se escondia por detrás de “paz social” apregoada pelo governo. Com um enfoque dado ao aspecto económico, traça o panorama vivido em Portugal nos anos quarenta.

Por outro lado, em Rosas (2001), salienta-se como o Estado Novo criou a partir de órgãos do Estado um projecto totalizante de reeducação dos espíritos. Partindo dos mitos fundadores do Estado Novo, o autor faz uma abordagem aos aparelhos de propaganda e inculcação ideológica do regime.

Hermínio Martins (2006) salienta o “controle da consciência histórica” como o principal método de doutrinação do regime vigente durante o Estado Novo. Para atingir este objectivo foram tomadas medidas no sentido de diminuir a investigação relativa a história recente, de se escrever sobre a história recente, bem como esta história não estava contemplada nos currículos escolares. Este autor reconhece que foi a resistência a forma de oposição que mais custos teve para o estado, bem como foi aquela que mais mobilizou o aparelho repressivo. Martinho reconhece que a construção do Estado Novo, foi aquela em que se verificou um acentuar do autoritarismo, uma intensificação da propaganda e uma maior repressão sobre o movimento operário e a oposição política.

A repressão não sendo exclusiva desta época, torna-se uma constante até ao 25 de Abril, considerando-a o autor uma “*repressão selectiva, estratificada e dissuasora*”

A repressão que o Estado promovia foi variando, não só de intensidade, como os próprios alvos que visava, não deixando contudo de ter sobre o PC e os seus militantes uma repressão sempre constante, activa, quase focalizada.

Autores como Irene Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Conceição Ribeiro, ajudam-nos a perceber a dimensão do aparelho repressivo. Pimentel (2007), traça a evolução da polícia política, enumera os seus principais alvos, bem como refere as suas vítimas. Segundo a autora o principal alvo da PVDE, foi o revolucionarismo republicanista. Contudo, a partir de 1933 com a ratificação da Constituição Política, a implementação do Estatuto do Nacional do Trabalho e a fascização dos sindicatos, e principalmente após o 18 de Janeiro, o PCP torna-se o único partido político com actividade mais ou menos regular e portanto torna-se o alvo privilegiado desta organização. A mudança de nome em 1945 para PIDE, não implicou qualquer mudança ao nível dos métodos praticados pela polícia política.

João Madeira (2007), chama a atenção para a dualidade das formas de violência em vigor durante o Estado Novo. Não se tratava só de reprimir os que eram considerados pelo regime de prevaricadores, mas mais do que isso, importava moldar as mentes. Era uma forma de violência preventiva, que era veiculada pelos próprios organismos do estado e que tinha como objectivo o estabelecimento de *“um clima geral de acatamento e medo”*.

Luis Farinha (2007), trabalha sobre as revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo, colocando especial enfoque nas medidas punitivas a que os revoltosos estavam sujeitos nomeadamente à deportação e ao exílio, salientando as condições em que essas medidas eram tomados bem como das consequências da sua aplicação. A ele se deve também um estudo sobre os campos de concentração, nomeadamente do campo de concentração do Tarrafal para onde foram enviados alguns dos participantes no 18 de Janeiro.

Ribeiro (2000), salienta a importância de um estudo do aparelho repressivo do Estado Novo, tendo em conta também o lado do reprimido. Segundo a autora, a ideia de onisciência e de onipresença, traços fundamentais que o discurso policial pretendia veicular de si própria, constituíam igualmente o modo como a oposição olhava o aparelho repressor. Ao analisar os termos com que a oposição nomeava as forças policiais: “carrascos”, “esbirros de Salazar”, “cães de fila”, Conceição Ribeiro realça, para lá do reforço da componente de violência que estes nomes traduzem, um explícito sentimento de superioridade. Este sentimento de superioridade vai legitimar ainda mais a ética da sua luta.

Relativamente à realidade local e para além daquilo que foi escrito por quem protagonizou as acções importa salientar o contributo de três investigadoras:

Margarida Marques, sendo natural da Marinha Grande, dedicou a esta cidade muito da sua investigação. A autora salienta os dois temas estruturantes do discurso operário. Um,

que tem a ver com o quotidiano do trabalho, onde se incluem os aspectos ligados às cadeias operatórias e às próprias condições de trabalho e o outro que decorre da afirmação do grupo, consciente não só da sua força mas também do seu poder.

Em *Associação Recurso do Operário: Antecedentes e Alguma Contextualização* (1997) a autora realça a importância desta forma de associação existente anteriormente à implementação das Associações de Classe. O Recurso Operário foi criado em 1907 por “ajudantes do cristal.” Esta associação com carácter mutualista é reveladora da importância que a hierarquia profissional tem no seio do operariado vidreiro, bem como da sua própria capacidade interventiva.

O Quotidiano do trabalho do vidreiro, e o que se passa no interior da fábrica é o tema tratado em *Poder e Saber: os Vidreiros da Marinha Grande* (1981). Nesta obra, cujo enfoque no tempo se situa desde a implementação da fábrica Stephens em 1769 e precisamente 1934, Mónica salienta a existência entre os vidreiros de “*um poder operário de raiz técnica, paralelo ao poder social e económico do capital, capaz de a ele se opor e de pensar a sua supressão*”. (MÓNICA, 1981:505). No entanto, este poder não é comum a todo o operariado, antes é exclusivo daqueles que ocupam o topo da hierarquia. Importa salientar que o grupo que primeiro se organizou (os cristaleiros), criando a associação mutualista Recurso Operário, vai ser o último a constituir uma Associação de Classe. O poder que os cristaleiros detinham, é o último a ser ameaçado. Como refere Filomena Mónica, as Associações de Classe “*só viriam a surgir quando o consenso tradicional sobre as regras do ofício começou a ser contestado.*” (MÓNICA, 1981:545)

Patriarca (1997) em *O 18 de Janeiro na Marinha Grande* debruça-se sobre este movimento fazendo dele uma completa cronologia. Sobre ele, refere: “*Considerado, de uma forma geral, como a expressão mais elevada do movimento, ele acabaria por ser investido a vários títulos, de uma carga simbólica inigualável, fazendo com que as narrativas que assim o constituíram misturassem de forma inextricável realidade e lenda*”. (PATRIARCA, 1997:1).

Comemorou-se em Janeiro de 2009 o septuagésimo quinto aniversário deste movimento. Tal como em anos anteriores, as comemorações envolveram comensalidade, música, desporto, romagem ao cemitério, teatro, salvas de morteiro, fogo de artifício... Inaugurou-se também um Memorial aos Resistentes do 18 de Janeiro, tal como em 2008 tinha sido inaugurado um museu sobre o movimento. Num tempo, em que a centralidade dos vidreiros desapareceu na localidade, persistem nela, marcas físicas dessa centralidade, e

mais do que isso, da capacidade que esse grupo conquistou de lutando contra uma condição imposta, sonhar com uma condição operária construída.

## 2.DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA

“Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.

Salazar

As primeiras décadas do Séc. XX foram na Europa acompanhadas pelo surgimento de regimes de partido único. Esta tendência explica-se em parte na forma como se pensava a resposta aos Estados Neutros do Liberalismo, a quem, segundo Loff (2008) acusam de ter rompido “com o processo histórico desvirtuador da alma nacional.” A base de construção desta Nova Ordem assenta numa perspectiva nacionalista alemã e italiana que visava corrigir as injustiças provenientes do Tratado de Versalhes, considerado uma imposição do imperialismo anglo-francês, ao qual aderiram Portugal e Espanha. Na sua essência, esta tendência procurava implementar uma Nova Ordem nos estados.

Apesar de nem Portugal nem Espanha terem autonomia internacional, capaz de contestar o quadro mundial desenhado em 1919, ambos os estados, ao ocuparem o poder, propuseram a si próprios objectivos de “ordem nacional”, cujo alcance político e social, abriria caminho à organização da sociedade internacional, numa atitude que ambos reconhecem de pioneirismo. “De España han de Salir, probablemente, los ingredientes del nuevo mundo, porque en ninguna parte consérvanse tan frescos y sanos” (Kimdelán, cit in LOFF, 2008:115). “A Ordem Nova Portuguesa, corporativa e cristã, [que] ficará como uma das grandes concepções filosófico-políticas do mundo moderno” (Pacheco, cit in LOFF, 2008:119).

Os Regimes Políticos que se instalaram em Portugal e em Espanha, construíram-se à volta, não de partidos, mas de homens, Salazar no caso português e Franco no caso espanhol, que lhe deram o nome. Em Portugal, os mentores do regime o auto designaram de Salazarismo, e em Espanha o Franquismo.

Para Salazar, a Nova Ordem é “*expressão (que) poderá significar o conjunto de ideias e directrizes de uma época histórica mundial e também a organização política e económica que se há-de impor aos Estados na sua vida interna e na sua vida de relação com os outros Estados.*” (Salazar, cit in Loff, 2008:17).

## **2.1. O Estado Novo e os seus Instrumentos**

Durante o período da Ditadura Militar, estabeleceu-se um “*compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesses das forças vivas, a partir de uma base comum de rejeição ao liberalismo [...] e da apologia de um Estado política, económico e socialmente forte e interventor.*” (ROSAS, 1994:185). Este compromisso formou-se à volta de Salazar, que tendo entrado na cena política como Ministro das Finanças, “*conseguiu consolidar a sua posição de poder não só como técnico, mas também como dirigente político*” (MARTINS, 2006:30).

Na génese do Estado Novo estão implícitos um conjunto de princípios ideológicos, que Salazar enuncia no seu discurso “*Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.*” (Salazar, cit in GASPAR, 2001:99).

É pois, a partir destas verdades indiscutíveis que Salazar constrói o que Rosas designa de “*projecto totalizante de reeducação dos espíritos, de criação de um novo tipo de portuguesas e portugueses*” (ROSAS, 2001:1032), e que se realiza, alicerçado num conjunto de “*mitos fundadores*”: mito da essência católica da identidade; mito palingenético e mito do novo nacionalismo; mito da ruralidade e da pobreza honrada; mito imperial; mito da ordem corporativa.

*Mito da essência católica da identidade* – mais do que se definir como um estado católico, o Estado Novo era obra de inspiração Divina. A mesma inspiração, que no passado tinha marcado a expansão marítima, estava novamente presente, na escolha do “chefe” e na garantia da sua acção, “*Recebe de Deus as qualidades que lhe outorgam o poder e as condições para o desenvolvimento da sua acção. Por isso ele deve sentir-se um instrumento de Deus*” (Costa, cit in LOFF, 2008:133)

Desde a ascensão de Salazar ao poder, que a igreja católica percebeu o seu papel na “coligação Salazarista,” tendo o Cardeal Cerejeira assumido um papel preponderante nessa coligação. “ *O Estado chama a Igreja a colaborar na obra educativa nacional [...] a educação portuguesa não pode deixar de ser católica, sob pena de Portugal renunciar a ser ... Portugal.*” (Cerejeira, cit in LOFF, 2008:168).

A acção da Igreja, não se restringe só ao continente, mas, está patente nas colónias, onde eram atribuídas às Missões Católicas “*importantes financiamentos estatais e privilégios políticos absolutos no campo das actividades evangélicas, assistenciais e de ensino.*” (Paulo, cit in LOFF, 2008:170). A colaboração entre a Igreja Católica e o Estado Novo é de tal forma estreita, no que diz respeito às colónias, que, em 1941 é atribuído a Portugal o Estatuto Missionário.

*Mito palingénético e mito do novo nacionalismo-* Estes mitos estão patentes desde logo, no adjectivo qualificativo do próprio estado. Podem ser entendidos, na sequência da Nova Ordem “*imperativo da História e exigência vital da Europa*” (Salazar, cit in LOFF, 2008:130). É esta “*exigência vital da Europa*” que impõe uma ruptura com o passado, e a construção do “Novo”. Tornam-se “*um imperativo da História*”, uma vez que, através deles se vai repor a dignidade do Portugal antigo, “*historiador do mundo*”, como expressava Augusto de Castro.

*Mito da Ruralidade e Mito da pobreza honrada-* Estes mitos faziam o apelo da vida no campo, em detrimento da urbanidade. Consubstanciam aquilo a que Loof (2008) chama de “*Uma nova (velha ...) moral social*”. Estão patentes nos discursos de Salazar “*Independentemente do que possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, e se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria [...] A terra é humilde, tanto que se deixa a cada momento pisar; o trabalho da terra, porque o homem a cultiva, humildemente debruçado sobre as leivas...*”(cit in GASPAR, 2001:146) e na obra literária produzida na época (a tratar em capítulo posterior)..

*Mito imperial-* A importância das colónias, estava sempre presente no pensamento de Salazar. Numa primeira fase, valorizando o aspecto económico, na sequência da contracção do mercado internacional, “*que o País, constituindo um todo económico com as suas colónias, estabeleça as bases preferenciais das permutas, que seriam, aqui e lá, completamente indispensáveis na respectiva produção e consumo.*” (Salazar, cit in GASPAR, 2001:138). Para os ideólogos do regime, Portugal não se limitava a ter colónias,



antes, construía com essas colónias uma realidade espiritual, que era o próprio império. Para a construção dessa realidade, muito contribuiu, a ideia de um caso especial de colonialismo, marcado pela “sociedade plurirracial” e que constituiu o Luso tropicalismo. “ *Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais que ter chegado ontem. Levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levado pelo interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados “ventos da história” os destinos humanos. Podemos admitir que a muitos custe a compreender uma atitude tão estranha e diversa da usual [...]*”.(Salazar, cit in GASPAR, 2001:195). Como refere Rosas (2001), era o próprio desígnio da raça que se concretizava no império

*Mito da ordem corporativa*- O corporativismo foi um princípio assumido pelo Estado Novo, que estava consignado na Constituição e no Estatuto Nacional do Trabalho. Gaspar (2001), salienta ser o único princípio definido pela positiva no discurso de Salazar “*Somos antiparlamentares, antidemocratas, antiliberais e queremos construir um Estado corporativo*” (Salazar, cit in GASPAR, 2001:166).

O *Mito da ordem corporativa*, remete-nos para o ideal de “sociedade orgânica”, que propõem “*o regresso às formas orgânicas da sociedade, que são permanentemente verdadeiras por corresponderem à sua origem natural.*” (Decálogo, cit in LOFF, 2008:148) Esta sociedade, constitui um pressuposto do “nacionalismo orgânico”, defensor da trilogia “Família, corporação, município”, base do corporativismo, e regra constitucional da “ordem nova”.

A primeira organização política constituída foi a União Nacional (UN). Considerada por alguns como partido único, nunca alcançou da parte de Salazar esse estatuto, pois este sempre defendeu uma política assente numa base não partidária. À UN caberia um importante papel na legitimação da própria política do Estado, não só pela sua função doutrinadora, que se destinava a difundir os objectivos políticos do regime entre a sociedade civil, mas também, na sua função constituinte que se realizava na selecção de quadros políticos e administrativos.

Em 1933 é ratificada a Constituição Política, que atribuía na ordem política a primeira prioridade à Nação; “*o Estado deve ser forte, mas limitado pela moral [...]; há que fortalecer o Poder Executivo [...]; pretende-se construir um Estado social e corporativo [...]; o Estado deve orientar e fomentar a política nacional [...]*. ”(AFONSO, 1970:29)

O Acto Colonial integra a Constituição Política. A sua promulgação concretiza a ideia de Portugal como um império colonial. A acção política deste documento visava: a

divulgação da língua portuguesa; a cristianização das populações e a assimilação dos indígenas. O Império Colonial é alicerçado à volta de uma ideia de missão histórica, de difusão da cultura e da civilização ocidental, bem como da religião cristã. A sua aplicação denota a ideia de superioridade sobre os povos africanos, patente na declaração de João Belo, então Ministro das Colónias “*manteremos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos.*” (cit. in GALLO1988:72) Ao nível económico, o império surgiu como a resposta necessária à manutenção da economia da metrópole, uma vez que era uma alternativa à importação de géneros (algodão, cana de açúcar) e, por outro lado, o centro de escoamento para os produtos nacionais que não tinham acolhimento no mercado internacional.

Nesse mesmo ano é promulgado o Estatuto Nacional do Trabalho, inspirado no modelo italiano. É objectivo deste estatuto estabelecer a harmonia entre o trabalho e o capital visando o interesse nacional. São proibidos os sindicatos nacionais, os grémios patronais, as associações operárias e é criado o Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, a quem são atribuídas funções de fiscalização de intervenção, orientação e da contratação colectiva do trabalho. Este estatuto lançou para a clandestinidade um grande número de organizações e provocou uma elevada contestação.

Se, esta organização corporativa permite a Salazar criar uma forte ideologia oficial. Essa ideologia foi reforçada com a utilização de meios de comunicação e de propaganda do regime. O próprio Salazar afirma, “*tenho ligado a propaganda à educação política do povo português e lhe tenho atribuído duas funções – informação primeiro; formação política depois.*” (GASPAR, 2001:127)

Em 1933 é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), chefiado por António Ferro. O SPN vai desempenhar um papel de relevo na divulgação do ideal do Estado e na padronização da cultura e das artes. O cinema foi um dos meios escolhidos para veicular a Ideologia do Império. A produção de filmes históricos e de propaganda de regime é incentivada (“Camões”, “Inês de Castro”, “Feitiço do Império”). É criado o cinema ambulante que, a partir de 1937 leva este meio de comunicação às populações que não tinham sala para esse efeito. Nasce a Emissora Nacional, que se torna um importante meio de divulgação dos ideais do regime.

Um ponto alto da propaganda do Estado Novo foi a Exposição do Mundo Português. Esta Exposição encerra um ciclo de propaganda iniciado em 1934, na Exposição Colonial do Porto. Comemorava simultaneamente os oito séculos da fundação da nacionalidade e três

séculos da restauração da independência. Enquanto o resto da Europa sofria a segunda guerra mundial, Portugal projectava uma imagem de segurança e de grandiosidade, numa iniciativa que envolveu meios humanos e materiais até aí nunca vistos. O objectivo político implícito era a consagração pública pela comemoração da ideologia e história do regime. Realizada na zona ocidental de Lisboa, fronteira ao Tejo, dela perduram ainda o Museu de Arte Popular, o Monumento aos Descobrimentos e o Espelho de Água.

A influência do Estado Novo não se concretiza só na legislação que produzia, nem na propaganda que divulgava, mas tinha um importante componente na educação e na construção das mentalidades.

*“A educação [...] não pode limitar [-se] à elaboração de programas, construção de escolas, mas à orientação justa da vida individual e nacional”* (Ramos, cit in ROSAS, 2001:1043). Para a consecução destes objectivos, era fundamental, proceder a um conjunto de reformas. Deste logo, o afastamento dos professores, que não dessem garantias de fidelidade ao regime. O Estado Novo pretendia *“educadores com espírito novo”* para formar o *“homem novo”*. Seguiu-se: a revisão de programas e adopção de livros únicos; reforço do ensino liceal, veículo de preparação dos eleitos; obrigatoriedade de ingresso na Mocidade Portuguesa, a quem é atribuído o monopólio da educação física para os jovens.

Paralelamente, foram criadas um conjunto de associações que tinham por objectivo a doutrinação do ideal do estado e o respeito pelo “chefe”. Em 1936 é criada, a já referida, Mocidade Portuguesa (MP), uma organização com estrutura piramidal, inspirada nas congéneres italiana e alemã. Com carácter obrigatório para a juventude estudantil, procurava desenvolver a capacidade física, a devoção à pátria, o gosto pela disciplina e o culto pelos deveres morais, cívicos e militares *“Cumprir até à morte os deveres para com a Pátria, a nossa mãe [...] cumprir os deveres para com Deus, nosso criador [...] há que obedecer ao chefe porque ele promete a vitória : o chefe há-de levar à vitória”*. (Caetano, cit in LOFF, 2008:131) O seu lema era “honra, dever, serviço e sacrifício.” Todos os filiados usavam uma farda, na fivela do cinto estava representado um “S” que simbolizava Serviço e Sacrifício mas que era vulgarmente associado a Salazar.

Foi também criada a Legião Nacional, que ao contrário das congéneres europeias, não constituiu uma força armada que tivesse permitido a Salazar subir ao poder. Quando foi criada em 1936, já grande parte das bases políticas e institucionais do Estado Novo, estavam criadas.

A historiografia sobre o Estado Novo identifica a criação da Legião em função de uma conjuntura internacional, nomeadamente a Guerra civil de Espanha. Contudo, Rodrigues (1995), chama à atenção para a importância de factores internos, desde logo, a intensificação da repressão ocasionada na sequência do aumento da oposição ao regime, de que o 18 de Janeiro foi prova. Este aumento de repressão, traduziu-se não só no aumento de prisões, mas também, na criação das prisões do Tarrafal e o Depósito Penal de Angola. A criação da Legião, permite a Salazar aceder à “pressão das bases” de sectores oriundos da direita e reforçar assim o seu peso e a sua capacidade de intervenção.

Por outro lado, a criação da Legião surge quando Salazar, tendo assumido a pasta da Guerra, procurava agora ganhar, face ao exército, a margem de manobra necessária para poder aí efectuar grandes reformas, mostrando, “Que se fosse necessário, dispunha de forças alternativas”. (RODRIGUES, 1995:118)

Esta milícia funcionou sob a tutela dos Ministérios do Interior e da Guerra. “*O seu objectivo era defender o património espiritual e combater a ameaça comunista e anarquista, de acordo com a ideologia do Estado Novo.*” (BRAZ, 2008:74).

A Legião era uma escola de obediência “*Legião, admirável educadora de homens, aprende-se a obedecer – em homenagem a uma causa [...] obedece aos seus chefes e cumpre os seus deveres.*” (Caetano, cit in LOFF, 2008:132).

Segundo Loff (2008), tanto a Mocidade Portuguesa como a Legião, eram instituições de enquadramento e mobilização de massas, por forma, a promover a sua integração no sistema político por via antidemocrática. A utilização da Educação Física, nestas organizações, passou a ser prática corrente, que permitia por um lado, melhorar a condição física dos seus membros, e, “*sobretudo para os disciplinar e poder ter sobre eles verdadeiro e efectivo controle*” (Comissão Administrativa da FNAT, cit in LOFF, 2008:158)

## **2.2. O Económico e o Social**

A década de trinta pode ser considerada como a década da implementação do Estado Novo, das suas estruturas de apoio e do seu aparelho repressivo. Aos olhos dos governantes foi a “década da paz social”. A legislação criada proibia a existência de partidos, a repressão empurrava a oposição para a clandestinidade, a censura apagava a verdade das palavras, a

ordem em vigor procedia ao despedimento massivo de quem ousasse pensar de modo diferente. Contudo, por detrás dessa “paz social”, o modo de vida das populações continuava a apresentar situações deprimentes.

Rosas (1995), refere um estudo de Maria Loureiro, segundo o qual o défice calórico da população portuguesa ficava 26% abaixo dos padrões tidos por mínimos, notando-se um excesso no consumo de hidratos de carbono, e um défice no consumo de proteína animal e de leite. “*A captação de leite é de tal modo baixa, [...] que a grandessíssima maioria das crianças portuguesas nunca bebe leite, continuando o desmame a ser feito com açorda e caldo de panela.*” (cit.in ROSAS, 1995:385).

A economia portuguesa tinha realizado um fraco investimento na indústria e assentava numa ampla mas retrógrada base agrária. A excessiva dependência do Estado, o controlo dos preços, a ausência de concorrência e a desqualificação da mão-de-obra impediam o desenvolvimento da indústria. O regime tinha promovido uma política de paternalismo empresarial, com a criação de bairros sociais, cantinas e postos médicos. Foram fixados os salários mínimos e houve regulamentação para todos os aspectos ligados ao trabalho. O controlo da produção nacional por parte do estado e o isolamento face ao estrangeiro cerceava o espírito inovador e não promovia a melhoria dos custos de produção nem o aumento da qualidade e da produção. Decorrente do próprio sistema corporativo o trabalho operário assentava em hierarquias operatórias, com diferentes graus de conhecimento e onde se ascendia após longa aprendizagem.

Os anos quarenta surgem com a marca da guerra que assola a Europa. A guerra provoca modificações na conjuntura industrial portuguesa. Há alterações na relação importação /exportação. Floresce o interesse do continente pelas colónias, que passam a ter um papel importante no fornecimento de matérias-primas e no escoamento dos excedentes.

Ao nível interno, abranda a contenção que o regime exerce sobre o operariado. O combate à classe operária, tinha marcado uma das principais orientações do regime. O mundo rural, num país iletrado, sem electricidade, sem telefones, sem estradas e em que as principais fontes de informação eram o comércio ambulante, o padre ou o guarda da GNR, tinha sido, até à data, mais fácil de conter.

Assim, é no seio do operariado, que na sequência da greve geral de 1934, se desenvolve uma crescente disposição para aderir a novas formas de luta, numa acção balanceada pela grande repressão a que está sujeito por parte do Estado e pela

implementação de células de empresa, criadas pelo PCP mesmo em situação de clandestinidade.

Segundo Rosas (1995), na década de quarenta coexistiram em Portugal três realidades distintas e regionais no tocante às condições do operariado. Uma, que geograficamente se circunscreve à região de Lisboa, estendendo-se de Vila Franca de Xira a Setúbal. É aqui, que se concentra o maior número de trabalhadores ligados aos sectores de transportes, comunicações, fornecimento de água, gás e electricidade. Outro, localizado na região norte do país, com maior implementação no Porto, Braga e S. João da Madeira. Nesta região, para lá da diversidade de indústrias, predomina aquilo a que Rosas classifica de “semiproletariado industrial”. Este semiproletariado é caracterizado pela coexistência do trabalho industrial, com a actividade rural destinada ao auto consumo. Esta dualidade de actividades permite um complemento salarial, uma vez que a escassez é, em parte, colmatada com aquilo que se produz, mas, também reduz a capacidade reivindicativa, não só porque a escassez é menos sentida, mas principalmente, porque essa ocupação impede o convívio entre pares, dificultando a sedimentação da identidade operária. Por último, temos as “ilhas operárias”. Esta designação advém do facto de estarem geograficamente dispersas no território. É neste grupo que se inclui a Marinha Grande, considerada como um importante centro industrial, ligado ao vidro e com larga tradição fabril, sindical e reivindicativa.

Apesar desta diversidade no tocante à realidade operária, no Portugal dos anos quarenta, há aspectos que são comuns a todas elas, e que estão relacionados com a protecção e condições do trabalho.

Não se podendo falar de desemprego, é flagrante a precariedade do trabalho, devido em parte, ao fluxo de mão-de-obra que partia do campo em direcção as cidades, e à privação da liberdade de expressão e associação sindical. Paralelamente, o fraco grau de tecnologia na indústria, exigia um elevado esforço físico, registando-se um elevado índice de trabalho feminino subvalorizado, bem como a existência de trabalho infantil.

A situação é de tal modo precária que rondava a pobreza. *“A falta absoluta de géneros ou a sua inacessibilidade para as famílias operárias, as classes pobres e até as remediadas [...] a impossibilidade, em suma, para a grande maioria da população trabalhadora, de satisfazer as suas necessidades mais elementares alimentação, vestuário, habitação, saúde.”* (ROSAS, 1995:346)

Esta situação propiciou um clima de agitação social, registando-se uma onda de assaltos por todo o país, aos quais Salazar respondia “...*trabalhar e produzir cada vez mais, limitar-se a consumir cada vez menos do que seja essencial para todos.*” (cit.in ROSAS, 1995:346)

Paralelamente, o governo implanta uma política laboral que visa: contenção de salários, através do estabelecimento administrativo de salários máximos e mínimos, o que levou a que muitos patrões baixassem os salários aos seus trabalhadores para o mínimo preconizado pela lei; o alargamento da jornada de trabalho com a obrigação de prestação de horas extraordinárias a 50% da remuneração nominal; atribuição de um abono de família aos chefes de famílias legitimamente constituídas que tivessem filhos legítimos ou perflhados; aumento da repressão.

Em resposta o operariado dá início a uma onda de greves, das quais a primeira em Outubro de 1942 que, segundo Rosas (1995), resulta mais de um movimento espontâneo, expressão de resistência e protesto das massas trabalhadoras, numa revolta generalizada, do que, de uma acção devidamente organizada e coordenada pelos sindicatos ou pelo próprio PCP. Seguem-se as greves do Verão de 1943, de Maio de 1944 e de Novembro de 1945. A incidência destas greves vai-se fazer sentir em actividades vitais para a economia nacional, gerando um contra ataque governamental, que preconiza o despedimento dos grevistas e o encerramento temporário das fábricas onde se registasse uma significativa adesão à greve.

. Em 1944 é criado o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), que reúne membros da CGT, do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista e anarco-sindicalistas. Em 1945 é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Este movimento vai ter larga adesão a nível nacional atraindo a si vasta gama de dissidentes do regime. Em 1946 é criado o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), que cresceu principalmente nos meios académicos, mas que teve também um papel decisivo junto dos jovens trabalhadores, com acções de carácter cultural e social.

A nível internacional Portugal ensaia alguma integração formulando um pedido de admissão à ONU em 1946, no que é apoiado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da América. A situação privilegiada dos Açores, a autorização para o estabelecimento da base das Lajes face à situação da guerra fria, eram uma mais valia para Portugal.

Só a partir da década de 50 a população portuguesa sofre ligeiras transformações. Há uma progressiva desruralização da sociedade, acompanhada por uma crescente urbanização

e pelo aumento do sector terciário. Tanto as taxas de mortalidade como de natalidade baixam.

O destino da migração para o estrangeiro deixa de ser o Brasil e passa a ser a Europa. A proximidade deste destino de migração permite não só maior facilidade na entrada de remessas dos emigrantes, mas permite também a abertura de um fluxo de movimentos de pessoas de acesso a novas formas de vida e de conhecimento.

### **2.3. O Aparelho Repressivo**

*“Está o inimigo ainda na repartição pública, está ainda no ensino, está ainda na imprensa, está ainda no teatro e no cinema, no boato e na má língua, no desalento dos derrotistas. Fixa-se ou muda [...] vai do campo para a cidade e da cidade para o campo em segredos alvoroçados, em propagandas dissolventes, em resistências e más vontades. Neste ou naquele momento, ora se manifesta aqui, ora surge além. Simplesmente nós também estamos, estamos sempre e em toda a parte.”* (Salazar, cit in LOFF, 2008:196) Este excerto de um texto de Salazar, deixa bem patente, por um lado a visão que o Estado Novo tinha da oposição. Por outro, evidencia o aspecto tentacular do aparelho repressivo. Ao “inimigo” é imputado o poder de infiltração, de penetração e de contaminação, porque como refere Loff (2008), o maior inimigo era o comunismo, *“A derradeira aberração, a monstruosidade típica deste século, que em si condensa todas as guerras íntimas, todos os venenos de decomposição moral e de ruína cívica”*. (Ameal, cit in LOFF, 2008:187)

Contudo, é importante salientar, que o comunismo não foi o único inimigo declarado do Estado Novo. Antes da greve geral de 18 de Janeiro, o inimigo central da política de Salazar era o revivalismo e o revolucionarismo republicano. Até essa data o comunismo era descrito como, *“...um pequeno grupo de agitação política e sindical, assente num punhado de activistas, com elevado espírito de militância e iniciativa.”* (Garcia e Maurício, cit in PIMENTEL, 2007:133)

João Madeira (2007) estabelece a dicotomia entre violência preventiva e violência punitiva. A violência preventiva estava presente na panóplia burocrática que o estado criara, bem como nos organismos que tinham por função principal, a divulgação de ideais chave do Estado Novo. *“A minha política é o trabalho”*, *“Manda quem pode, obedece quem deve”*, eram frases chave destinadas a marcar o quotidiano das pessoas. Não se pense



que essa função catequizadora cabia unicamente aos organismos de propaganda do Estado. Ela era também legitimada pela própria Igreja e difundida nos manuais escolares, bem como em toda a informação que previamente era submetida à censura. A esta violência todos estavam sujeitos. Era um moldar de mentes transmitido pelo leite materno. Assim se compreende que seja pequeno o número daqueles que ultrapassavam a linha divisória mentalmente criada pelo Estado e se sujeitem à violência punitiva.

Uma destas formas de violência originou a depuração, a que o funcionalismo público esteve sujeito, e que, como refere Madeira (2008), foi uma constante durante o Estado Novo, assinalando-se picos de incidência nos períodos, correspondentes aos anos de 1927 a 1931, aquando da génese do Estado Novo. Esta acção procurava proceder à decapitação da resistência Republicana. A demissão de alguns desses civis conduziu-os ao exílio. Contudo, uma esmagadora maioria é deportada para as colónias, onde os esperava uma situação degradante. *“Nos locais de deportação eram-lhes conferidos abonos de alimentação e subsídios de vestuário de acordo com a sua categoria administrativa [...] a sua situação era deveras aflita [...] com estas magras quantias, alimentavam os agregados familiares que mantinham na metrópole, restando-lhes a procura de uma ocupação por conta de particulares.”* (MADEIRA, 2007:178). Verifica-se uma nova vaga de demissões, no biénio 1933-1935, em sequência da aplicação do código do trabalho *“o caminho será a “redeportação” para locais cada vez mais inóspitos, onde se constituem os primeiros campos de concentração e onde a distinção entre soldados e generais deixou de ser sentida.”* (MADEIRA, 2007:179). O ingresso no funcionalismo público, passou a obrigar à fidelidade ao regime e repulsa pelos ideais comunistas, conforme ficava explícito em declaração assinada sobre compromisso de honra.

Assim, se compreende que um traço fundamental deste regime seja o facto de as vítimas da sua oposição, não serem só os opositores declarados, mas, também, simples cidadãos indefesos que, mais do que reprimidos, são suprimidos ou até exterminados. De facto tudo servia para despoletar a violência punitiva, *“assinando um abaixo-assinado de protesto, comparecendo numa manifestação, solidarizando-se com presos políticos ou frequentando iniciativas culturais e recreativas proibidas”*. (GREGÓRIO, 1955:16 )

A violência punitiva tinha em si gravada a marca da polícia que a exercia. Em 1933 é criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) resultante da fusão da Polícia Internacional Portuguesa e da Polícia de Defesa Nacional. Esta nova polícia directamente dependente do Ministério do Interior, estava *“Encarregada da vigilância de*

*eventuais acções como a segurança do Estado e a instrução de processos a apresentar a julgamento dos tribunais militares especiais e de superintender no cumprimento das penas em prisões especiais à sua guarda, a PVDE dispunha do controlo integral sobre todas as fases do processo de justiça política e passam a poder definir na prática quem era ou não tolerável em liberdade”* (CRUZ, 1988;88). Em 1934, foram-lhe atribuídas competências prisionais, e é criada a Sessão de Presos Políticos e Sociais. O aumento das competências atribuídas a esta polícia está bem patente, na intensificação da sua actuação. Em 1935 são efectuadas 1021 prisões; em 1936 esse número sobe para 2748, e em 1937 é de 3115. De notar que, segundo Rodrigues (1995), estes aumentos prisionais estão também relacionados com a criação da Legião Portuguesa e com a sua capacidade de infiltração em toda a vida económica e social.

Em resultado do fim da segunda guerra, e para fazer face às denúncias que iam aumentando a nível internacional, o governo realiza uma operação de “charme” extinguindo os tribunais especiais militares, que até aí julgavam crimes políticos e a própria PVDE. É criada em sua substituição a PIDE, a quem continuava a competir a instrução preparatória dos processos bem como a acção de vigilância e de repressão a actos atentatórios da “segurança do estado”.

Em 1954 são atribuídos à PIDE novos poderes. Passa não só a propor, mas também a aplicar ela mesma medidas de segurança. Em 1956 os poderes da PIDE voltam a aumentar, com a possibilidade dessas medidas de segurança virem a ter um carácter perpétuo, desde que os presos continuem a revelar-se “perigosos”.

A instrução preparatória dos crimes políticos, continuava a ser feita com carácter secreto, sem a presença de qualquer advogado ou juiz, à revelia do que estava decretado na própria constituição, que previa sempre a existência da fase de “instrução preparatória”. Desta forma, havia um campo aberto à prática de todos os abusos contra os detidos, patentes em vasta bibliografia, e comprovados pelos testemunhos na primeira pessoa, que em capítulos posteriores serão referidos.

O olhar sobre o aparelho repressivo fica incompleto sem uma abordagem ao sistema prisional e ao quotidiano vivido nas prisões. Contudo por opção metodológica esses temas serão tratados posteriormente, tendo por base o testemunho de quem o vivenciou.

### 3. SOPRANDO PELA VIDA

Mãos vidreiras  
Que o gás do fogo queimou  
Mãos vidreiras  
Que o trabalho calejou  
Mãos vidreiras  
Que só fazem obras d`arte  
Mãos que querem ser vidreiras  
Honradas em toda a parte.

Correia Moita

No prólogo da obra intitulada *Memórias da Marinha Grande* (1977) Joaquim Barosa, operário vidreiro refere “*a Marinha Grande é a Manchester Portuguesa [...] é hoje sem dúvida o centro onde a indústria vidreira melhor se tem desenvolvido e aperfeiçoado (...) neste simples e modesto trabalho apenas justifico o amor e dedicação que sempre tive pela terra que me serviu de berço (...) com a escassa instrução que de meus pais recebi – operários vidreiros dos quais herdei por honra os pergaminhos das minhas mãos*”.

Barosa deixa transparecer aqui que o essencial da história de uma localidade não está na natureza dessa mesma localidade, mas nas raízes que a atravessam, no seu património linguístico, religioso e cultural e por isso, essa história faz-se da memória dos homens que a viveram. A Marinha Grande é referida como o pólo de desenvolvimento industrial, de uma indústria que mistura a dureza do trabalho à boca do forno com a fragilidade e beleza da obra final “pergaminhos das minhas mãos”. Simultaneamente a Marinha Grande é o objecto e de amor daqueles que aí nasceram e que por honra herdaram ser operários vidreiros.

Signorelli (1999) elenca três aspectos fundamentais que determinam a pertença de um grupo a um espaço. Em primeiro lugar o aspecto económico, determinado pelo espaço que decorre o processo de produção. Depois o aspecto social criado entre um determinado grupo espacial e por último o aspecto antropológico que resulta da interferência entre a colocação social de um grupo e a sua identidade

O lugar onde é hoje a cidade da Marinha Grande tinha solos pobres para a agricultura, mas ricos em areia e sílica, materiais fundamentais para o fabrico do vidro. O pinhal de Leiria, fonte de trabalho para os homens do tempo da expansão marítima era agora uma abundante fonte de combustível, e a anterior existência de uma fábrica de vidro na região, que apesar do curto período de laboração, formou uma aristocracia vidreira, constituíram factores fundamentais para a instalação em 1789 da Fábrica de Vidros da Marinha Grande, propriedade de Guilherme Stephens.

A instalação desta fábrica aglutinou à sua volta o núcleo populacional. Segundo Filomena Mónica (1981) estavam registados na região da Marinha Grande em 1765 duzentos e sessenta e oito fogos. Em 1804 o número de fogos era de oitocentos e trinta.

Contando com a colaboração do irmão Diogo Stephens, Guilherme Stephens empreendeu a tarefa de “educar trabalhadores” conseguindo fechar as tabernas e controlar a venda do vinho, de modo a proporcionar condições para um trabalho certo e regular e criando um teatro onde se representavam peças dramáticas e tocava música, com a finalidade de valorizar os homens e os tornar civilizados.

Weber (2001) salienta a importância da mudança do paradigma que suportava a produção ao nível industrial, apontando como fundamental para a moderna economia o “racionalismo económico que paralelamente ao domínio técnico evidencia a importância no “ideal de vida “.

A fábrica fica nas mãos dos Stephens até 1827, altura em que João Diogo morre e a lega ao Estado português “suplicando” que nomeie a autoridade para a administrar de modo a poder manter a sua prosperidade e estabilidade para benefício da Marinha Grande em particular e do Reino em geral. Com a morte dos seus fundadores termina o período de ouro para a fábrica e para a Marinha Grande.

Os sucessivos arrendamentos feitos pelo estado que entregavam a fábrica muitas vezes em mãos com gestão pouco eficaz, bem como os longos períodos de tempo que separavam os vários arrendamentos criavam situações de desemprego, fome e miséria que atingiam a quase totalidade da população da Marinha Grande.

Filomena Mónica (1981) aponta a década de 80 do séc. XIX, como o fim do monopólio que a fábrica criada por Stephens teve na produção de vidro na Marinha Grande. Segundo aquela investigadora, surgem a partir dessa data, uma série de outras fábricas, que são exemplo da acção de uma certa “aristocracia” vidreira que a Stephens tinha potenciado.

A primeira é a Santos e Barosa, antigo vidreiro da Stephens, detentor de capital laboral, ao que se associou o capital monetário de um irmão emigrante no Brasil. O princípio do Sec XX é marcado pela emergência de muitas outras fábricas: a Fábrica Nova; a Fábrica Central; a Fábrica da Companhia Industrial Portuguesa; a Santos Galo; a Moraes e Companhia; Guilherme Pereira Roldão e mais tarde a Fabrica Marquês de Pombal.

A emergência de novas fábricas, se bem que sinónimo de uma certa prosperidade no sector levanta também um conjunto de novos problemas, abrindo as portas a um novo regime de concorrência que é agravado pela escassez de mercado. Tal facto tem repercussões a vários níveis: por um lado os “novos patrões”, muitos deles ex-operários, queriam ganhar dinheiro rapidamente, e mais frequentemente do que os Stephens, eram forçados a usar a força para obter respeito. *“O clima dentro das oficinas endurece. As relações patrão – operário tornam-se mais tensas”* (MÓNICA, 1981:527). Por outro lado a tradicional transmissão de conhecimentos que a cadeia operatória da produção de vidro impunha construindo um grupo fortemente hierarquizado, permitindo que a profissão de vidreiro fosse herdada. Não estava agora assegurada. *“Joaquim Ferreira consentiu por três anos na tabela de preços respectiva [...] com a condição de lhe admitirem na Fábrica dois filhos.”* (BARROS, 1998:124)

Na Marinha Grande, os anos de 1907 e 1908 foram marcados pela fome na Marinha Grande. A Fábrica Nacional (antiga fábrica Stephens) tinha sido encerrada, em virtude da anulação do contrato na sequência de um relatório elaborado por uma comissão de inquérito mandatada pelo governo. Esta situação leva os operários e as suas famílias a Leiria, pedindo providências ao chefe do distrito. *“Foi triste a grande romaria nos dez dias que os operários e as suas famílias estiveram à porta do Governo Civil de Leiria em Maio de 1908 [...] acompanhados dos seus filhos a corar sem pão, com fome, quando a fome é tão má conselheira quando bate à porta.”* (BARROS, 1998:131)

Nessa altura muitos dos operários sem trabalho foram britar cascalho para a construção da estrada que liga a Marinha Grande à Nazaré.

O período da primeira guerra mundial tornou-se uma época áurea para a indústria vidreira na Marinha Grande, não só porque muita da concorrência estrangeira era afectada pelos efeitos da guerra, mas também porque aqui o pinhal de Leiria continuava a fornecer combustível necessário à laboração.

Contudo, com o fim da guerra, e o consequente reinício da laboração, bem como a criação de novas zonas de produção, colide com grande stock acumulado na Marinha Grande, levando o sector vidreiro a uma crise profunda. *“Nos anos de 1920-1930, é bom lembrar, o*

*sistema capitalista atravessava uma grave crise que atingia fortemente a indústria do vidro. Em consequência disso as lutas do proletariado vidreiro tinham-se intensificado (...) os trabalhadores, em poderosas acções de massas exigiam trabalho e de tal modo as lutas cresceram que obrigaram o governo a criar postos de trabalho nas matas nacionais e no pinhal de Leiria” (GOMES, 2001: 33)*

É com este cenário económico e social, que a Marinha Grande chega ao Estado Novo.

Contudo importa salientar que o grau de visibilidade que os vidreiros sempre tiveram na Marinha Grande, não dependeu só da importância que a indústria vidreira tinha a nível local, como principal fonte empregadora, mas também do que a prática do trabalho proporcionava ao nível da coesão do grupo, da sua qualificação e consequente autonomia.

O que se passa no interior de uma fábrica de vidro é condicionado de uma forma permanente à natureza da matéria com que se trabalha. O vidro passa por um processo de fusão a altas temperaturas e depois por um de solidificação rápida e impossível de rigorosa previsão. Quando é trabalhado, ele apresenta uma consistência fluida e com elevadas temperaturas, o seu manuseamento aí, requer extrema perícia, pois, desde o momento em que sai do forno, inicia um arrefecimento que por estar dependente de vários factores (a temperatura atmosférica, a dos próprios utensílios) é impossível de prever de forma rigorosa. Assim é o gesto do homem que com a técnica e a arte se vai sobrepor à variabilidade da matéria, de modo a permitir um processo que conjuga variabilidade e decisão.

A produção de vidro na Marinha Grande envolveu desde o início da produção os sectores de vidraça e cristalaria, sendo a produção de garrafaria iniciada no Séc. XX.

A produção de vidraça foi muito importante na altura da implementação da primeira fábrica, devido à reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto. Era um trabalho muito duro, só acessível a homens com boa capacidade física e grande caixa torácica. Existem relatos sobre este trabalho da autoria de Betâmio de Almeida no relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidro da Marinha Grande e que consta da obra comemorativa do segundo centenário da fábrica e, mais recentemente, em Mónica (1981).

O trabalho realizava-se em pé, soprando a cana sobre uma vala seca aberta no soalho. O sopro tinha de ser forte, pois originava um balão cilíndrico com cerca de dois metros. Dentro da vala o balão tinha de ser continuamente soprado e agitado em movimento pendular até atingir a espessura desejada. O ajudante, colocava então um pedaço de massa vítrea na extremidade, fazendo um orifício que era soprado até ser alargado. A extremidade junto à cana era então cortada, tendo-se obtido um cilindro perfeito, que era depois

seccionado com um ferro frio de modo a provocar-lhe uma abertura ao longo de toda a sua face lateral. Este cilindro aberto ia para uma estufa, com aquecimento, de modo a manter a maleabilidade do vidro e a permitir que se transformasse em chapa. Era a estenderia, operação que proporcionava o aplanamento do vidro.

A cristalaria, (termo que designa todo um conjunto de objectos de vidro para uso doméstico), era um trabalho feito à boca do forno, implicando sempre altas temperaturas ambientais. Aqui, o oficial que trabalhava à boca do forno estava sentado numa cadeira especial. Eram os aprendizes que colhiam com a cana a matéria vítrea do forno e eram eles que a colocavam sobre o marma. Os ajudantes colocavam partes da peça, por exemplo o pé ou o bojo, cabendo ao oficial fazer os acabamentos e vigiar todas as operações. A obra era então transportada para as arcas de tempero, onde se procedia ao recozimento até obter a consistência final.

Para produzir a garrafaria a cana era metida no forno de modo a retirar-se a porção de vidro desejada e essa massa era distribuída de forma regular sobre o marma. Era novamente introduzido no forno até obter a forma de uma pêra que era soprada na cana, dando-lhe movimentos de oscilação de forma a proporcionar-lhe o formato. A peça voltava a ser aquecida pelo ajudante que, soprando com força simultaneamente puxava a massa e lhe dava a forma de garrafa.

À dificuldade do trabalho aliavam-se as condições em que este decorria, principalmente as altas temperaturas que a proximidade do forno proporcionava, bem como o pó resultante da sala de composição das matérias-primas. O ritmo de trabalho frenético afim de evitar alterações indesejadas na massa vítrea. A sede era uma constante. O trabalho começava na infância a incapacidade física também provinha cedo, e a taxa de mortalidade era precoce. Esta situação mantém-se até ao séc. XX.

Joaquim Gomes em *Estórias e emoções de uma vida de luta*, relata as condições de trabalho existentes nessa época. *“O primeiro emprego aconteceu depois de completar os seis anos [...] necessário se torna esclarecer que no respeitante à idade não bati qualquer recorde, pois houve crianças e não foram poucas, que começaram antes dos seis anos, não sendo também raros os casos em que os pais tinham de as levar ao colo quando iam para o trabalho [...] as fábricas de cristalaria ou a potes trabalhavam num único turno diário. Os aprendizes, regra geral, entravam numa “obragem” (uma equipa de trabalho) pelo último escalão, que consistia em preparar o molde para que cada peça pudesse ser moldada ou a “levar a cima” que no concreto consistia em levar para as arcas ou seja para estufas*

*apropriadas onde se processava o chamado tempero, isto é o arrefecimento lento das peças fabricadas” (GOMES, 2001:26) Ser aprendiz era um trabalho marcado pela submissão, pela obediência e pela dureza “ Na prática “levar a cima” era fazer uma corrida de oito horas, só interrompida por escassos minutos para comer uma bucha que nem sempre havia. (...) Por vezes eles caíam redondamente no chão, esgotados pelo cansaço e vencidos pelo sono. Quando tal acontecia, acordá-los exigia no mínimo, uns fortes safanões que nem sempre resultavam, ou atirar-lhes com água fria para cima o que também não era infalível. O que nunca falhava porém era um toque na pele com vidro escaldante”. (GOMES, 2001:28)*

O estabelecimento da cadeia operatória marca um grupo hierarquicamente organizado. Essa hierarquia que é vivida quotidianamente no interior da fábrica vai estabelecer a existência de equipas de trabalho que marcam a aprendizagem e a reprodução do saber, criando uma relação de dádivas e contra dádivas, de um conhecimento adquirido antes e obrigatoriamente transmitido depois.

O oficial, só é oficial porque aprendeu esse ofício de outro enquanto foi aprendiz. Por outro lado, o facto de ser oficial hoje, exige a presença de um novo aprendiz, não só por um direito que a condição de oficial oferece, mas por uma necessidade de trabalho.

*“Naquele tempo, filhos de vidreiros eram vidreiros, filhos de engenheiros eram engenheiros. O meu pai era vidreiro. Tinha começado a trabalhar com 7 anos. Eu também tive de ser vidreiro. Entrei para a Fábrica com 12 anos, no dia 1 de Maio de 1960. Hoje o dia 1 de Maio é o dia do trabalhador e é feriado, mas antes não era. Quando começamos éramos miúdos. O primeiro trabalho era levar acima. Começávamos pelos elementos básicos. Quando qualquer coisa corria mal, davam um pontapé na cabeça do miúdo, como se ele fosse o culpado. Assim se desculpavam perante os outros colegas. Mais tarde nós vínhamos a fazer o mesmo. Era a educação vidreira. No fim do trabalho, quando os outros iam embora nós ficávamos a varrer o estrado. Também tínhamos de vir mais cedo para preparar as ferramentas para a obra. Quando as coisas não estavam conforme, era descontada uma importância monetária. Consoante as habilidades iam subindo no posto. Quando chegávamos a oficiais era o pleno de uma carreira iniciada em miúdos. (Entrevista a Júlio Pereira)*

Daqui se percebe, como a hierarquia estabelecida dentro da fábrica se vai repercutir ao nível da reprodução social, facilitando a coesão do grupo em virtude da autonomia dessa qualificação (saber) lhe confere.

A produção de vidro foi o elemento centralizador não só da actividade económica e social, mas principalmente criação de uma matriz identificadora. “Num grupo comportando algumas dezenas de indivíduos reunidos num só local de trabalho, no interior do qual os laços profissionais, familiares, vicinais, se reforçam mutuamente, as funções de



*solidariedade e de estreito controlo social quase se confundem, são asseguradas pelos mesmos mecanismos ” (MARQUES, 1997:9)*

Ser vidreiro não era só ter trabalho. Era ter “o trabalho”. Aquele trabalho cujo saber era transmitido hierarquicamente, em grupo fechado, mas que por existir se estendia a toda uma cidade, que também ela crescia ao redor da fábrica, com a matriz desse trabalho. Falar da Marinha Grande era falar do vidro. Ser vidreiro era sinal de dignidade e de importância, não da importância que hoje se associa a quem tem um carro topo de gama, mas, à importância inerente a quem possui saber e tem um trabalho digno.

A primeira referência à actividade mutualista data de 1788. Marques, situa-a num discurso proferido pelo próprio Guilherme Stephens aos seus operários. *“Não só aprovo, mas até estimo infinitamente o novo regulamento que estabeleceram em ordem a socorrer aqueles dos seus companheiros que cheguem a adoecer; pois que além de ser um acto de caridade e uma prova assaz evidente para o público da boa harmonia que permanece entre uns e outros.”* (MARQUES, 1997:4). Em 1907 é criado na Fábrica Stephens o Recurso Operário, uma associação mutualista que tinha a característica de juntar operários de uma só categoria hierárquica, os operários cristaleiros. Tinha por função proporcionar assistência médica bem como empréstimos monetários a quem deles necessitasse. Em 1917 surge a primeira Associação de Classe (AC) dos manipuladores de vidraça e em 1919 surge a AC dos garrafeiros e em 1924, a dos cristaleiros.

Filomena Mónica, defende que a criação das associações vidreiras está ligada à percepção que esses operários têm de que é necessário auto protegerem-se “Num grupo que só podia manter os seus privilégios através da defesa inquebrantável do monopólio do saber técnico, o segredo da arte e a união eram vitais” (MÓNICA, 1981:542)

A influência das AC estendia-se às próprias fábricas actuando como que um tribunal de trabalho e procurando dignificar a imagem do vidreiro. *“A reivindicação da dignidade operária, que implica a inversão da ideologia dominante, constituía, por conseguinte um objectivo importante para as AC”*. (MÓNICA, 1981:542).

Em 1931 é criado o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro. Referindo-se à importância da criação deste sindicato à escala nacional José Gregório realça: *“Isto tornava-se quanto mais necessário, por quanto é certo que a classe vidreira tenha aprendido que a fraqueza das suas associações, em separado, alguma das suas derrotas anteriores se deviam à ausência de sua unificação à escala nacional”* (GREGÓRIO, 1955:3)

Tendo em conta a realidade da Marinha Grande, importa realçar que, se é verdade que foi a implementação da indústria vidreira que congregou os homens, dando-lhes trabalho e meios para poder satisfazer as suas necessidades, foram contudo as relações humanas e sociais que esse trabalho proporcionou que exponenciaram outras necessidades. O conhecimento que esse trabalho proporciona, mais do que um meio para suprir necessidades, torna-se uma fonte de poder. A consciência colectiva aqui não advém unicamente da tradição cultural criada nas relações de trabalho e vizinhança, mas resulta principalmente da experiência de necessidades comuns, da consciência do poder que detêm e da capacidade de gerir esse poder. Assim ao longo do tempo foi-se acumulando na Marinha Grande um importante capital simbólico, usado nas lutas de poder que ocorreram no campo laboral, social e político, criando-se assim condições para a emergência de *localismos*, no sentido que lhe é atribuído por Signorelli (1999), uma vez que inserida num contexto que lhe é exclusivo, está contudo, também perfeitamente integrada numa ideologia orientada no sentido universalista.

## 4.18 DE JANEIRO DE 1934

*Grande, mas é uma homenagem aos marinhenses.” Olhando o passado constata como, só o facto Os homens fazem a sua própria história mas não a fazem arbitrariamente. Em condições escolhidas por eles, mas sim em condições directamente herdadas e transmitidas do passado”. Karl Marx*

Comemorou-se dia 18 de Janeiro de 2009 o septuagésimo quinto aniversário do “18 de Janeiro.”

O 18 de Janeiro e a sua importância como referência identitária do operariado vidreiro ultrapassou há muito o círculo profissional em que se produziu e integrou a própria narrativa da Marinha Grande. Prova disto é a toponímia atribuída às principais ruas e praças.

Tal como em anos anteriores, esta data foi amplamente comemorada na Marinha Grande. Em 2009 as comemorações tiveram início dia 10 de Janeiro, com um programa destinado aos mais novos, do qual constavam: modelação de balões, caracterização facial, insufláveis e distribuição de lanches. Terminaram dia 24 de Janeiro com um espectáculo musical com “José Pedro dos Xutos”.

As principais comemorações contudo ocorreram dia 18 de Janeiro, onde às 00h00 se realizou uma salva de morteiros e um espectáculo de fogo de artifício no Parque Municipal de Exposições. Seguiu-se às 10h00 uma romagem ao cemitério, onde foram depositadas flores junto das campas dos prisioneiros por participação no movimento do 18 de Janeiro. Às 11h00, na Praça do Vidreiro actuou o grupo de percussão Tocánder e foram feitas Intervenções sindicais. Seguiu-se a inauguração de um Memorial aos resistentes do 18 de Janeiro na Praceta do Vidreiro.

No salão nobre do Museu do Vidro, que nesse dia teve visitas guiadas gratuitas, foi apresentada pelas 12h00 a medalha comemorativa do 18 de Janeiro, obra do escultor marinhense Joaquim Correia. No discurso de apresentação, Joaquim Correia manifestou a profunda alegria que a elaboração desta medalha lhe tinha provocado. Ele próprio, bisneto,

neto e filho de vidreiros refere que “*a revolução estava na minha casa*”. Apesar de muito menino lembra bem que “*quem vivia na Marinha Grande nessa altura, sentia esse peso, um esforço enorme no trabalho, na família a passar mal e ainda o peso da repressão sobre a luta sindical*.” É essa, a ideia que pretende transmitir com esta medalha pois, “*ela não é uma homenagem à câmara municipal da Marinha de ser da Marinha Grande era o suficiente para ser proscrito*”. Por isso, os homens que fizeram o 18 de Janeiro, constituem “*uma herança, um exemplo heróico do sofrimento e da dignidade das pessoas*”.

Seguiu-se o discurso do presidente da Câmara da Marinha Grande, que começou por se congratular com a presença do presidente da Região de Turismo Leiria/Fátima. Enalteceu também a importância do património marinhense para o turismo, referindo a Casa Museu 18 de Janeiro, inaugurada aquando das comemorações do septuagésimo quarto aniversário do 18 de Janeiro, na presença do presidente da Câmara do Tarrafal. Salientou que a Marinha Grande é cidade gêmea da cidade do Tarrafal, reconhecendo que entre as duas cidades existe uma forte ligação. Quando em 1936 foi inaugurada a colónia penal do Tarrafal, dos 136 presos políticos que para aí foram transferidos, 57 eram marinhenses.

As comemorações seguiram depois da parte da tarde, com a exibição de uma peça de teatro às 15h00 na Galeria Municipal, representada pelo grupo Teatresco. Às 16h00 foi inaugurada uma oficina da cultura e um espectáculo no parque Municipal de Exposições com a participação da Banda da Força Aérea.

O 18 de Janeiro de 1934 foi a data escolhida para a realização de uma greve geral, “*a mais bem sucedida que alguma vez se vive no país*”. (MARTINS, 2006:34). Tratou-se de um protesto organizado ao nível sindical que envolveu comunistas e anarquistas, que abertamente se manifestaram contra a promulgação do Estatuto Nacional do Trabalho. Para além da greve, sucederam-se por todo o país expressões de revolta.

Gouveia um antigo inspector da Pide refere “*em 18 de Janeiro de 1934, os agitadores, tentaram provocar uma greve geral revolucionária, com a prática de actos de sabotagem e rebentamentos de bombas. Provocaram o descarrilamento de um comboio entre Lisboa e Vila Franca de Xira e o corte do cabo submarino Lisboa- Londres; fizeram explodir a Central Eléctrica dos Serviços Municipalizados de Coimbra, com a colocação de duas bombas de dinamite de rastilho, de nove quilos, cada uma; também explodiram bombas em vários pontos do país, nomeadamente no Algarve, na região corticeira de Silves*”. (Gouveia, cit in NUNES ,1998:34).

A Marinha Grande acordou com a presença das forças da GNR que para aí se tinham deslocado, vindas de Leiria. É declarado o Estado de sítio. As fábricas são mandadas encerrar. Só podia circular quem tivesse salvo-conduto. Às forças da GNR juntam-se elementos do RA4 e do RI7.

Por toda a vila se procedem a buscas e a prisões. Estas acções estendem-se até ao dia dezanove.

Na Marinha Grande, o 18 de Janeiro constitui um marco na memória social dos operários marinhenses, mas, mais do que isso, estabeleceu o ponto de viragem na forma de luta, bem como nos destinatários dessa própria luta.

Ao longo dos anos que tinham precedido o 18 de Janeiro de 1934, muitos tinham sido as manifestações de descontentamento face às condições de trabalho por um lado, e à falta dele, por outro. No entanto estas reivindicações eram dirigidas aos patrões, solicitando em última instância ao Estado o papel de árbitro na resolução destes conflitos. Era o que acontecia, por exemplo, quando se faziam as romagens (em momentos de fome extrema) ao Governo Civil de Leiria.

As alterações ao nível da situação do Estado, provocadas pelo surgimento do Estado Novo, e pelas políticas que então se implementaram, aliaram o Estado ao patronato e acentuaram o desequilíbrio de forças.

Augusto Costa nasceu em 1901 na freguesia de Marrazes, concelho de Leiria. Era o quinto filho de uma família que vivia do amanho da terra. As dificuldades de subsistência levaram a família a transferir-se para a Marinha Grande, onde chegou com cerca de cinco anos. Por essa altura, *“As suas brincadeiras e sonhos iriam repartir-se entre o admirar as manobras do comboio e o assistir curioso à passagem dos meninos, ao cair da tarde, pouco mais velhos do que ele, acompanhando os pais no regresso das fábrica”*. (NUNES.1998:13).

Joaquim Gomes era um desses meninos. *“Voltando à minha trajectória como aprendiz de operário, recordo perfeitamente que para ingressar na segunda fábrica onde passei a trabalhar teve a minha mãe de me acompanhar e mostrar ao patrão a minha cédula de nascimento para provar que tinha completado os 7 anos”*. (GOMES, 2001:24).

Francisco da Cruz era outro desses meninos. Com apenas sete anos começa a trabalhar na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Por essa altura viviam-se na Marinha Grande dias difíceis. O aparecimento das novas fábricas obrigou a que o patronato lutasse entre si pela sobrevivência no mercado. Esta

situação torna ainda mais precária a vida dos operários, já de si vítimas de um trabalho duro e realizado em péssimas condições propiciadoras de doenças ao nível do aparelho respiratório. A fome era uma presença onnipotente.

Gomes trabalhava na fábrica com dois irmãos mais velhos. O farnel era preparado para os três. *“Este consistia numa fatia de broa com um bocado de toucinho ou mais frequentemente com uma sardinha fresca ou salgada, sendo a broa e o conduto cortados em três bocados”*. (GOMES, 2001:24). A fome foi-se agravando e culminou com uma romagem de centenas de operários a Leiria. A imprensa local da época regista dá conta desta realidade.

Nunes (1998), considerou que estes acontecimentos influenciaram o pequeno Augusto Costa, sendo considerados a mola real que faria dele anos mais tarde um activista. *“Era lógico e inevitável que tais meninos, um dia, se transformassem em operários revolucionários, temperados pelo fogo do forno e pelas lágrimas que escorriam cara abaixo, caindo gota a gota para a selha de água, onde as mais das vezes matavam a sede”*. (NUNES, 1998:24).

Nesses tempos a escola era substituída pelo trabalho. Referindo-se a Augusto Costa, Nunes refere: *“Sem tempo para ir à escola, as suas aulas seriam as queimaduras do vidro, o calor do forno e os maus tratos em troca de uma jorna miserável.”* (NUNES 1998:13).

O analfabetismo generalizado, é muitas vezes apontado como a causa que leva à submissão das populações, mesmo quando conscientes da sua situação desfavorecida. Também a Joaquim Gomes tinham trocado a escola pela fábrica. Lembrando os seus 12 anos diz: *“Foi por esta altura que se começou a desenvolver em mim o gosto pela leitura [...] um comunista que eu não conhecia como tal começou a emprestar-me livros [...] que decisivamente abriram o caminho que me levou até à Federação da Juventudes Comunistas e mais tarde ao Partido.”* (GOMES, 2001:32).

Augusto Costa *“era um homem extremamente consciente e politizado como trabalhador; um homem que tinha a preocupação de saber mais e mais. Lia, discutia, estudava e abria discussões nas reuniões em que participava. Era considerado um homem de destaque nas fileiras dos trabalhadores.”* (NUNES, 1997:17).

Tinha-se tornado, juntamente com José Gregório frequentadores assíduos das reuniões do comité operário da fábrica Santos Barosa. Aí, juntamente com outros sindicalistas esclarecidos e politizados estudavam e discutiam os problemas do operariado vidreiro.

Tanto Godinho (2001), como Fernandes (2006), salientaram o facto de nas sociedades em que o desequilíbrio e as assimetrias estão patentes, sendo o acesso aos meios económicos, culturais e sociais reservados a uma só classe, o equilíbrio social é sempre pontual. A raridade com que se produzem movimentos organizados é grande em virtude de uma certa conformidade com uma ordem estabelecida, ou do risco que se corre em ultrapassar esta realidade.

Numa entrevista Lenine Moiteiro salienta que *“Os rapazes faziam as lutas de ânimo leve, porque não pensavam nas consequências, os outros mais velhos e com filhos e mulher já pensavam na família”*.

Também Joaquim Gomes salienta a importância da acção dos jovens no desenrolar das acções de resistência ou protesto. *“Registe-se igualmente que tudo o que era feito em defesa dos aprendizes mais pequenos, de facto ainda crianças, partiu em geral dos aprendizes mais crescidos que não esqueciam aquilo que eles haviam passado, assumindo por isso a denúncia dos factos e encabeçando os seus protestos.”* (GOMES, 2001:38).

Na Marinha Grande foi fundamental a presença de activistas locais, jovens que, de certa forma, actuavam estabelecendo a ponte entre o local e o nacional ao nível político.

António Guerra é um desses activistas. Masca na Marinha Grande em 1913. É reconhecido por todos como uma pessoa culta. Ajuda na alfabetização de muitos operários vidreiros.

Segundo Nunes, e tendo em conta a história da indústria vidreira na Marinha Grande, constata-se o nascimento e o desenvolvimento de uma mentalidade revolucionária e humanista entre o operariado. *“O proletariado que em Maio de 1908 chega a Leiria com a finalidade de implorar uma esmola, com o avançar do século, desenvolve sistemas de luta e, nos anos 30, embora seja o mesmo vidreiro, é já um operário que não implora, reivindica: não pede esmola, luta pela dignidade.”* (NUNES, 1998:17)

Gramsci, citado por Crehan (2004) aponta a presença de três níveis na consciência política colectiva. O primeiro quando *“os membros do grupo profissional estão conscientes da sua unidade e homogeneidade e da necessidade de a organizarem ...mas isso ainda não acontece”*. O segundo *“é aquele em que é alcançada a consciência da solidariedade de interesses entre os membros de uma classe social – mas ainda no campo puramente económico”*. O terceiro, *“em que a pessoa toma consciência de que os seus interesses corporativos, transcendem os limites corporativos da classe puramente económica e podem*

*e devem tornar-se também, os interesses de outros grupos subordinados*”. (Gramsci, cit in CREHAN, 2004:115e116).

Para a emergência desta consciência política, contribuiu a criação na Marinha Grande do Sindicato Vidreiro e o apoio do Partido Comunista. *“Os partidos não são simplesmente uma expressão mecânica e passiva dessas classes, mas reagem energeticamente sobre elas para as desenvolver, consolidar e universalizar”*. (Gramsci, cit in CREHAN, 2004:116)

Uma das primeiras revoltas contra a ditadura aconteceu a 7 de Fevereiro de 1927. A ela se seguiu uma forte repressão provocando inúmeros mortos e feridos. Um desses feridos é Manuel Esteves Carvalho, que é capturado e preso, após o que regressa à Marinha Grande, onde apesar de doente, teve um papel importante *“Influindo de forma decisiva na politização dos trabalhadores vidreiros, na formação do SNTIV e, já tuberculoso em último grau seria um dos mentores das operações do 18 de Janeiro de 1934.* ”(NUNES, 1998:28).

Após o encerramento do sindicato *“era absolutamente necessário montar a organização do Partido nas fábricas e melhorar a actividade do Comité Local. Isto é, criar condições para continuar a luta no plano legal mas conduzindo-a por meio da organização do Partido na clandestinidade.”* (GREGÓRIO, 1955:27)

O papel dos activistas locais, dado o prestígio e simpatia que gozavam entre os trabalhadores, foi preponderante como elemento de mobilização e de ligação entre os operários e o aparelho partidário a trabalhar na clandestinidade. Como salienta Gregório, *“Quando eles não viam bem qual era a saída para a continuação da luta em face da repressão, os membros do Partido não lhe tivessem ajudado a arreigar a convicção de que o único caminho era o 18 de Janeiro”*. (GREGÓRIO, 1955:26)

António Guerra, Manuel Esteves de Carvalho, José Gregório, Manuel Baridó e Adriano Neto fizeram parte do núcleo que na Marinha Grande organizou o 18 de Janeiro. As razões do movimento eram por um lado razões de cariz nacional, como protesto contra a implementação do código de trabalho, mas havia também razões de nível local. A luta na Marinha Grande visava a abertura do Sindicato, a melhoria dos salários e a constituição de *“autoridades locais servidoras da classe operária”* (GREGÓRIO, 1955:55).

Fentress e Wickham (1992) defendem que as comunidades operárias são frequentemente terreno de conflito entre a cultura dos movimentos operários e as ideologias dominantes. Se nem todos os grupos operários são igualmente capazes de contestar o discurso dominante das classes dirigentes, os operários vidreiros, graças à estabilidade



profissional e habitacional do grupo, à força e identidade do grupo face ao patronato e ao próprio poder instituído, bem como à confiança que os membros do grupo depositam uns nos outros, provaram ser capazes de contestar esse poder dominante.

O campo da memória social ocupa um lugar preponderante neste conflito, e o 18 de Janeiro representa o expoente máximo da identidade da comunidade em oposição ao mundo exterior. Homens como António Guerra, Francisco Cruz e Augusto Costa tornam-se exemplo não só pelo seu contributo enquanto homens livres, mas também pela postura e dignidade que assumiram após a detenção.

Francisco Cruz é preso ainda no dia 18 de Janeiro, tendo na sua posse um revólver e uma pequena faca. Dá entrada nos calabouços do Governo Civil de Leiria, onde é barbaramente torturado nos interrogatórios. Passa pelo presídio da Trafaria, sendo depois desterrado para Angra do Heroísmo, onde vem a falecer nos braços do seu conterrâneo, amigo e companheiro de lutas Manuel Baridó, a 30 de Junho de 1936.

Augusto Costa fez parte da brigada do Valeirão, tendo como tarefa abater pinheiros de modo a impedir a circulação entre a Marinha Grande e Leiria. Consegue evadir-se, mas a 31 de Janeiro entrega-se voluntariamente, *“para evitar que sua mulher continuasse a ser diariamente perseguida e interrogada”*. (NUNES.1997:18). Faz parte do primeiro grupo de prisioneiros com destino ao Tarrafal, onde vem a falecer em 1937, *“quando já num estado de doença muito adiantado, sem qualquer assistência médica, contraiu uma biliosa que em poucos dias o matou”*. (NUNES, 1997:19).

António Guerra fez parte do grupo que a 18 de Janeiro tomou a estação telégrafo-postal da Marinha Grande, cabendo-lhe também a ele negociar a rendição do posto da GNR. Entrega-se em Leiria a 22 de Janeiro. Integra o grupo de prisioneiros que inaugura o Tarrafal, onde fica até 1944, altura em que é transferido devido à doença para o hospital Júlio de Matos. Passa depois pelo Depósito de Presos de Caxias, pela cadeia do Aljube e pelo Forte de Peniche. Após uma malograda tentativa de evasão, é novamente enviado para o Tarrafal onde vem a falecer a 28 de Dezembro de 1948. Sobre António Guerra, Nunes (1997) revela *“Em cumprimento do determinado no artigo 10º do decreto nº 35:046 de 22 de Outubro de 1945, [...] António Guerra, oficialmente desaparecia do mundo dos vivos... e dos mortos. Muito simplesmente não existia. Nem na ficha da PIDE.”* (NUNES, 1997:24).

## 5. PELA MÃO DOS LIVROS

*Leio livros proibidos. Proíbem de os ler, porque dizem a verdade sobre a nossa vida de operários [...] são impressos clandestinamente, e se os encontrarem cá em casa metem-me na prisão [...] na prisão, por eu querer saber a verdade. Estás a compreender?*

Maximo Gorki

Integrar um capítulo intitulado “Pela mão dos livros” num trabalho que aborda um tempo e um lugar em que a maioria da população era analfabeta pode parecer um paradoxo.

Contudo, esta abordagem torna-se essencial, pois permite explicitar alguns aspectos fundamentais, de modo a perceber qual a importância da “palavra escrita” na acção dos homens e na sua forma de pensar, porque, se os livros não mudam o mundo, mudam os homens que vão mudar o mundo. Desta forma, pretende-se ver como as formas de poder podem ser reforçadas pela linguagem e pela comunicação, numa acção que sendo consciente por parte de quem a pratica é interiorizada de forma inconsciente por quem a recebe.

A importância da palavra escrita está patente não só na produção literária, mas também nos manuais escolares, principalmente nos textos, que são trabalhados desde a 1ª infância nas aulas de português. Por outro lado, importa fazer o confronto entre o conteúdo desta produção escrita, com aquela outra, produzida pelos neo-realistas, bem como aferir da importância desta em paralelo com a originada na clandestinidade, (nomeadamente a que foi produzida e divulgada pelo PCP), na acção e mobilização dos homens.

Abordar a produção feita na clandestinidade remete-nos para a censura. Importa salientar o seu papel, num estado que procurava ocultar a repressão atrás de uma ideologia, recorrendo, silenciosamente, à acção de um lápis azul, à proibição da venda de livros, à exoneração de intelectuais, à proscrição de certos autores.

Por último e recorrendo a testemunhos de quem viveu as situações, ver de que forma na Marinha Grande a acção dos homens se guiou “pela mão dos livros”, assumindo uma

cultura de resistência e construindo a imagem de uma classe orgulhosamente proletária e industrial.

### **5.1. “O Regime por detrás das palavras”**

Decorria o ano de 1940. A Europa estava fustigada por uma guerra. Em Portugal era inaugurada a Exposição do Mundo Português”.

A Exposição do Mundo Português permitiu, não só identificar os pilares em que se apoiava a construção feita pelo Estado Novo da identidade portuguesa, mas também, ver a própria dimensão dessa identidade. Trindade (2008), refere-se à Exposição como “*um livro em forma de Pavilhões.*” Para este autor, “*A eficácia ideológica do Estado Novo – aquilo que determinou a sua capacidade de criar consensos, que determinaram, por sua vez, a sua longevidade – dependeu do poder das imagens de Portugal e do Povo Português como identidade.*” (TRINDADE, 2008:255).

A Exposição é um “livro”, que procura representar um território, um povo, enaltecendo a importância da herança histórica, onde Portugal não se limitou a fazer parte da história, mas, é ele mesmo, mais do que protagonista, agente dessa história. Esta ideia, está patente no discurso de abertura da Exposição do Mundo Português, proferido por Augusto de Castro “*Portugal não é apenas um produto da história do Mundo. Portugal é um dos autores da história universal. Poder-se-ia denominar um dos mais vastos e épicos capítulos dessa história “Portugal historiador do Mundo”.* (Castro, cit in TRINDADE, 2008 :262).

Outro pilar importante e que sobressai da Exposição do Mundo Português é o próprio território e o seu “Povo idealizado” sobre o qual refere “*Esse Portugal, ingénuo e amoroso que foi o húmus de Portugal heróico que está ali naqueles Pavilhões da Epopeia, o Portugal da serra e do mar, a écloga e a canção da Raça e da Terra.*” (Castro, cit in TRINDADE, 2008:304).

Segundo Trindade 2008, coube também a Augusto de Castro proferir o discurso de encerramento da Exposição. Nesse discurso, Castro alude a um pretense episódio ocorrido durante a exposição, no qual, após uma visita à mesma, um minhoto diz para o outro “*Agora tu já sabes o que é ser Português*”. Esta frase, que procurava traduzir um elogio à exposição,

não deixa de nos incutir alguma perplexidade e suscitar alguns dilemas. Será que um minhoto precisa de vir à Exposição para saber o que é ser Português? Será que a vida que esse minhoto vivia não cabia nessa dimensão mostrada do que é, ser Português?

Afinal, que “*Português idealizado*” é esse que está retratado na Exposição?

A resposta a esta questão pode ser encontrada em alguma obra literária, que constitui ela também a base simbólica que veio a permitir, a aceitar e a difundir o próprio Salazarismo.

Desde logo o elogio da ruralidade. Num claro movimento centrípeto, por oposição àquele que encaminhou Portugal para a expansão, o valorizar o regresso às origens, permite afastar os portugueses da influência externa da modernidade.

Em *Fumo o meu cigarro*, Augusto de Castro faz o elogio da ruralidade, por oposição a uma visão degradante do ambiente citadino. “*Logo a diante, as casas retomam a sua fisionomia insípida, ora miserável e barulhenta ora sorna e triste [...] à esquina uma taberna com altercações [...] pelos passeios espreguiçam-se gatos e mulheres*” (Castro, cit in TRINDADE, 2008:57)).

Também António Corrêa de Oliveira acentua os benefícios do campo “*Cheio de honra e de espanto / Fugi à cidade [...] Vim acoitar-me na serra / Onde a gente portuguesa / Vive com o seu deus antigo / Entre a moça natureza.*” (OLIVEIRA, 1922:59).

No “livro de leitura” em vigor durante o Estado Novo, e utilizado por todos os alunos que frequentavam a 4ª classe pode encontrar-se um poema intitulado “A Cidade e a Aldeia”. “*Quem és tu assim tão simples? / - E tu quem és afinal? / - A nobreza da cidade. / - A aldeia de Portugal [...] / Sou mais rico do que tu / Que nada tens afinal. / - Tenho aqui dentro do peito. / A alma de Portugal.*” (MESQUITA, sd: 86)

Outro dos pilares importantes em que assenta o “*português idealizado*” está ligado à questão religiosa. Este tema tornou-se transversal a toda a Sociedade Portuguesa.

Se, por um lado a própria história de Portugal corresponde a um desígnio divino, “*Portugal – Tem a lei de Jesus Cristo / Nasceu da Lusitânia – Baptizada [...] Heróico Missionário / Prégou em português todo o calvário / [...] E, disposto ao Martírio, audaz, feliz / Sob um purpúreo pálio triunfal / Deu comunhão geral / Às Áfricas, às Índias, aos Brasis.*” (Oliveira, cit in TRINDADE, 2008 :263).

Por outro, Portugal é o eleito. “*Cruz de Cristo e Cruz das velas / Das antigas caravelas / Contra as ondas, sobre o mar / [...] / Cruz heróica dos arneses, / Bússola dos Portugueses / Em suas rotas de além / [...] Cruz de Portugal eleito: / Nós a trazemos no*

peito / E dentro do coração! “( Neves, sd:127). Estes versos integram um poema intitulado Cruz de Cristo, escrito pelo Padre Moreira das Neves e que consta também do livro da 4ª classe. De notar que, muitas vezes os livros escolares eram os únicos a que a maioria das famílias tinha acesso.

O papel da religião está igualmente ligado ao feminino. Se o pai era o chefe de família as mães eram o principal veículo de transmissão da religiosidade. *“Uma religião que desloca milhares de mães das suas casa para uma cidade em festa procissional não morre [...] E mais que mães: dez mil crianças. E mais que crianças: dez mil, quinze mil donzelas, futuras mães de outras crianças”* (Araújo, cit in TRINDADE, 2008:269).

A mulher é também um tema presente na literatura. Apesar desta ser estruturalmente masculina, o tema da mulher é recorrente e está associado à percepção daquilo que se deve valorizar na mulher, atribuindo-lhe um papel subalterno em relação ao masculino.

Em *A arte de amar* Júlio Dantas escreve: *“Educa a tua mulher, como se ela fosse o teu primeiro filho [...] Evita com todo o cuidado que leia livros que lhe perturbem os sentidos”*. (DANTAS, 1922:23 e 24).

Na mesma obra, Dantas alude às mulheres que saíram do estereótipo, para elas idealizado, e desempenhavam tarefas até aí do domínio masculino. Definindo-as como *“criaturas moralmente desvirginizadas [...] naturezas secas, ávidas, másculas, agressivas, audaciosas.”* ( DANTAS, 1922:100).

É importante salientar que se por um lado a literatura feita no masculino, idealiza um papel para o feminino, é também essa literatura um meio de instituir essa imagem idealizada.

Mas, se é esta a imagem que a literatura dá do português idealizado, quem é afinal esse português e como vive?

## **5.2. Palavras Censuradas**

Pereira Gomes (1941) em *Os Esteiros* escreve *“Deitara-se. À luz de um coto de vela, a mãe cosia os rasgões do seu melhor fato, aquele que estreara há três anos, pela Feira [...] A mãe apagou o coto da vela, prestes a extinguir-se, não fosse a luz faltar de madrugada, para o pequeno se vestir. As trevas trouxeram mais frio para o cubículo*

*miserável. Sobre a cabeça o Maquineta sentiu a mãe tactear a enxerga*” (GOMES, 1941:164).

Fernando Namora em *A cidade solitária* conta: *“Até que uma noite aconteceu aquilo. Ouviu-se um automóvel travar de repente, ali na rua. Os pneus chiaram no piso orvalhado. Passos na escada e alguém bateu à porta. A mãe adivinhara fosse o que fosse: no meio da sala, sem um gesto parecia assombrada [...] o pai espreitou por detrás dela e, de súbito, correu à tal saleta dos fundos e veio de lá com tantos papéis que não lhe cabiam nos braços. O tio pegou neles e preparou-se para saltar pela janela das traseiras, que dava para o quintal dos vizinhos [...] o pai esteve uns meses ausente. E era estranho que as visitas da casa de um dia para o outro tivessem deixado de aparecer.”* (NAMORA, 1997:106 e 107)

A edição publicada em 1997 é prefaciada por Eugénio Lisboa. Lisboa, aponta ter Fernando Namora, na opinião dos “inquisidores” da crítica literária portuguesa. *“O pecado acabado de consumir-se”* precisamente em 1959, devido a *Cidade Solitária*. Refere também, os “inquisidores” da crítica literária são *polícias e não críticos [...] A verdade, é sempre secundária [...] o importante é, pois confessar, ceder, entrar na linha. Dar provas de boa vontade de espírito de submissão às estruturas*” (LISBOA, 1997:7-8). Neste prefácio, Lisboa remete-nos claramente, para o papel da censura.

Apesar de haver censura anteriormente à implementação do Estado Novo, foi a partir da Constituição de 1933 que se criaram leis que prevenissem, reprimissem e salvaguardassem a integridade moral dos cidadãos. Foi também por essa altura transferida a tutela da Direcção Geral dos Serviços de Censura (DGSC) do Ministério da Guerra para o Ministério do Interior, a quem competia a nomeação dos responsáveis pela censura.

Entre os temas a ser censurados, tinham primazia, os de carácter político, e principalmente aqueles que veiculavam ideias comunistas. A passagem da tutela da DGSC para o Ministério do Interior alarga o âmbito da censura para temas de vida privada, social e moral. Assim, segundo Madeira (2007) assuntos como suicídio, aborto, loucura, burlas, bairros de lata, emigração, aumento de preços passam a ser proibidos e a sua divulgação é interdita.

A forma de agir destes serviços fomenta cumplicidades nas próprias livrarias, tipografias e postos de venda, onde os proprietários, se sentiam compelidos a colaborar, evitando assim retaliações que podiam ocasionar o encerramento dos estabelecimentos.

Em 1943 a Censura foi alargada às publicações não periódicas. Em 1944 a tutela da censura passa para a dependência directa de Salazar. Na década de 60 a actividade da censura endureceu consideravelmente contando com a colaboração de todas as polícias do regime.

A acção da censura não se limitava ao conteúdo do livro. O título e o próprio escritor eram objectos de análise.

Segundo Madeira, o Jornal de Notícias do Porto, foi em 1965, contactado telefonicamente por um elemento da censura, que lhe forneceu uma lista de escritores, entre os quais, Urbano Tavares Rodrigues, Sofia de Melo Breyner Anderson, Natália Correia, Jacinto Prado Coelho etc., com a indicação “ *Estes nomes são cortados. Estes escritores morreram*”(cit in MADEIRA, 2007 :55).

Nesse mesmo ano, a editora Europa-América é submetida a uma rusga tendo-lhe sido apreendidos 73.000 livros. Em 1966, em relatório citado por Madeira (2007), a PSP informa ter apreendido 5258 livros, 188 revistas, 1281 jornais e 6930 postais pornográficos.

A chegada de Marcelo Caetano à chefia do Governo não traduz qualquer liberalização. Em Outubro sai uma circular com as normas a aplicar. Nela se solicita aos serviços de censura atenção a “*problemas ligados a reivindicações de salários e reivindicações académicas*” (MADEIRA, 2007:61).

Segundo Madeira (2007) em 1972 é feita uma rusga à livraria Europa-América, onde são apreendidos 400 livros e em 1974, a poucos dias do fim do regime a tipografia Águeda em Coimbra é investigada.

### **5.3. O Avante**

Decorria o Verão de 1941. Na Europa continuava a ofensiva militar contra a URSS. A Ucrânia caía às mãos da Alemanha.

Em Portugal, é publicado pela 1ª vez o Avante.

Na sua primeira edição refere “*neste momento tão decisivo para o futuro da unidade trabalhadora [...] o Avante faz a sua aparição como a voz do Povo Português, como a Voz de Portugal*” (AVANTE nº1-Agosto 1941).

Apesar da sua existência na clandestinidade o Avante tornou-se um importante meio de divulgação do P.C, pois permitia “*fazer chegar a sua voz, as suas palavras, a sua*

*direcção a toda a parte, à mais pequena das aldeias de Portugal”* (Santos, cit in NEVES, 2008:38).

A evolução do número de tiragens dá bem conta do seu poder de implementação junto da população. Assim, segundo Neves (2008) em 1942 a tiragem do Avante era de 2600 exemplares, em 1944 de 8.000 exemplares e entre 1945/46 a tiragem variava entre os 15.000 e os 18.000 exemplares. A acrescentar a estes dados, importa referir que cada exemplar não ficava na posse de um só leitor, antes era passado rapidamente às mãos de outros leitores, o que exponencia em muito o número de leitores, em função do número das tiragens.

Para avaliar a importância do Avante não nos devemos cingir aos números estatísticos, mas olhar também os temas tratados. Segundo, Neves (2008), o segundo e terceiro números do Avante dão conta de um aspecto fundamental, defendido pelo PCP, e que é o primado da luta operária sobre a luta do mundo rural. Nestes números, é citado Lenine que defende “*só o proletariado pode ser um lutador consequente pelo democratismo. Mas só pode lutar vitoriosamente pelo democratismo desde que as massas camponesas se unam à sua luta revolucionária*” (Lenine, cit in NEVES, 2008:55).

O reconhecimento da primazia da iniciativa política nas mãos dos operários mantém-se vivo no pensar do PCP. A prová-lo está a edição do Avante nº200 de Junho de 1955. Na sua ilustração de capa, estão representados um homem com um fato de macaco vestido que segura numa das mãos um martelo, e uma mulher vestida de camponesa que também segura numa das mãos uma foice. Com a mão livre, ambos seguram a edição nº200 do Avante. Esta ilustração veicula por um lado, a importância do jornal no dia a dia de operários e camponeses, em paralelo com os seus próprios utensílios de trabalho. Mas, por outro lado deixa transparecer ainda esse pressuposto político do PCP, aliando o operariado ao homem e a ruralidade à mulher.

Outro dos temas abordados tem a ver com a dignificação das condições de vida e solidariedade com a classe operária. Na edição nº11 do Avante de Julho de 1942 o PCP exigia “*obras de fomento, construindo novas estradas [e] casas de habitação para as massas trabalhadoras*”. Estas obras, só foram empreendidas pelo Estado, muito posteriormente, após a guerra e aquando da implementação do Plano de Fomento.

O fim da guerra foi motivo para uma edição Especial do Avante dedicada ao Triunfo dos Aliados. Segundo Neves na sua 1ª página podemos ler “*O Povo português sentiu bem que, vitoriando as Nações Unidas, exigindo a democracia, era pela sorte de Portugal que estava lutando*”.(AVANTE nº77-Maio 1945)



A edição de Junho do mesmo ano, salientou o impacto que o fim da guerra e a vitória dos aliados tiveram junto das populações. *“No dia 8, as mulheres do Bairro da Ribeira” – à frente das quais se colocou uma delas que empunhava um pau com uma improvisada bandeira branca – começaram a correr as ruas da cidade, dando vivas á Vitória e à Paz, e cantando em voz alta a Portuguesa [...] ao mesmo tempo que se davam vivas à Rússia, á Inglaterra, à América, todo o povo gritava:*

- *“Abaixo Salazar”, “Abaixo o fascismo.”* (AVANTE nº78-Junho 1945)

O fim da 2ª guerra Mundial marcou a emergência de uma nova era internacional, originada não só na valorização das potências vencedoras, URSS e EUA, na implementação do comunismo em países de leste, bem como no início da primeira vaga de independências atribuída às colónias. Paralelamente ao “mau estar” que a derrota dos regimes fascistas existentes na Europa provocou no Salazarismo, surge por parte do PCP, a tendência de constituição de uma entidade nacional, que integre também ela, essa nova Era Internacional, apelando *“para que todos os portugueses honrados de todas as classes, de todos os credos, de todas as políticas, civis ou militares, se unam, em nome de “um PORTUGAL PRÓSPERO, INDEPENDENTE e COM UM LUGAR AO SOL NO MUNDO”*(PCP cit in NEVES, 2008 :44).

Em 1947 o Avante nº106 alerta e denuncia para a problemática da emigração em Portugal. Segundo Neves 2008 a reflexão que o PCP fez sobre a emigração sofreu uma alteração ao longo do tempo. Numa 1ª fase, correspondendo ao ano de 1947, a emigração é referida como incapacidade do próprio regime de criar condições para a vida das pessoas. As restrições que as políticas existentes tinham em relação à emigração, resultavam para o PCP, de um interesse que o Estado tinha em esconder perante os outros o *“estado miserável”* em que a população vivia.

Em 1965, face ao crescendo que a emigração teve no panorama nacional, o PCP reclamou medidas que protegessem as forças produtivas da nação uma vez que devido a ela *“Portugal perde forças jovens indispensáveis ao desenvolvimento actual e futuro”* (Programa do PCP, cit in NEVES, 2008:67)

#### 5.4. Nós, Por Cá...

*“Augusto Costa, à época da fundação do Sindicato dos trabalhadores da Indústria Vidreira, era um dos homens da Marinha Grande mais politizado e esclarecido como trabalhador, homem que tinha a preocupação de saber. E sabia.... Relativamente pouco, mas sabia. Lia, estudava, discutia, abria discussões e era considerado um homem de destaque e respeito nas fileiras dos trabalhadores.”* (Gregório, cit in NUNES, 1998:25).

Esta descrição, que José Gregório faz de Augusto Costa (um dos principais mentores e participantes do 18 de Janeiro), evidencia a importância dos activistas locais. Estes activistas facilitavam a ponte entre uma esfera local restrita, e uma outra, mais ampla, de nível nacional e mesmo internacional. A capacidade de ler, a pertença a um partido, dá-lhes acesso a conhecimentos próprios dessa esfera exterior, mais ampla. A pertença às redes locais, quer pela via do trabalho como pela via da vizinhança, permite tornar significativos esses conhecimentos, na esfera local.

A literatura surge aqui, não em paralelo com a instrução, mas superando a ausência dessa própria instrução, promovendo o despoletar da consciência política. O emergir da consciência política, é possibilitado pela abertura ao exterior, realizada pela mão desses activistas locais.

O papel da palavra escrita tem uma preponderância fulcral. Por um lado, num primeiro momento, essa palavra escrita é domínio a que poucos têm acesso, o que constitui uma mais valia facilitadora de lideranças. Por outro, assiste-se desde os finais da década de trinta, àquilo a que Neves (2008) chama de *“reinvenção do intelectual”*. Segundo este autor, a partir dessa época é notório por parte dos dirigentes comunistas de tentativas de *“proletarização,”* de *“massificação”* e de *“plebeização”* do intelectual, aproximando-o *“da condição de homem comum, rompendo pelo caminho com o hiato tradicional entre intelectual e manual.”* (NEVES, 2008:365).

A palavra escrita começa por ter um papel fundamental, por ilustrar ela própria o quotidiano vivenciado por cada um. É o caso de *A Mãe* de Gorki. Depois contribui para despoletar dúvidas e consolidar não só o sentimento de insatisfação e revolta, como, aponta caminhos de luta. *“Recordo por exemplo, que o primeiro livro a sério que comprei depois de amearhar quase tostão, foi o Trabalho de Zola, que na prática me deixou cheio de confusões. Neste livro, ao contrário do Germinal, onde se retratava como muito dura e difícil a vida dos mineiros, e dos trabalhadores em geral, pela sobrevivência, bem como as*

*suas lutas contra a exploração e a miséria, Zola apresenta as relações entre explorados e exploradores quase como um Paraíso! A felicidade, o bem estar entre os homens, aconteciam simplesmente! De tal modo absurdo isto me pareceu que na altura me encheu de confusões.” (GOMES, 2001:32).*

A leitura, nomeadamente a leitura de alguns jornais, concretamente a leitura do *Avante*, marca a adesão que antecede a pertença ao grupo. *“Já tínhamos acesso ao Avante, mas a sua distribuição era só para alguns”.*(Entrevista a Lenine Moiteiro)

A perigosidade inerente a circulação e ou manutenção dos jornais era sentida até pelas crianças. *“Vivíamos na Nazaré onde o meu pai fazia alguns pequenos trabalhos de tipografia, a maior parte dos quais se destinava a fábricas da Marinha Grande.[...] Vinha de bicicleta uma vez por semana entregar o seu trabalho às fábricas, receber e levar novas encomendas. Era pelos finais da 2ª Grande Guerra. No caminho para a Marinha Grande, o meu pai passava sempre pela patrulha da Guarda Republicana. Por vezes faziam-no parar e tinha de abrir os pacotes de papéis para eles verem o que lá ia. [...] Mas ocasiões havia em que eram eles próprios que remexiam tudo. Nessas alturas o um pai mudava de cor, mas tentava aparentar uma calma que estava longe de sentir. È que, uma vez por outra, levava alguns exemplares do Avante que cada pessoa lia em sua casa e só conservava uma noite. Na manhã seguinte passava a outro amigo.* (Esmeralda Serrão, cit in RIBEIRO, 2008:14)

Esta perigosidade impunha um secretismo permanente, que se realizava em dois eixos. Um externo, que se construía face aos outros, e que proporcionava o seu conhecimento num grupo restrito. Outro interno, criador de mais do que “não ditos”, de “não conhecidos” dentro do próprio grupo.

*“Nesse fim de semana eu tinha ido às Caldas de Rainha no sábado e trouxe uma molhada deles. Em casa ia fazer uns molhinhos, que ia depois entregar a certos indivíduos, nas diversas fábricas. Fazia os molhinhos de cabeça porque não havia lista. Em cada fábrica havia uma pessoa que recebia e era essa que distribuía depois lá dentro. Eu só tinha a missão de os transportar para cá. Eu não sabia quem é que mos entregava. Eu tinha que ir por exemplo, nas Caldas até à Rainha Santa, e tinha que procurar um homem com um jornal na mão. Eu abeirava-me dele e perguntava se tinha lume ou outras vezes se tinha um cigarro. Ele dizia que não. Eu parava e dizia que queria fumar um cigarro. Então ele respondia: -Vamos ver. Quando ele dizia isto, eu sabia logo que era ele. Então, ele dirigia-se ao local onde tinha o embrulho e pronto aqui está. Desaparecíamos um do outro e nunca mais nos víamos”.* (Entrevista a Lenine Moiteiro)

Paralelamente à distribuição do Avante havia a tarefa de produzir e divulgar panfletos.

*“O Tomás Rato, tinha uma papelaria ao pé da praça e vendia-nos o stencyl. Fazíamos as cópias com o rolo da gelatina e tínhamos o copiógrafo e tudo, mas comprávamos através da loja. Ele é que nos trazia tudo. Ele também foi preso. Ainda hoje se lhe deve o dinheiro disso tudo. Nunca se lhe pagou. De uma garrafa de litro é que nós fazíamos o rolo. Tirávamos a parte da frente, fazíamos um buraco no fundo, onde se metia o rolo. Eram o Lenine e o Carlos que batiam o stencyl para não cometer erros. Eles já tinham o curso.”* (Entrevista a Francisco Sousa).

Na Marinha Grande, a palavra escrita teve um papel fundamental na tomada de consciência, na resistência e no desenrolar da luta dos homens. Num tempo e num Portugal caracterizado pelo analfabetismo, pelo fechamento aos outros e ao progresso, o Estado Novo, consegue apoiado no seu aparelho propagandístico e repressor, difundir um conjunto de princípios, que mais que o legitimem, contribuem para a sua manutenção.

A palavra escrita que surge em paralelo com a escolaridade, mas principalmente em complemento desta, constitui-se como uma mais valia de que os activistas locais se servem, ajudando a construir e a difundir a cultura de resistência. O seu papel torna-se fundamental no envolvimento político, marcando a proximidade do grupo, promovendo a contaminação ideológica. A sua acção estende-se no tempo, até à actualidade. A leitura do Avante continua a ser, mais do que um imperativo uma necessidade, á qual se junta a leitura da obra de Álvaro Cunhal.

*“Ainda hoje, de vez em quando volto a ler os mesmos livros. A Mãe do Gorki ou os livros do Manuel Tiago, quer dizer do Cunhal”.* (Entrevista a Francisco Sousa)

Desta forma, e “pela mão dos livros” se alimenta, hoje, a memória dos homens, da mesma forma, que antes se ajudou a construir o seu querer.

## 6. UMA COISA ENRAIZADA

*Basta de Estrelas  
E de nuvens  
E de pássaros  
Falemos antes de gaiolas  
Que é tempo de conquistar o céu.*

*Ramos Rosa*

Estudar as formas de resistência na Marinha Grande, durante o período 34-74, exige um olhar atento e paralelo à acção do Partido Comunista (PC).

Podemos encontrar formas de resistência a montante desse período, promovidas por movimentos anarquistas, cuja acção se foi desenvolvendo nas associações de classe, na preparação e na Revolta de 18 de Janeiro. *“Desde o início, até ao ano de 1931, as associações de classe, assim como todo o movimento de trabalhadores da indústria do vidro, sofrem a influência das ideias anarquistas e socialistas. Algumas das suas acções foram directamente influenciadas pela Confederação Geral do Trabalho e pelo Partido Socialista, que na Marinha Grande contava com um bom número de adeptos.”* (GREGÓRIO, 1955;1).

Contudo, posteriormente ao 18 de Janeiro, foi o Partido Comunista Português (PCP), que conseguiu emergir da onda de repressão lançada pelo Estado Novo, e, apesar de actuar na clandestinidade, vai ajudar a construir uma sólida e permanente oposição ao regime.

É na década de 20 que em Portugal é fundado o PCP. Tal como os seus congéneres na Europa, defendia um internacionalismo comunista, *“A sua pátria, é a Pátria do Homem”* (O comunista, *cit. in* NEVES, 2008;16).

Em Portugal, não consegue contudo atingir a dimensão que outros Partidos Comunistas foram tendo pela Europa. O golpe de 28 de Maio de 1926, vai acentuar ainda

mais a sua desmoralização. Em 1929, Bento Gonçalves inicia o relançamento do Partido Comunista.

Sobre a situação na Marinha Grande, Joaquim Gomes relata: *“Os anos de 1929-1930, é bom lembrar, o sistema capitalista atravessava uma crise que atingia fortemente a indústria do vidro. Em consequência disso, as lutas do proletariado vidreiro tinham-se intensificado. Algumas empresas encerravam, outras diminuíaam os dias de laboração.”* (GOMES, 2001;33)

A crise é de tal forma grave, que leva a que em 1932 seja criado o Comissariado do Desemprego, que vem a instituir o “fundo de desemprego”. A expressão “ fundo de desemprego” está entre aspas, porque na realidade, mais do que um fundo para o auxílio em situação de desemprego, esse fundo tornou-se uma prática que proporcionou a realização de obra a custo económico reduzido.

Segundo Costa (2008), as obras da Exposição do Mundo Português e da Exposição das Obras Públicas, foram feitas com recurso a trabalhadores que integravam o corpo do Comissariado do Desemprego. Esta política permitiu manter a revolta dentro de patamares de contestação.

A criação do Comissariado do Desemprego respeitava o ideário *“ Não se dá esmolas, antes se garante a todos o direito a um salário”*, contudo, 25% do salário era transformado em bens alimentares, o que permitiu ao estado uma acumulação acrescida de verbas e simultaneamente o claro reconhecimento da incapacidade de cada um de se gerir a si próprio.

Na Marinha Grande, a imbricação da rede social e da rede laboral, bem como a especificidade inerente à construção do trabalho, alicerçado em saber adquirido, construído hierarquicamente, propiciaram a génese de um foco de resistência.

*“Desenvolveram também na altura numerosas acções do proletariado vidreiro para a formação do seu sindicato, com base no qual, nesses anos e nos seguintes, ocorrera inúmeras e grandes lutas, greves, paralisações e concentrações que colocaram o proletariado vidreiro na primeira linha do proletariado português.”* (GOMES, 2001;34).

A acção do Partido Comunista torna-se relevante, principalmente ao dirigir *“Os seus ataques para onde quer que se patenteia a iniquidade.”* (O Comunista, cit. in NEVES, 2008;16).

*“ Tinha eu os meus catorze anos quando entrei para a Federação das Juventudes Comunistas (...) nas reuniões ou encontros de jovens organizados na Federação, os*

*problemas que discutíamos mais vivamente eram as lutas da malta miúda, até porque, por vezes, elas tendiam para decisões extremadas e menos justas”* (GOMES, 2001;42)

Se o 18 de Janeiro de 1934, colocou a Marinha Grande, no mapa da acção repressiva do Estado Novo, intensificando-se a partir dessa data a sua acção nessa localidade, foi também um marco decisivo para o panorama da resistência em Portugal.

Toda a oposição ao regime sai enfraquecida. As correntes de oposição anarquistas são como que apagadas.

O Partido Comunista é obrigado a caminhar para a clandestinidade e assiste, no ano de 1935, à prisão de todo o seu Comité Central.

Apesar de trabalhar na clandestinidade e da criação das células de fábrica, a atenção do Regime é constante. Em 1939 dá-se uma nova vaga de prisões onde, entre outros, é preso Álvaro Cunhal.

A partir da década de 40 processa-se nova reorganização do Partido. Esta década é de uma importância fundamental. Por um lado as sucessivas greves dão conta da relevância da classe operária, assumindo assim as rédeas da resistência ao regime.

Enquanto o Estado Novo tentava fazer conotar as acções grevistas com práticas de desordeiros, havia, por parte do PCP, um esforço para fazer extrapolar a luta económica para uma dimensão de luta política, canalizando-se a energia resultante do movimento conflitual dos trabalhadores para a entidade política. *“Em cada Fábrica e empresa, os operários compreendem que o seu maior inimigo não é o próprio patrão, mas o fascismo Salazarista.”* (Avante nº 63, 1944).

A proximidade do fim da guerra e a vitória dos Aliados, permite a eclosão em Portugal de um conjunto de movimentos, assumidamente antifascistas, que, apesar de posteriormente reprimidos, dão um importante contributo para a resistência em Portugal.

Em 1944 é criado o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), uma organização de carácter interpartidário, com um órgão de imprensa intitulado *Libertação Nacional*. *“A sua organização distrital e respectivas publicações, dependerão em larga medida do aparelho clandestino do Partido Comunista, que destaca quadros e funcionários para expandirem e vitalizarem a organização”*. (MADEIRA, 2008;9).

Em 1945 surge o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Após a sua criação são realizados por todo o país inúmeras reuniões e sessões, juntando neste movimento dissidentes do Regime.

*“Em 1946 o MUD contava com 5.000 militantes e 4.000 simpatizantes”.*  
(MADEIRA, 2008).

Nesse mesmo ano, 1946, é criado o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ). *“O MUDJ podia não ser uma organização do PCP, mas submetia-se à sua tutela, procurando reforçar a legalidade, como então se dizia, e captar jovens de diferentes credos e sensibilidades”* (MADEIRA, 2008;21).

Apesar do MUDJ crescer principalmente nos meios académicos, empenhando-se na luta por eleições livres nas associações de estudantes, por melhores condições nas escolas, por novos métodos de ensino, o MUDJ desenvolveu um importante papel de difusão de ideias e de actividades culturais junto do proletariado.

Em 1947 o MUDJ é alvo de uma intensa repressão, sendo presos mais de uma centena dos seus dirigentes ou activistas. (MADEIRA2008).

A influência do MUDJ é frequentemente referida, na Marinha Grande, como um centro de mobilização política.

*“Fui para o MUDJ por causa das lutas dos trabalhadores do vidro.*

*No MUDJ fazíamos trabalho com os sindicatos, preparávamos as lutas dos trabalhadores nas fábrica”.* (Entrevista a Francisco Sousa)

*“Pertenci ao MUDJ, mas aí fiz muito pouco trabalho.*

*A minha mulher dizia:*

*Faz cuidado!*

*Eu fazia cuidado, mas vá. Fomos presos numa altura em que nada fazia prever que fossemos presos”.* (Entrevista a Lenine Moiteiro)

Segundo Godinho (2001) o contágio ideológico pressupõe três ordens de factores: a existência de uma memória local alicerçada em redes familiares e laborais; a densidade da rede local; e a importância de factores conjunturais, como é o caso do 18 de Janeiro.

A imbricação destes factores na Marinha Grande é uma realidade que se foi sedimentando ao longo do tempo, contribuindo para a emergência de um localismo, no sentido que é atribuído por Signorelli (1999).

*“O meu pai aderiu ao partido muito cedo.*

*Ele sempre disse que quando tivesse um filho lhe ia pôr o nome de Lenine ou Estaline.*



*Nasceu o meu irmão, mais velho cinco anos do que eu. Nasceu a minha irmã e tudo bem. Nasci eu e tem de ser Lenine. A outra que nasceu a seguir a mim é a Estalina.*

*Bem eu estou mesmo registado Lenine. António Lenine Moiteiro.*

*Nessa altura os padrinhos tinham grande importância no nome dos afilhados.*

*O meu tio, que era o meu padrinho, disse:*

*-Ele só é Lenine, se for também António.*

*O meu pai pronto.*

*Quando a minha irmã mais nova nasceu, ninguém se atrevia a uma coisa dessas em 1933...34. Mastudo ficou resolvido para ela ser Estalina.*

*Quando o escrivão pergunta:*

*-Como é que a menina se chama?*

*O padrinho disse:*

*- Deolinda da Conceição.*

*O meu pai perguntou-lhe:*

*- Queres esse nome?*

*- Quero, é o nome da minha mulher.*

*- Tu a mim nunca me hás-de ouvir chamar Deolinda à menina.*

*E, aqui na Marinha Grande, pouca gente sabe que ela é Deolinda. Era só Estalina, Estalina.*

*Já era uma coisa enraizada. É por isso que ele pôs esse nome.” (Entrevista a Lenine Moiteiro)*

Na Marinha Grande, o papel do parentesco, mais do que um elemento fundamental para o aliciamento é o campo fértil para o desenvolvimento da semente política, para o despertar de um olhar não conformado.

Era como dizia Lenine Moiteiro, “*Uma coisa enraizada.*”

*“Quando eu era miúdo e via aqueles outros miúdos com uma farda, eu achava a farda bonita. Era da Mocidade Portuguesa.*

*Um dia, quando cheguei a casa, pedi ao meu pai para ir para a Mocidade Portuguesa, para ter uma farda assim. O meu pai deu-me logo uma estalada.” (Entrevista a Francisco Sousa)*

O envolvimento político activo, bom como o consequente recrutamento processam-se posteriormente, fomentado pelas relações laborais.

*“Só mais tarde, é que ao entrar na fábrica se começa a ouvir:*

*-Eh pá, não queres ir aqui?*

*-Não queres ir acolá?*

*-Há uma reunião aqui. Vamos lá!*

*São, estas coisas que primeiro há. Porque?*

*Porque não vão convidar qualquer indivíduo e dizer:*

*-Eh pá, anda para uma reunião comigo.*

*Primeiro vêem o perfil da pessoa, como é que ela é.*

*A primeira tarefa que nos davam, era pedir dinheiro para os presos. Era ir fazer recolha de assinaturas. Só depois é que se dizia vamos fazer uma reunião aqui e ali.*

*Para ir a uma reunião era no próprio dia que se dizia. Não se podia estar a dizer:*

*-Olha, daqui a 8 dias há uma reunião acolá.*

*Mesmo que aparecesse em fato de macaco estava tudo bem. Para uma reunião connosco não se ia de fato e gravata! Foi assim que comecei a entrar no partido. Eu entrei para o partido muito novo. Eu fui trabalhar com 12 anos.” (Entrevista a Lenine Moiteiro)*

O contágio ideológico é culminado com a incorporação no grupo (o recrutamento)

A força da repressão era tão forte, que exigia completa mobilidade bem como a necessidade de adquirir novas identidades. O segredo e o silêncio marcam estas novas relações Esta consciência de perigo é amplamente interiorizada, até no seio familiar.

*“O meu pai pertencia ao partido. Mas eu não sabia que ele pertencia. Quando fui preso, foi uma surpresa para ele. Na minha família ninguém sabia. A única que sabia era a minha mulher.” .( Entrevista a Lenine Moiteiro)*

O ingresso nas redes respeitava um ritual. Do simples simpatizante que correspondia aquele que tinha gosto em receber o “Avante” havia um longo percurso a percorrer. Percurso que era marcado por um acrescento de responsabilidades, associado a um crescer de invisibilidades.

A alguns dos simpatizantes, aqueles a quem os já militantes tinham aprovado, na sequência de uma observação minuciosa não só na resolução de algumas tarefas, mas também em certas capacidades fundamentais para sobreviver face aos riscos acrescidos sem prejudicar outros camaradas e a própria organização, era permitido o acesso.

*“Só foi recrutado para o partido após a primeira prisão. Quando eu entrei para o partido eu já sabia o que acontecia. Um indivíduo ao ser preso não podia falar” (Entrevista a Francisco Sousa)*

O Partido Comunista, tinha-se organizado em redes numa estrutura piramidal, sendo que era ao topo da pirâmide que correspondia a maior responsabilidade, bem como o maior sigilo. Era também este topo da pirâmide aquele que era mais protegido.

Esta organização, que aparentemente entra em profunda contradição com uma lógica igualitária que o partido defendia, era contudo necessária para garantir a sua própria sobrevivência

*“O partido, tal como todas as organizações de esquerda ajudavam os seus militantes e diziam-lhes como é que se haviam de portar. Todos sabiam o que fazer, por exemplo quando eram presos”.* (Entrevista a Francisco Sousa)

A completa integração no partido obriga a uma maior invisibilidade e por isso cria a clandestinidade, gerando entre a polícia e o clandestino, *“ uma concorrência permanente e intensa de atenção, de saber fazer, de informação de invenção, de previsão, de autodomínio, de discrição, de capacidade de identificar e confundir o sítio onde se actua”.*(Marques ,cit in PIMENTEL, 2007:278).

Esta clandestinidade pode ainda representar algumas graduações. Assim há uma certa clandestinidade que assegurava a comunicação, circulando entre várias casas, que não sendo ainda casas clandestinas, permitiam que aí se realizassem reuniões, encontros, actos clandestinos.

Muitas vezes se designa a entrada na clandestinidade como “o mergulho”. Este termo exemplifica bem a existência de dois mundos e de duas personalidades. O mundo do “nós” e o mundo dos “outros”, sendo que o clandestino age no mundo dos outros, tendo por isso que se transformar a si próprio, acrescentar cuidados, ganhar invisibilidades, para poder sobreviver. Também aquele que mergulha no meio aquático, deixa de ser visto em terra, e só pode sobreviver se tiver as ferramentas que o tornem similar ao habitante marinho.

“No meu tempo eu ia da Marinha Grande à Barosa, ou para qualquer outro ponto dar apoio. Estes pontos de apoio eram casas. Como eram pontos de apoio podiam dar problemas até aos donos. Havia casas onde os donos moravam lá. A minha tia, irmã do meu pai tinha casa ao pé da capela. Ela já tinha para ai uns 60 anos e emprestava a casa muitas vezes. Tínhamos que entrar de noite e sair também de noite. Às vezes para maior segurança tínhamos de lhes vender os olhos, para eles não saberem onde estavam.

Eu conhecia todos os caminhos a pé daqui até Sintra e principalmente toda a mata de São Pedro.

Naquela altura havia homens da legião por toda a parte, nas fábricas, nas colectividades, no Sport Operário Marinhense, no Grémio etc.

Eles sabiam bem quem é que ia para as bibliotecas ler.

Principalmente depois da guerra esses legionários minavam tudo, e depois denunciavam.

Para os nossos encontros tínhamos de ter vigilância. Havia pessoas que eram colocadas em sítios estratégicos e que viam tudo. Como conheciam os carros dos pides e da Polícia eles davam o aviso. Era tudo muito bem organizado”. (Entrevista a Francisco Sousa)

A noite era por excelência o tempo para todas as deslocações e encontros. O clandestino além de perder a identidade, movia-se no campo *dos “outros”*.

*“Eu tinha que ir para um sítio qualquer tinha que lá passar 3 ou 4 minutos antes, a ver se tinha a “senha” para poder ir. Se não estivesse lá, voltava então passados esses três ou quatro minutos. Se ainda não estivesse ia-me embora e já não voltava”.* (Entrevista a Francisco Sousa)

Álvaro Cunhal, sob o pseudónimo de Manuel Tiago num romance intitulado *Fronteiras* refere: *“notável compreensão e disciplina. Nem falavam nem fumavam, que um clarão, mesmo de um morrão de cigarro, brilha na noite escura como uma estrela e as palavras, mesmo ditas em voz baixa, atravessam as distâncias no silêncio da atmosfera parada. Não lhes via o rosto (...) e sonhador, se alguma coisa pesava no sentir da nova experiência que estava vivendo, era não poder conhece-los, falar-lhes”.* (TIAGO, 1998:16)

O facto de se estar a ser perseguido criava uma forte união e sentido de entre ajuda.

*“Certa noite, pouco tempo depois de casados entram-nos casa dentro os camaradas José Gregório, sua companheira e uma sobrinha que na altura com eles vivia, para escaparem, como nos informaram, a um cerco que a PIDE estaria a montar em volta da casa deles. Não obstante a falta de condições para os alojar lá nos arranjamos. Para os donos da casa, que de resto eram boa gente, não foi difícil no dia seguinte encontrar uma justificação de modo a que os camaradas pudessem ficar connosco o tempo necessário para se livrarem dos que os ameaçavam.* (GOMES, 2001:63)

A clandestinidade exigia também um sacrifício pessoal de renúncia à vida familiar. *“A vida do funcionário era uma rotina muito igual e estreita com a particularidade de ser vivida em permanente risco.”* (Marques, cit in PIMENTEL, 2007:278)

Sem família era mais fácil passar despercebido, diminuindo assim os riscos que se corriam.

*“Da última vez que fui preso em Abril de 1964 eu já não estava na Marinha Grande. Havia muito tempo que não vinha a casa, e também já não via há muito tempo a Júlia.*

*Fiquei nessa noite em casa para partir ainda antes do dia romper... mas a casa foi cercada e já não consegui fugir. A minha mãe até tinha visto a casa ser rondada nessa tarde, mas as saudades eram tantas que até se esqueceu.”* (Entrevista a Francisco Sousa)

Se por um lado entrada para a clandestinidade implicava deixar de pertencer a um grupo, por outro, pressupunha a pertença a um novo grupo onde, para se ser bem sucedido, era necessário conseguir continuar a actuar como militante sem ser preso. Isto implicava todo um conjunto de regras e cuidados. *“Evidentemente que não havia nenhum manual de*

*regras que pudesse dar respostas a todas as situações que iam surgindo na vida clandestina de cada funcionário do partido.* (GOMES, 2001:75).

No entanto, o simples alugar de casa, o justificar as saídas ou a permanência, o indicar a profissão eram actividades que exigiam um cuidado e uma atenção pormenorizada. Estas situações eram amplamente tratadas com o partido.

Gomes relata uma história que se passou aquando de uma saída das casas clandestinas. Na hora da despedida, a senhoria por quem nutria respeito e amizade pediu-lhe que levasse um casaco para uma antiga inquilina que aí o tinha deixado. Gomes perguntou-lhe então porque pensava ela que ele a conhecia, ao que a senhoria respondeu: *“é que as explicações dadas por esse casal quando se foram embora eram iguais às que os senhores estão a dar agora”*.(GOMES, 2001:83)

Havia contudo uma regra que a todos os que passavam à clandestinidade era imposta e que era o uso de um chapéu.

## 7.SÓ NASCI LOGO APÓS O 18 DE JANEIRO

*Parece-me que não é difícil encontrar  
receitas esplêndidas para a vida: o difícil é  
viver.*

*Gramsci*

*Eu tive duas coisas na vida. O 25 de Abril e a minha neta que nasceu.*

*Nunca tive nada de tão maravilhoso.*

*Foi o 25 de Abril porque eu vivia certas situações e tinha tanto medo, tanto medo. Mas fazia. Pensava assim, eu vou porque aquele está pior.*

*(Entrevista a Alda Torneira)*

Passados 35 anos do 25 de Abril, é desta forma que Alda Torneira desfia o novelo das suas memórias de vida. Construída paredes meias com as dificuldades, a fome, o medo, a luta e a coragem que marcaram o dia-a-dia da Marinha Grande, durante os tempos do Estado Novo.

Abordar a resistência protagonizada no feminino na Marinha Grande, remete-nos para um universo multifacetado, se bem que vivido sigilosamente por cada mulher ao longo de dezenas de anos.

Desde logo importa atentar no conteúdo das expressões: “*Pensava assim, eu vou porque aquele está pior*”, proferida por Alda Torneira, já acima citada, bem como no testemunho de Esmeralda Serrão.

*As pessoas nessa altura tinham medo, nós íamos cheinhas de medo. Arriscávamo-nos a tudo e parece que perdíamos o medo, só porque queríamos ajudar. Nem sequer nos lembrávamos do perigo.*

*(Entrevista a Esmeralda Serrão)*

Em ambos os casos a resistência assume a dimensão da solidariedade.

O temo resistir, do latim resistere, aponta para: “não ceder; defender-se; lutar; subsistir; conservar-se; durar” enquanto solidariedade nos remete para a qualidade de ser solidário, sendo que, a solidário, do latim solidu, é atribuído o significado de “que partilha com os outros direitos ou obrigações com os outros numa interdependência de interesses”.

Desta forma, podemos dizer que as formas de resistência vividas pelas mulheres da Marinha Grande, assume por um lado a dimensão de solidariedade, mas por outro denota uma forte componente reivindicativa, explicitamente assumida no discurso proferido, quando ligado ao aspecto laboral.

*Eu sabia que para reivindicarmos isto, tínhamos de ser cumpridores. Não queria que dissessem: – Estas a reivindicar, mas és uma incompetente”.*

(Entrevista a Alda Torneira)

É curioso notar que o termo reivindicar, do latim *rei+vindicare*, refere “*reclamar a posse de uma coisa que lhe pertence e que está em poder de outrem; reaver; recuperar*”, o que aponta para uma clara consciência da sua própria condição de trabalhadores.

Gramsci, em carta escrita após a sua detenção, salienta a importância que a sua experiência de vida na infância, marcada pelas dificuldades e pela pobreza, tiveram na construção do seu carácter, reconhecendo que o desafogo “*pode gerar uma certa brandura e um certo sentimentalismo pouco recomendáveis nestes tempos de ferro e fogo em que vivemos*”. (Gramsci, cit in CREHAN, 2004;30)

Olhemos então os relatos de vida destas mulheres, para melhor entender como construíram as suas vidas, e perceber de que forma estas duas dimensões, a solidariedade por um lado e a reivindicação por outro ganharam corpo em cada momento das suas vidas.

*Quando eu era miúda, via em minha casa o meu pai na sala com homens à volta a conversarem. Isso metia-me muita confusão.*

*– O que é que aqueles homens estão ali a fazer com o pai?*

*Só mais tarde é que o meu pai me explicou o que é que estavam a fazer.*

*Estavam a reunir clandestinamente.*

*O meu pai era tipógrafo. Naquele tempo não havia televisão. A única comunicação eram os cegos que andavam nas feiras, vendiam os folhetos e cantavam as histórias, os acontecimentos.*

*Um cego foi à tipografia do meu pai e pediu-lhe se ele lhe imprimia aquele folheto.*

*O meu pai sim senhor. Naquele folheto havia qualquer coisa contra o governo. O meu pai imprimiu os folhetos. Nos folhetos dizia o nome da tipografia que imprimia – Tipografia Rocha.*

*Não foi o cego que procuraram. Procuraram foi o meu pai.*

*Às tantas da madrugada, ouve-se bater com força à porta. Eu acordei muito assustada. A minha mãe agarrou-me ao colo. Os homens entraram, viraram gavetas, colchões. Viraram a casa toda de pernas para o ar. Levaram o meu pai e disseram:*

*– É só para fazer umas perguntas e vem já.*

*Mas o meu pai foi para Caxias .” (Entrevista a Esmeralda Serrão)*

*O que nos levou a ter esta iniciativa?*

*Há coisas que eu nunca fui incentivada por ninguém. Só nasci logo após o 18 de Janeiro! O meu pai fez parte do 18 de Janeiro. Era o Augusto Sousa.*

*Logo depois do 18 de Janeiro andou fugido uma semana mais os outros.*

*O meu pai nessa semana falou com o padrinho da minha mãe. Ele primeiro incentivou-o a que o punha em Espanha. O meu pai nunca aceitou, por ter mulher e filhos. Então ele dizia:*

*– Você vai ter de aparecer. Não pode passar a vida toda a fugir pela mata.*

*Quando apareceu foi logo preso.*

*Eu tive sempre a história da minha mãe e dos outros. Nessa altura a fábrica trabalhava 3 meses e 9 meses não trabalhava, por isso iam fazer outros trabalhos. Aqui na mata há uma estrada que foi construída por eles.*

*Nós vivíamos sempre em solidariedade uns com os outros e a viver a vida dos outros que mais se salientaram, dos que estavam no Tarrafal, em Caxias... e é isso que nos leva a continuar a lutar.*

*(Entrevista a Alda Torneira)*

*“Quando o meu pai foi preso, estava a minha mãe grávida de mim, que sou a mais nova de quatro irmãos. As minhas lembranças mais antigas estão ligadas à fome, ao frio e a pés descalços. E às lágrimas, à luta e à coragem da minha mãe que, de enxada na mão, teve de trabalhar de Sol a Sol, sem horários nem dias santos. (Natalina Carmo, cit in RIBEIRO, 2008;21)*

Foram muitas as dificuldades que marcaram o dia-a-dia das mulheres da Marinha Grande, como alias de todo o Portugal.

Contudo, na Marinha Grande, essas dificuldades estavam acrescidas devido ao facto de os homens estarem presos ou terem escolhido o caminho da clandestinidade.

Coube-lhes a elas por inteiro, o sustento da casa, a educação dos filhos e a dor se verem os seus homens partir, de saber o quanto sofriam, o quanto eram ultrajados. “As mulheres sofreram com eles. Ah! O Sofrimento das mulheres! Era como se uma animal feroz nos rasgasse e ali ficávamos em carne viva”. (Cremilde Galo, cit in RIBEIRO, 2008:36)

Esse sofrimento no entanto não as imobilizou. Em vez de vitimas, tornaram-se agentes interventivas, prontas para a solidariedade e para continuar a lutar, no bairro, no local de trabalho, na colectividade.



*A minha mãe, chamava-se Maria Augusta, Senhora Maria, como era conhecida. Ela era uma pessoa que sabendo do perigo que corria estava sempre pronta para ajudar os outros.*

*A porta da casa estava sempre aberta para que precisasse de ir ali e estar ali um tempo.*

*A minha casa era uma casa farta, naquele tempo em que havia tanta fome, tanta miséria. A minha mãe era uma pessoa de trabalho, muito decidida e gostava de ter fartura. Tinha galinhas, patas, coelhos, um porco na salgadeira, os chouriços no fumeiro, o presunto, as couves no quintal, a arca com milho e com trigo par mandar fazer farinha, um forno para cozer o pão. Em minha casa não se passava fome, havia fartura para nós e para os outros. A minha mãe matou a fome a muita gente.*

*Ela era um coração de ouro.*

*Estiveram em minha casa várias pessoas que andavam na clandestinidade. As que eu me lembro e que estiveram mais foi o Saul e o Hipólito. Mas isso era o nome suposto, porque nós não podíamos saber o nome verdadeiro.*

*O Saul esteve ano e meio e o Hipólito esteve dois anos.*

*O Hipólito tinha fugido por causa da guerra civil em Espanha. Ele tinha fugido da cadeia em Espanha. O Hipólito era rapaz novo. Ele tinha sido condenado à morte em Espanha. Como não estava levaram-lhe o irmão e mataram-no.*

*Ele de noite acordava a gritar com pesadelos e o meu pai tinha muita paciência para o levar, para o acarinhar. É isso que em chamo solidariedade e amizade.*

*A minha mãe estava sempre pronta, bem-disposta, não mostrava má disposição.*

(Entrevista a Esmeralda Serrão)

O jornal “O Correio” de 13-09-1985 publica “...Ti Serrana era uma mulher de armas. Activa como poucas, era de uma bondade extrema. Solidária. A sua casa foi refúgio de lutadores. Ali encontraram alimento e dormida. No lugar de Trutas, onde vivia, tinha o apreço e admiração de todos. No livro “Até amanhã camaradas” Manuel Tiago pincelou a casa desta abnegada mulher, um dos pontos de apoio daqueles que, como diria Michael Gold, viviam entre a prisão e o espancamento”.

Maria Joaquina, vulgarmente conhecida por Ti Serrana era mãe de João de Sousa (Bacharel), combatente no 18 de Janeiro. Faleceu em 1960, deixando histórias que outros vieram a contar. Uma dessas histórias, justifica a referência feita por Manuel Tiago. Segundo Bonita (2006), Ti Serrana, certo dia enquanto trabalhava no quintal de sua casa, foi surpreendida por um movimento entre a ramada. Era um evadido do forte de Peniche, a quem tinham dado indicações para a procurar no lugar de Trutas. Imediatamente o recolheu no seu sótão, alimentando-o e dando-lhe guarida durante uma semana, após o que partiu para o Porto.

Outra história ilustra bem o dia a dia das mulheres da Marinha Grande, divididas entre a dor causada pela detenção dos filhos e maridos, e a necessidade de levar a vida para a frente, lutando pela sobrevivência e pela educação dos outros filhos que tinham à sua guarda. Bonita (2006), conta como Ti Serrana arranhou forma de enviar notícias ao filho, detido em Angra do Heroísmo. Por essa altura, e dado o grande índice de analfabetismo, as mulheres reuniam-se numa casa, onde alguém lhes lia as cartas recebidas e lhes escrevia outras. Aproveitavam também para juntar alguns “mimos” a enviar para a cadeia. Na véspera de preparar os bolos, Ti Serrana *“comprava uma vareta de vidro (oca, que levava à chama de um candeeiro, de modo a fragmentá-la em três ou quatro partes iguais. Depois, introduzia dentro delas finas folhas de papel de seda com as principais notícias [...] Logo que os bolos acabassem de cozer, retirava-os e introduzia-lhes as respectivas varetas.”* (BONITA, 2006:412)

Esmeralda, Alda, Júlia, Hermínia e tantas outras eram meninas na década de 30.

Viviam na Marinha Grande e cresceram olhando de dia as mães em permanente labuta, receando a noite em que o sono acabava em sobressalto, sempre que pela madrugada se ouviam fortes batidas na porta.

Cresceram bebendo exemplos de luta, de dificuldade e de solidariedade.

Esmeralda, Alda, Júlia, Hermínia tornaram-se mulheres. Percorreram caminhos diferentes, mas mantiveram viva a memória da infância.

Na Marinha Grande o trabalho da mulher também se cruza com a produção do vidro. Não aquele trabalho à boca do forno, onde o sopro e a mão modelavam a obra, mas aquele outro trabalho, tão importante que contudo quase ninguém vê.

*Nós na fábrica fazíamos um trabalho tão duro, tão duro. Era quando estávamos na empalhação, que era empalhar garrações. Empalhar era à peça. Era muito húmido, era do pior.* (Entrevista a Alda Torneira)

O trabalho do empalhamento era executado com a trabalhadora sentada num banco baixo, assente sobre um estrado. Ao lado estava o cesto de vime. Havia dois tipos de vime conforme se destinava ao fundo e à estrutura do garrafão (o estacado) e outro para o trabalho de entrelaçação (a liaça). Para ser moldado o vime tinha de ser mantido húmido.

*“A empalhadeira, de costas curvadas com um avental muito largo à sua frente, segurava o garrafão com força entre os joelhos e as coxas e bem fincado na barriga. À medida que ia trabalhando ia voltando o garrafão. O entrelaçado de liaça tinha de ficar*

justinho ao vidro. De vez em quando era necessário dar-lhes umas pancadinhas com muito cuidado. (Alda Torneira, cit in RIBEIRO, 2008;56)

Se o trabalho de empalhação era pago à peça, havia dias, aqueles em que era preciso carregar obra, que eram pagos ao dia.

*Ir pró dia sabíamos que íamos de manhã e à tarde tínhamos aquele ganho. Havia dias que, para carregar obra numa camioneta eram precisas 8 mulheres. Nesse tempo trabalhávamos 8 horas por dia.*

*Se chovesse, o nosso guarda-chuva um dia inteiro era feito com um saco. Daqueles que levavam a soda para a produção de vidro. Lavávamos os sacos num grande tanque e com eles fazíamos um capuz, que enfiávamos na cabeça e atávamos à cintura com um bocado de ráfia. E ali estávamos nós um dia inteiro carregadas com poceiros de um lado para o outro. (Entrevista a Alda Torneira)*

As mulheres não constituíam mão-de-obra qualificada e por isso iam fazendo qualquer tarefa, que apesar de imprescindível para o bom funcionamento da fábrica, não era dignamente reconhecida.

*Nós trabalhávamos 60 mulheres numa secção, com máquinas, com responsabilidades. Fazíamos panto gravura.*

*Ganhávamos pouco, mas sempre era melhor do que estar a empalhar.*

*Na verdade não tínhamos profissão. Às vezes, quando o patrão se chegava ao pé da máquina eu dizia-lhe:*

*– Eu não me importo de estar a trabalhar. Eu quero é ter classificada a minha profissão. A minha e a das outras. Queria que me fosse atribuída uma categoria.*

*Um dia ele diz-me assim:*

*– Olhe lá, então você está sempre a dizer que queria ter uma categoria registada. Então e se nós formos aí e você vier a ganhar menos do que tem? Vocês vão?*

*– Não faz diferença. Eu quero é aquilo a que tenho direito. Tenho direito a ter uma profissão reconhecida e a receber por isso.*

*Era assim a minha conversa. (Entrevista a Alda Torneira)*

A dureza do trabalho não fazia esquecer a solidariedade.

*Sabíamos que havia presos em Peniche, com frio e fome. Na fábrica fazíamos um grupo. Era-mos quatro. Fomos à loja e compramos roupa. Pagávamos um x por semana. Pagávamos sempre, mas isso era coisa de mil e um segredos. (Entrevista a Alda Torneira)*

Esmeralda Serrão também percorreu um caminho em prol dos outros. Construiu solidariedade de uma forma diferente.

*Entrei para o Movimento Democrático Juvenil. Fazíamos reuniões aqui e ali. Tudo às escondidas. Nessa altura fazíamos teatro para angariar fundos para os presos e para os que andavam na clandestinidade.*

*Nós íamos pedir para os presos, não podíamos ir de porta em porta. Só àquelas pessoas de confiança e que nós sabíamos que não nos iam denunciar.* (Entrevista a Esmeralda Serrão)

Esmeralda sabia bem o que podia acontecer na sequência de uma denúncia. Na memória guardava a lembrança da prisão do pai e, mais tarde a prisão de um tal rapaz jeitoso com quem viria a casar.

Este, apesar de ainda quase menino tinha sido preso, juntamente com outros colegas da mesma idade, quando se dirigiam a Amor, junto do Pároco, numa acção de recolha de assinaturas. Decorria o ano de 1954. “Foi então que *comecei a aprender que no devíamos unir. Falávamos a medo umas com as outras. De política pouco ou nada sabíamos. Mas uma coisa era muito clara para nós: quem nos governa não pode oprimir-nos. Não pode manter-nos na miséria*”.(Esmeralda Serrão, cit in, RIBEIRO, 2008;17)

A entrada para o MUDJ teve um papel fundamental, no campo político, cultural e social.” *Como as reuniões estavam proibidíssimas e cada vez havia mais presos, a nossa capa acabou por ser o Sport Operário Marinhense. Foi aí que aderimos ao MUDJ pois, por essa altura já víamos com clareza o que estava certo e errando (...). Mas estava eu a dizer que o Operário foi a nossa capa. E não só. Era o nosso ponto de encontro, a nossa escola política e a melhor forma de angariarmos fundos para as famílias dos presos, para os que estavam na clandestinidade, para as folhinhas que imprimíamos de vez em quando*”.(Esmeralda Serrão, cit in, RIBEIRO, 2008;18)

Júlia e Hermínia são irmãs. Contudo não é só este laço familiar que as une. Júlia estava noiva e prestes a casar com Francisco de Sousa quando este foi preso. Nesse mesmo dia Hermínia era também presa.

*Não estava nada a fazer conta de ser presa, porque tinha estado na Alemanha quatro anos e pensava que eles já me tinham perdido. Pelo Natal tinha ido fazer um peditório para os presos.*

*Nesse domingo eu estava a tomar banho. Eles encontraram a minha mãe que vinha da fonte e vieram para casa com ela. A primeira coisa que me pediram foi o passaporte, e como eu andava a tratar dos documentos do meu filho pensei que fosse por causa da Alemanha.*

*O menino tinha 18 meses e estava com tosse convulsa. Eles disseram que era para eu os acompanhar à polícia, eu agarrei o meu filho e eles disseram que era para deixar o menino, que era só para fazer umas declarações. Mas eu levei-o.*

*Dali fui para Leiria e depois para Caxias.*

*O meu filho piorou porque eles não deixaram entrar a roupa dele.*

*Um dia estávamos deitados e ele não conseguia respirar. Chamaram uma enfermeira e fomos para o hospital. A médica do hospital não os deixou entrar.*

*Estive cinco meses presa, nunca estive no recreio, nunca saí da cela, o menino esteve sempre comigo, quando ele apanhava uma porta aberta aquilo é que era correr.*

*Eu deixava-o ir. A polícia ficava chateada, porque nas outras celas ficavam a saber que estava ali uma criança. (Entrevista a Hermínia Sousa)*

**Alda manteve uma vida de trabalho.**

*Fazia a sopa antes de ir trabalhar e muitas vezes o meu pequeno-almoço era um pratito de sopa que eu tinha feito e lá ia eu a correr. (Entrevista a Alda Torneira)*

**Contudo manteve-se fiel à luta pela dignidade da vida e do trabalho, não fazendo como algumas que lhe diziam:**

*-Vai tu. Quando vier para ti também vem para mim. (Entrevista a Alda Torneira)*

**Lembra bem a última batalha, travada antes do 25 de Abril, decorria já o ano de 1974.**

*Em Março desse ano, nós fizemos cá uma grande greve, que foi um sucesso.*

*Os trabalhadores juntaram-se no Império que é uma sede ali em baixo e reivindicamos 100\$00 para cada trabalhador, desde o mais pequenino ao maior. Ao fim de 3 dias conseguimos 60\$00.*

*Naquele tempo foi uma grande vitória porque foi do mais pequenino ao maior.*

*Nesse mês, após a saída dos militares das Caldas nós ficamos muito contentes. É que a PIDE já tinha acampado aqui.*

*Mas então pensávamos que agora a PIDE ia atrás dos militares e nós já estávamos descansados. Aquilo que eu fazia era por coragem...porque eu tinha tanto medo se eles me levavam presa.*

*Ainda bem que veio o 25 de Abril porque a gente estava na calha. (Entrevista a Alda Torneira)*

**As mulheres da Marinha Grande tiveram de assumir o lugar dos homens, por estes se encontrarem detidos. Colocaram nos seus ombros a responsabilidade de criar os filhos, de cuidar da vida, sendo paralelamente o elo que, na prisão ligava cada homem ao seu mundo, à**

sua terra, à sua gente. “ *A primeira vez que fui à visita, esperei com outras pessoas que nos revistassem a todos. Depois conduziram-nos por corredores húmidos e sombrios, que até dava calafrios, e chegámos ao parlatório. Os presos já lá estavam, atrás de uma parede de vidro grosso, com rede que os separava dos visitantes e havia uns separadores entre eles. Nós colocávamo-nos em frente do nosso familiar e era assim que falávamos, mas pouco e com cautela, porque todas as falas eram atentamente escutadas pelos guardas.*” (Alda Torneira, cit in RIBEIRO, 2008:84)

*Para lá ir, tinha de ir a pé daqui até à estação de comboios. Depois apanhava o comboio até as Caldas da Rainha. Nas Caldas ia outra vez a pé da estação até à paragem da camioneta. Para lá ia sempre carregada de sacos com coisas para eles. Tinha que esperar ainda cerca de uma hora pela camioneta. Para cá era a mesma coisa. Às vezes, tínhamos a sorte de haver pessoas que nos davam boleia até às Caldas. Assim já demorávamos menos tempo. Também para cá já não vinha carregada.* (Entrevista a Júlia Santos)

Na Marinha Grande, as responsabilidades continuavam à sua espera.

*Quando ele foi preso, o irmão dele foi atrás dele e ficou preso também. Mas ficou lá só três meses porque depois o mandaram para a Guiné. O outro irmão por essa altura andava fugido. Então eu fui para casa deles, para a mãe deles não ficar sozinha.* (Entrevista a Júlia Santos)

“*Esta é a história da minha família*” disse-me Esmeralda Serrão no final de uma entrevista.

Por isso, ainda hoje, tantos anos passados sobre o 25 de Abril, Esmeralda se desloca ao cemitério onde está sepultada sua mãe e lhe oferece um ramo de cravos vermelhos. E diz-lhe, daquela maneira que todos dizemos aos que estão ainda vivos no nosso coração

– *Toma, tu os mereces!*

E novamente o 25 de Abril. Foi a ele que recorreram, como a ponta do fio que lhes permitiu soltar a memória. Até esse dia havia uma necessidade constante de atenção ao presente, que as impedia de olhar para trás e medir as dores do passado. É a ele que recorrem agora, qual ponta final, desse fio feito de vida, sulcado de nós e de fantasmas.

Desde que nasceram, até esse dia, estas mulheres trocaram a infância e a juventude pelo medo. Trocaram os risos pelos silêncios, trocaram a alegria pela resistência, e fizeram dessa resistência uma forma de vida.

Uma forma de vida que dura até hoje. Que se renova em cada novo ano, quando Abril é mais do que Primavera. É a esperança que renasce num ramo vermelho de cravos.

## 8.A PRISÃO

### 8.1. Às vezes o dia começa sem o Sol nascer

*Torna-se urgente que, diante dos crimes praticados pela PIDE, ninguém mais diga: “Eu não sabia”*

*É urgente que todos saibam.*

*Há, principalmente que dar a palavra aos presos políticos, aos que sofreram na sua carne a terrível experiência da passagem pelos antros infernais da PIDE.*

Mário Castrim

*“ Do dia 18 de Janeiro de 1934, o que recordo praticamente é que era um manhã nevoenta, uma manhã de morrinha [...] Logo no período dessa tarde, e os outros dias, vinha aqui a tropa a cavalo rondar a casa, de manhã e à tarde [...] como o meu pai não aparecia, levaram a minha mãe, a correr, descalça à frente dos cavalos, com estes quase a pisá-la para a obrigarem a correr mais depressa”.(José Moiteiro da Costa, cit in NUNES, 1998:119).*

José Moiteiro Costa tinha 9 anos em 1934. Era filho de Augusto Costa, operário vidreiro, mentor e participante no 18 de Janeiro. Recorda ainda os últimos dias em que viu o pai: *“Depois que o meu pai apareceu e andou fugido, até ser preso, dormia num sobrado velho que nós tínhamos [...] A tropa e a Guarda vinham cá procura-lo, mas não davam com ele [...] no dia em que resolveu entregar-se, veio dormir a casa, com a minha mãe, e deixou-se estar em casa até a tropa aparecer com os cavalos.*

*Chegaram os Guarda Republicanos a cavalo e perguntaram à minha mãe por ele. O meu pai saiu à rua – contou mais tarde a minha mãe – e disse-lhe:*

*– Não vale a pena martirizarem-na mais. Eu estou aqui para me apresentar*

*[...] e foi então que o levaram e o mataram no Tarrafal. Até hoje...nunca mais o vi.* (José Moiteiro da Costa, cit in NUNES, 1998:119).

Madeira (2007) defende que a memória dos factos sociais e políticos não se resume a uma mera convocação do passado, antes, é um processo social complexo, de construção de representações de acontecimentos pretéritos e da sua causalidade.

A história do aparelho repressivo e punitivo do Estado Novo, pode ser contada, pela memória construída da vida de tantos marinhenses, desde a instauração da ditadura, até ao seu final e que viveram na pele, os efeitos dessa repressão e dessa punição.

*Da primeira vez vieram-me prender dentro da fábrica onde estava a trabalhar. Quando me levaram daqui disseram-me que ia prestar declarações. Eram aí umas 5 horas da tarde. Da fábrica levaram-me para a polícia na Marinha Grande. Então o Gouveia foi fazer uma inspecção à minha casa ver se apanhava qualquer coisa relacionada com o Partido. Nessa altura não apanharam nada do Partido. Eu ainda não pertencia ao Partido. Eu pertencia ao MUDJ.*

*Levaram-me para Caxias. O primeiro lugar para onde eu fui foi para o segredo das casamatas de Caxias.*

*As casamatas de Caxias eram um corredor subterrâneo que ia desde o forte até à saída. Nessa altura não tinha contacto com ninguém. Nas casamatas não havia luz. O único sinal de vida era dado pelas luzes dos carros que saíam e entravam. (Entrevista a Francisco Sousa)*

Francisco Sousa, foi preso pela primeira vez dia 16 de Fevereiro de 1955. Vinte e um anos, separaram os acontecimentos acima relatados. Nesse tempo, variou não só o tipo de torturas utilizadas nos interrogatórios, bem como os estabelecimentos prisionais para onde os presos eram enviados.

Contudo, houve marcas que ao longo dos quarenta anos em que vigorou a ditadura se mantiveram inalteráveis. Desde logo a constituição do sistema de justiça política, um sistema tentacular, cujo núcleo central se sediava na própria polícia política, PVDE primeiro e PIDE mais tarde, mas para o mal contribuíram também a PSP, a GNR, bem como as milícias da Legião Portuguesa.

Este sistema assentava em legislação penal e processual que legalizava e legitimava toda a espécie de violência contra aqueles que praticavam, ou eram suspeitos de praticar crimes contra a segurança do Estado.

*A violência, a que Salazar aludia “como meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras”, (Salazar ,cit in PIMENTEL, 2007; 106), era tida como, mais do que necessária, imprescindível .*

Segundo Pimentel (2007), Salazar em entrevista dada a António Ferro firmava ter chegado “à conclusão de que as pessoas maltratadas eram sempre, ou quase sempre terríveis bombistas, que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondido as suas armas mortais [...] só depois de (a polícia) empregar esses meios violentos, é que eles decidiam a dizer a verdade”. (Salazar cit in PIMENTEL, 2007:106), pelo que a violência praticada pela polícia se tornava



“imprescindível”, uma vez que da sua aplicação dependiam as vidas de inocentes crianças e pessoas indefesas.

O sistema judicial preconizava dois tipos de prisões: a prisão preventiva, que ocorria antes do julgamento e durante a instrução do processo e a prisão para cumprimento de pena.

A prisão procurava atingir três funções. Em primeiro lugar era o culminar da afirmação da autoridade. Em segundo lugar desempenhava uma função de diferenciação social ao visar a “reeducação” política dos presos. Estas “reeducação” surgia desde logo com a proposta de colaboração em troca do “*vais-te já embora*”, outras vezes surgia com o pedido de assinatura de declarações previamente escritas pela PIDE.

*Durante o tempo de prisão, muitas vezes éramos chamados para verem se estávamos recuperados. Era sempre a mesma lenga lenga...a nossa resposta era sempre a mesma. Eu era solteiro [...] Antes de sairmos íamos sempre ser ouvidos outra vez. Eles faziam era procurar sempre as mesmas coisas aos presos, que era para ver se eles abdicavam da sua política, assinando um documento, em que repudiavam todo o trabalho do partido ou de qualquer ligação que eles consideravam clandestina.* (Entrevista a Francisco Sousa)

O culminar desta *reeducação*, quando o detido acedia em colaborar, acontecia com a sua devolução à sua terra de origem, transportado em carro de polícia e estrategicamente deixado no local mais visível do lugar.

Por último a prisão tinha uma importante função neutralizadora na medida em que promove a separação dos elementos considerados perigosos do resto da sociedade, evitando assim a contaminação.

Van Gennep (1981) põem em evidência a forma como as sociedades humanas vivenciam momentos de passagem, realçando a importância daquilo a que o autor chamou período limiar.

Este período, mas do que uma fronteira que se interpõem entre duas fases distintas, possibilita a negação de um conjunto de princípios classificatórios, até então vi gentes, promovendo a aceitação de novos princípios propiciadores de uma nova ordem social.

A detenção dá início a um rito de passagem e promove um conjunto de experiências que levam a que o preso se torne uma pessoa distinta, daquela que era antes de ser detido. Tendo em conta que a detenção dá início a um período, no qual o detido participa involuntariamente, há por parte de quem promove a detenção a necessidade de mais intensamente fragilizar o detido, para que ele menos resistência crie face à nova realidade que lhe é imposta.

Esta realidade está desde logo presente na forma como se fazem as detenções. Utilizando o recurso à violência, como aconteceu na casa de Augusto Costa e de sua mulher, em que os detidos são levados por um conjunto de militares, que circulam a cavalo em clara superioridade face ao detido, que vai a pé e descalço.

Escolhendo as horas a que se fazem as detenções. Francisco Sousa, foi detido pela primeira vez ao fim da tarde, depois de um dia de trabalho., quando já cansado estava mentalmente mais disposto para regressar a casa.

A segunda detenção de Francis Sousa ocorreu dia 13 de Abril de 1964, ainda de madrugada, quando toda a família dormia. Esta prática tornou-se uso corrente na actuação da polícia política.

A entrada no estabelecimento prisional, preconizava também um conjunto de regras que tendem por um lado a despojar o detido das marcas da sua vivencia passada, e que acentuavam ainda mais a sua fragilidade uma vez que é despido, revistado e são-lhe retirados todos os objectos pessoais.

*Quando fui para o Aljube e eles me mandaram despir eu recusei. Não me valeu de nada porque eles me rasgaram a roupa e despiram-me eles. Além disso tive a pena agravada por me ter recusado a despir.*  
(Entrevista a Francisco Sousa)

Após a detenção e enquanto aguardavam os interrogatórios, os presos tanto podiam ser colocados em isolamento como em salas partilhadas, muitas vezes com o recurso a agentes infiltrados.

O isolamento torna se duplamente doloroso. A espera aliada ao silêncio fazem aumentar a fragilidade. Simultaneamente evitava o contágio que o contacto com outros presos proporcionava.

Francisco Sousa, nas duas prisões que sofreu, aguardou pelos interrogatórios em isolamento. Da primeira vez nas casamatas de Caxias.

*Da segunda vez que fui preso foram-me buscar a casa de madrugada. De casa fui logo para Lisboa. Para o Aljube. Estive no segredo. Era uma espécie de sala pequena ,situada no vão de escadas do 3º andar.*

( Entrevista a Francisco Sousa).

## 8.2. Quando um homem ouve as pestanas a bater

*A hora do silêncio tem uma existência física. Anuncia-se, avança, alastra e invade as celas trazendo consigo uma angústia húmida, pesada e sepulcral.*

Manuel Tiago

Os interrogatórios eram baseados na saturação e no cansaço.

*Estavam 4 ou 5 indivíduos da PIDE. Eles estavam sentados, nós não nos podíamos sentar. Não podíamos dormir. Eles tinham uma gaveta aberta onde estava uma pistola. Em cima da mesa havia mais. Os interrogatórios eram baseados na violência, na saturação e no cansaço.*

*Os interrogatórios chegavam a demorar 12 dias.*

*Da primeira vez queriam saber quem é que nos tinha abordado do PCP para irmos para Amor. Quem é que nos incentivou, quem é que nos dava os jornais do MUDJ, como é que entrávamos em contacto com o MUDJ.*

*Da segunda vez queriam saber principalmente das ligações dentro das fábricas. (Entrevista a Francisco Sousa)*

Os interrogatórios são sempre acompanhados de tortura. Esta é usada para promover a descaracterização da pessoa que é torturada, não só em termos físicos mas também psicológicos.

A polícia política utilizou três tipos de tortura: a tortura somática, tortura física e tortura farmacológica (da qual não encontrei testemunhos na Marinha Grandes)

A tortura somática visa causar dor no corpo e é realizada por espancamentos, queimaduras e manutenção forçada de posições. “ *Como persistisse em não falar, desvairados pela sua teimosia, despiram-no e amarraram-no a uma mesa, com as costas para cima, começando ambos a chicoteá-lo selvaticamente nas costas e rins e dar-lhe com vergalhos de cabedal e tábuas, nas coxas e barrigas das pernas*”. (NUNES, 1997;12)

Esta descrição de tortura é referente aos interrogatórios realizados em Janeiro de 1934 em Leiria a Francisco da Cruz, na sequência do 18 de Janeiro.

Por essa altura a utilização de tábuas de madeira para provocar a dor era uma pratica corrente.

*Bater com a cabeça na parede era uma coisa muito dolorosa. Havia indivíduos que de lá iam para o hospital. Uma das vezes também fui para o hospital porque tinha um ouvido rebentado.*

*Eles viam se um indivíduo estava em condições de lhe fazerem mais tortura. Para isso chamavam o medico, o medico não estava ali para curar, estava ali para ver até onde eles podiam torturar. A eles também não lhes convinha matar.*

*Convinha era levar o indivíduo até às últimas consequências (Entrevista a Francisco Sousa)*

Uma das formas de tortura muito utilizada era a manutenção de uma posição rígida, a estátua.

*Ficar em estátua, fazia as pernas incharem muito, então era melhor o individuo atirar-se ao chão. Era a melhor maneira de se safar. Bem sei que eles batiam, davam pontapés, deitava-mos sangue do nariz e da boca. (Entrevista a Francisco Sousa).*

A estátua, ao contrário dos outros tipos de tortura, funcionava como um auto-flagelo. Aqui a dor não vem de uma acção do torturador, mas do controlo que o torturado tem sobre o seu próprio corpo. O próprio Partido Comunista, pela mão de Álvaro Cunhal, dava indicações para se evitar a “Posição de Estatua”, sabendo também que desta recusa resultaria nova tortura. Em 1947, é publicado um documento intitulado “Se fores preso camarada.” Polémico, até dentro do partido, como refere Pimentel (2007), pelos relatos de torturas que faz, torna-se um elemento de consulta fundamental, pelos alertas que contém. A recusa à posição de estátua é um desses alertas. Outro é a referência aos interrogatórios, considerados um momento decisivo, onde a polícia “*pode ficar com o preso na mão*” Cunhal faz também uma alusão ao PIDE Bom e ao PIDE mau, uma técnica muito usada nos interrogatórios, onde, após a tortura, a dor, o cansaço, aplicados pelo PIDE Mau, surge o PIDE Bom, inspirador de segurança e junto de quem, mais facilmente o interrogado é levado a ceder.

Nunca nenhum interrogado é submetido a uma só espécie de tortura.

*Eles tinham um aparelho para bater tão sofisticado, tão sofisticado. Parecia uma bomba de bicicleta, de um lado tinha uma pêra e do outro uma espécie de fivela onde eles metiam a mão. Com isso só passado umas horas é que se via o efeito. Na parte do peito eles não batiam com isso, mas nas costas e no pescoço batiam. Ao fim de umas horas ficávamos completamente escuros, todos em nódoa negra. Aos poucos a pele começava a cair. O bombinho não sendo muito doloroso (ou então era eu que já estava sem sentir) deixava muitas marcas. (Entrevista a Francisco Sousa)*

A utilização do bombinho funcionava não só como tortura somática, para quem ele é aplicado, mas como tortura psicológica para os companheiros.

*Imagine o que é. Eu apanho com o bombinho e vou para uma cela onde esta um camarada que vai ser interrogado a seguir. Também tínhamos o banho à sexta-feira. Está a ver os meus colegas a verem as minhas costas assim.*

*Uma bela noite tinha eu chegado para os interrogatórios às 3 da manhã. Aí pelas 5 da manhã chegam um grupo de pides, já bêbados. Deixaram-me em camisa e tumba, tumba.*

*Mas aquilo era por causa de um de Aljustrel.*

*Ele já estava tuberculoso em último grau. Esteve a deitar sangue 15 dias naquela sala. (Entrevista a Francisco Sousa)*

A utilização de tortura psicológica era permanente.

*Os interrogatórios chegavam a demorar 12 dias. Além da dor que nos causavam a nós, eles dão para aterrorizar os outros.*

*Havia muitos vexames. Já viu o que é um indivíduo nu a ser interrogado por uma mulher. Uma mulher que nos chamava tudo. Os gajos procuravam tudo para ver se a moral vai descendo. (Entrevista a Francisco Sousa)*

A tortura psicológica ultrapassava a própria situação do interrogatório e é extensiva a toda a vivência prisional. Evitar e proibir as visitas era um meio de desmoralizar os presos e de mais facilmente os fazer falar. O isolamento era outra das práticas utilizadas “*que provocava no indivíduo um sentimento permanente de ameaça sem objecto e uma vivência despersonalizada*”. (PIMENTEL, 2007;110)

Outra das formas de tortura psicológica muito difundida foi a tortura do sono.

*Quem não conhecia a PIDE não faz ideia daquilo que eles eram capazes de fazer. Já viu o que é estar 20 dias sem dormir, Vinte dias!*

*Aconteceram as coisas mais caricatas. Um indivíduo até os próprios olhos ouve a fazer barulho. A certa altura já não sabe o que diz nem nada. Eles levam uma pessoa até ao esgotamento. (Entrevista a Francisco Sousa)*

A aplicação de tortura às mulheres também era constante. Contudo só começou a ser usado quando as mulheres deixaram de ser entendidas “como companheiras” e passaram a ser vistas como elas próprias agentes de resistência.

São várias as mulheres da Marinha Grande que estiveram detidas pela PIDE, contudo só Hermínia Santos esteve disponível para prestar o seu depoimento, e que como defende Madeira, “*a memória de violência traz sempre consigo, de alguma forma, a violência da memória*”. (MADEIRA, 2007;16).

Hermínia sofreu 5 meses de longos e penosos interrogatórios marcados pelo cansaço, pela angústia, pelo sofrimento, pelo vexame.

Foi muitas vezes insultada, mas a ela nunca lhe bateram.

### 8.3. Entre Quatro Paredes

*A prisão, essa região mais  
sombria do aparelho de justiça, é o local  
onde o poder de punir, que não ousa  
mais se exercer com o rosto descoberto,  
organiza silenciosamente um campo de  
objectividade em que o castigo poderá  
funcionar em plena luz como terapêutica  
e a sentença se escreve entre os  
discursos do saber.*

Michel Foucault

#### 8.3.1. A Deportação

Nos finais do Verão de 1934, partiram para os Açores os navios Lima e Carvalho Araújo, transportando prisioneiros do 18 de Janeiro de 1934, condenados a prisão e deportação. São enviados para a Fortaleza de São João Batista em Angra do Heroísmo. Manuel Baridó é um desses homens. “*Em Angra, era um ambiente totalmente diferente da Trafaria. Meterem-nos dentro de uns salões muito grandes e só nos abriam as portas para irmos comer*” (Baridó cit in NUNES, 1998;127)

A utilização pela polícia política da sanção *deportação* não foi inédita no Estado Novo. Já anteriormente (Farinha, 2007) a deportação tinha sido utilizada, entre 1927 e 1931, aquando das revoltas revivalistas. A deportação constitui um “*tratamento profilático*” que evitava a contaminação dos deportados ao resto da sociedade.

A escolha de um forte militar situado em pleno Atlântico, acentuava o carácter deste como instituição total, exponenciando o seu afastamento ao mundo exterior.

Em contrapartida gera entre os detidos uma forte cumplicidade, motivada pela permanência continuada e pela igualdade de situação face ao poder instituído. “*Chegada a noite, trancavam tudo e nós tínhamos a liberdade de desenvolver a nossa cultura, de acordo com as possibilidades que tínhamos.*”

*Creio que aí uns 70% dos presos do 18 de Janeiro eram analfabetos, e não saiu de lá nenhum que não viesse já a saber ler e a escrever. [...] Por norma, montávamos escolas para tudo. Havia médicos, pouco, mas havia estudantes, advogados, enfim: havia vários, e cada um dava escola a um grupo de amigos de acordo com as suas capacidades”. (Baridó, cit in NUNES, 1998 ;128)*

A prisão, paralelamente a uma escola de letras foi também uma escola política.

Catarino, um preso das hostes revivalistas afirma “*Muita gente se fez comunista nas prisões [...] os que não eram do partido mas que sofriam e eram torturados, tinham tendência para alinhar e entrar para o partido*”. (Catarino cit in Farinha, 2007;447)

Em meados de 1943, devido à guerra o forte de São João Batista é reocupado por militares e os presos transferidos, primeiro para um fortim mais pequeno em Angra do Heroísmo e depois para o forte de Peniche, sendo postos em liberdade no dia de Natal desse ano.

O Jornal “A Voz da Marinha Grande” na sua edição de 30 de Dezembro de 1943 publicou: “*De Regresso*

*No comboio correio das 12 horas chegaram a esta vila, no dia de Natal, 9 pessoas ausentes desde Janeiro de 1934.*

*Tanto na estação, como na estrada da mesma, encontravam-se inúmeras pessoas da família e amigas, à sua espera.*

*Foi grande o contentamento duns e doutros, por voltarem a reunir-se nos seus lares e aos seus conterrâneos”.*

### **8.3.2. O Tarrafal**

A treze de Outubro de 1936, larga do cais da Rocha de Conde De Óbidos o navio de transporte Luanda. A bordo levava presos políticos vigiados por uma brigada de PVDE.

Dia 23 de Outubro aporta em Angra onde embarcam várias dezenas de presos, entre eles, Augusto Costa, António Guerra, Júlio Sousa Marques e Carlos Castanheira, intervenientes no 18 de Janeiro.

A 29 de Outubro do mesmo ano desembarcam na baía do Tarrafal, inaugurando aquele que viria a ser chamado o “campo da morte lenta”.

Segundo Goffman: *“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”*. (GOFFMAN, 1974;11).

Desta forma, e tal como refere Pimentel (2007) este campo veio cumprir duas das principais funções para o qual foi criado pelo Salazarismo. Por um lado permite em claro isolamento dos opositores do Regime e por outros constitui um importante elemento aterrorizador da população.

*“ No campo do Tarrafal, a água que nos estava destinada vinha de um poço situado a uns setecentos metros (...) estava contaminada com excrementos de cabras e burros lazentos que ali iam beber todos os dias. Pelo tempo das chuvas, raras mas torrenciais, as enxurradas que desabavam nas montanhas arrastavam consigo burros, cães e aves mortas. O Poço ficava no caminho das torrentes (...) sabia-o o fascismo, e o poço do Chambão fazia parte do plano de morte que nos condenara”*. (Testemunho, cit in NUNES, 1998;139)

A água, o paludismo e a tortura eram as principais causas de morte no Tarrafal. A biliosa parecia de repente deixando a urina cor de café primeiro e em sangue depois.

A maioria dos presos do campo eram jovens plenos de pujança física e isso evitou maior número de mortes, porque no campo, apesar de haver um médico destacado ele não tinha por função curar, mas sim passar *“certidões de óbito”*.

A enfermaria mais não era do que um barracão um pouco mais protegido do vento e dá poeira e onde aos homens quando *eram dados como mortos aplicava-se-lhes o escalda-pés*. *“Quando não se reagia era a morte”*. (Testemunho, cit in NUNES, 1998;146).

Na farmácia do campo havia quinino, muitas vezes enviado pelos familiares, mas que não era distribuído aos presos.

Este campo começou por ser um rectângulo de arame farpado, com tendas e acabou por ser construído pelos próprios prisioneiros, naquilo a que viria a ser chamada de Brigada Brava.

*“Em meados de Julho de 1937, quando as febres já rompiam pelo campo, a Brigada Brava, em regime de trabalhos forçados, visando o aniquilamento dos presos, iniciou a abertura da vala que circunda a parte exterior do campo”*. (NUNES, 1998;143)

A brigada Brava trabalhou durante 45 dias. *“No último dia, apenas dois homens restavam de pé...dois esqueletos...enlouquecidos e cegos pelo pó ....Pela poeira e pelo martírio e que haviam sido sujeitos...António Guerra e João Faria Borda”*. (NUNES , 1998;145)

O director do Tarrafal era Manuel Martins dos Reis, já conhecido dos presos, pois tinha dirigido anteriormente a prisão de Angra do Heroísmo. Manuel Reis era militar de carreira e tinha o Posto de Capitão de Arma de Artilharia. No Tarrafal recompensou *“com 10 dias de licença e um louvor a um guarda que disparou contra um preso, enclausurado na solitária, enlouquecido pela sede, que havia alçado nas grades*



*gritando por água, ferindo-o num braço de que ficara para sempre paralisado”.* (NUNES, 1998;136)

A frigideira “ *uma construção de cimento armado de forma rectangular e o telhado liso de cimento. Mede seis metros de comprimento e três de largura [...] o sol bate-lhe de chapa. O calor é sufocante e de tal natureza que o bafo da respiração se condensa no tecto e cai sob a forma de chuva*”( Testemunha não identificada, cit in REPORTER SOMBRA,1974:105) era o local de suplício, gelada de noite e tórrida durante o dia, apesar de só ter capacidade para dois ou três presos, chegou a ter doze reclusos.

Aqui tudo servia como motivo de castigo, “*se nos encostávamos à parede da barraca (...) se tirávamos a cal com o roçar da roupa.*” (Tomás Rato cit in NUNES, 1998;140)

Segundo Farinha (2007), o aproximar do fim da Segunda Guerra Mundial, provocou alguma mudança no comportamento dos guardas do Tarrafal. Em 1944 há a mudança do director da prisão. É também colocado no campo, um rádio que emite música e os noticiários da Emissora Nacional. Em 1945, quarenta dos prisioneiros são transferidos para o continente.

O campo de concentração do Tarrafal é encerrado em 26 de Janeiro de 1954, vindo a ser reaberto em 1961 como presídio para os combatentes dos movimentos independentistas.

Augusto Costa morre a 22 de Setembro de 1937, depois de ter contraído biliosa.

António Guerra em 1944 é transferido quase cego para Peniche de onde se tenta evadir. Retorna ao Tarrafal, onde a 28 de Dezembro de 1948 morre. Tinha 35 anos.

*Juntar-te aos ossos dos tristes  
Vencidos da nossa Guerra  
Carne que já não existe  
No Tarrafal feita em terra  
[...]  
De vós vivos já só resta  
A luz da nossa memória  
Entre entusiasmos de gestas  
Na austeridade da História*

Armindo Rodrigues

### 8.3.3. O que era de um era de todos

*No forte havia um colectivo de presos. As famílias levavam-nos coisas desde roupa, calçado, dinheiro, tudo...Eu nunca recebi o dinheiro. Nem eu, nem os outros. O dinheiro ficava depositado nos gajos e nós fazíamos uma requisição para o que precisávamos. O que era de um, era de todos. (Entrevista a Francisco Sousa)*

Em resposta ao fechamento relativamente ao mundo exterior, que as prisões do Estado Novo, como instituições totais obrigavam, desenvolvia-se no interior da prisão uma união entre os presos, característica da sua condição de presos políticos.

Em comum levaram do exterior o facto de se oporem ao regime. Em comum sofreram perseguições, foram detidos, interrogados, torturados.

Lá fora deixaram o que os separava, os seus valores culturais, as suas terras de origem, as suas famílias, o seu trabalho...enfim as suas pertenças identitárias.

Dentro da prisão, apesar dessas diferenças que os formaram, constituíram um todo.

Esse todo era visível desde logo com a repartição de bens, oriundos do exterior, numa concretização em vivência prisional de um ideal comunista.

*Um indivíduo fumava. Os outros podiam não fumar. Mas nós, mesmo que não fumássemos não podíamos nunca negar o tabaco. Se não era para nós, era para os outros. Na nossa sala havia um, que se não fumasse ficava doido. (Entrevista a Lenine Moiteiro)*

Paralelamente, os interesses individuais dos presos eram assumidos pelo colectivo.

A acrescentar a um confesso anticlericalismo comum ao militante comunista, Lenine Moiteiro e Francisco Sousa tinham sido detidos pela primeira vez em resultado de uma denúncia feita pelo padre de Amor na sequência de uma recolha de assinaturas.

Contudo:

*Fizemos um levantamento de rancho para eles darem assistência católica.*

*Havia um colega que estava preso e tinha sido padre. Não sendo comunista era um homem de esquerda. Ele dizia muitas vezes que quem o ajudou sempre na prisão foram os comunistas. Quando eles não lhe davam as missas, os próprios comunistas faziam demarches para que lhe fosse dada assistência de igreja.*

(Entrevista a Francisco Sousa)

A cumplicidade que se gera entre os presos políticos é comum também à realidade feminina.

Hermínia estava presa 5 meses, sem nunca ter ido a julgamento. Como ela diz “*Sem saber porquê fui presa*”. Com ela esteve também o filho de 15 meses. “*...todo aquele ambiente era triste e sombrio, mas o menino era um raio de sol para doze mulheres privadas*

*da liberdade e afastadas da família e dos amigos (...) Eram doze mulheres boas e corajosas e todas o mimavam: davam-lhe colo contavam-lhe histórias, cantavam-lhe cantigas”.*(Hermínia Santos, cit in RIBEIRO, 2008;77)

#### **8.3.4. Quotidiano Prisional**

O forte de Peniche foi desde 1945, o lugar para onde, os presos condenados a prisão maior eram enviados.

Segundo PIMENTEL (2007), no decorrer dos anos 50, ocorreram no forte de Peniche um conjunto de levantamentos de rancho, de reclamações, por parte dos presos políticos que culminaram com a conquista de algumas melhorias nas condições prisionais.

São também, por essa altura, construídos novos pavilhões. Nestes, *“as salas comuns foram construídas segundo o modelo das prisões americanas de máxima segurança, em que a parede da frente era substituída por barras de ferro, de modo a que os presos pudessem ficar 24 horas sob o olhar do carcereiro”.* (PIMENTEL, 2007; 438)

A fuga consumada, que nos anos 60 devolveu à liberdade Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes entre outros, provoca um aumento de repressão dentro da prisão, principalmente repressão cultural.

Francisco Sousa deu entrada no forte de Peniche decorria o ano de 1965. Por essa altura, como salienta PIMENTEL (2007), já a biblioteca prisional tinha sido reaberta, bem como era autorizada a entrada no forte da biblioteca itinerante da Gulbenkian.

*... os livros que eles vissem que eram coisas políticas eles retiravam-nos. Para ir buscar livros tínhamos de fazer um pedido por escrito. Podíamos ter de esperara 2 ou 3 dias. Se eles entendessem que o podiam entregar, entregavam. Se não, não o entregavam.*

*Muitos livros estavam fechados.* (Entrevista a Francisco Sousa)

A vida da prisão era marcada pelas rotinas. Francisco Sousa, estava numa cela comum, dessas em que a parede é substituída por grades e a privacidade é nula.

*Às 7 horas da manhã a sirene lá de dentro tocava. A essa hora podíamos cortar a barba. Habitualmente o café era às 9 horas e durava mais ou menos 10 minutos.*

*Mas, nessa altura já tínhamos feito as limpezas. Depois durante a manhã estudávamos. Na sala onde eu estive estavam 8. Eu fiz o “curso” de desenho (desenho geométrico). Para mim foi importante por causa do meu trabalho. Quando cheguei cá fora e agarrei um desenho eu já sabia o que era. Além disso estudávamos outras coisas. Também ensinavam francês a quem queria aprender. À tarde, se tínhamos direito ao recreio íamos uns de cada vez.*

*Depois lavávamos a roupa, dobrávamos e púnhamos dobrada debaixo de um colchão com um lençol em cima.* (Entrevista a Francisco Sousa)

A quebrar esta rotina dentro da prisão estava a correspondência e as visitas de familiares.

Apesar da reforma prisional de 1936 (Pimentel;2007) prever que os presos políticos se pudessem corresponder livremente, a PIDE só autorizava a correspondência a familiares próximos e mesmo assim sujeita à censura.

*Ele escrevia-me como se eu fosse a irmã dele. Nesse tempo em que ele estava preso eu só o pude ver quando ele foi a julgamento* (Entrevista a Júlia Santos)

Relativamente às visitas “*Só aos familiares em primeiro grau, isto é, pais, filhos e cônjuge eram permitidas visitas uma vez por semana. Tios, primos e sobrinhos só podiam visitar os familiares no 5.º domingo do mês. Mas meses com cinco domingos só acontecem três ou quatro vezes por ano*”.(Alda Torreira, cit in RIBEIRO, 2008:79)

*As namoradas não podiam visitar nem escrever. Então eu escrevia á minha namorada como minha irmã. Ela ainda me foi visitar como minha irmã.*

*Mas depois, quando meti a autorização para casar eles descobriram e ela já não pode entrar. Uma vez disseram-me “você casa pela igreja e vai-se embora.* (Entrevista a Francisco Sousa)

Francisco Sousa não casou pela igreja nem se veio embora, mas casou-se na prisão.

*Ele ainda no Porto pediu para o deixarem casar. Enquanto estive no Porto não o deixaram. Mas depois quando veio para Peniche eles autorizaram.*

*O casamento foi simples. Nós fomos para uma salita. Eu levei daqui os meus padrinhos e a minha família. Foi a doutora do registo civil de Peniche que nos foi casar à prisão. Estávamos os dois e tínhamos um polícia de cada lado.*

*Depois do casamento tive meia hora com ele. Nós casamos às 11 horas e 30 minutos, mas como ao meio dia era almoço na prisão ele teve de ir. Quando o vi outra vez às 15 horas já não foi em comum. Foi à rede no parlatório (...) Mas não fomos só nós que casámos na prisão. Havia muitos outros que casaram na prisão. O irmão dele também casou assim, mas esse foi em Caxias. A partir do casamento já o podia visitar. Mas não ia lá todas as semanas, só de 15 em 15 dias (...) a visita era só das 15horas às 16 horas (...) quando chegávamos lá, o que levássemos tínhamos de deixar à entrada que era para eles levarem. Depois é que íamos para o parlatório.* (Entrevista a Júlia Santos)

O “que levássemos” eram os “mimos” conseguidos na dificuldade económica da vida. Transportados a peso pelos caminhos percorridos em grande parte a pé, que lá ficavam à entrada à guarda dos carcereiros.

*Mesmo que tivéssemos lá coisas nossas tínhamos de pedir ao guarda se podíamos dar a um ou dois colegas. Eles não deixavam dar a mais. Preferiam que o comer se estragasse do que fosse distribuído. Às vezes também levavam dinheiro. Com ele podíamos pedir que nos comprassem coisas cá fora. Mas era a mesma coisa. Só nos deixavam dar a um ou a dois camaradas.* (Entrevista a Francisco Sousa)

A dádiva na prisão ajudava a sedimentar laços e cumplicidades que a todo o custo a polícia política queria evitar

*O Baridó apesar da idade era muito hábil. Nós entrávamos para o refeitório antes do guarda. O Baridó tinha já dividido nos armários as coisas e nós normalmente íamos lá buscar. Se eles dessem por isso eles tiravam-nos tudo.*

*Eles conheciam tudo o que era dos presos. Até o vestuário interior eles conheciam.* (Entrevista a Francisco Sousa)

## 9. MOSTRAR PARA NÃO ESQUECER

A casa onde actualmente está instalada a Casa Museu 18 de Janeiro é a mesma, onde em 1934, se reuniram pela última vez os homens que prepararam e realizaram a revolta de 18 de Janeiro na Marinha Grande. Essa reunião aconteceu noite dentro, quando o escuro da noite ajudava a ocultar a silhueta dos homens.

Era uma casa térrea, caiada de branco, coberta por um telhado de duas águas que, se prolongava na fachada frontal por uma parreira.

À sua volta crescia uma débil agricultura de subsistência. A casa era igual a tantas outras que se espalhavam na paisagem, o que, só por si diluía a sua existência.

Actualmente da antiga casa restam as paredes externas. A paisagem é agora uma paisagem urbana. A pequena agricultura de subsistência deu lugar a uma rua. Em frente um conjunto de prédios lembra a passagem do tempo.

Hoje a casa chama-se Casa Museu 18 de Janeiro, a rua Manuel Baridó. Estas realidades espelham a forma como, para além da passagem do tempo, também mudou a vida dos homens de modo a que aquilo que *ontem era interdito, é hoje exposto, enaltecido e rememorado*.

A *Casa Museu 18 de Janeiro* foi inaugurada a 18 de Janeiro de 2008, sendo nesse ano o ponto alto das comemorações da Revolta marinhense.

Contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e de João Domingues Barros Correia, presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, bem como de Andrade Ramos, embaixador de Cabo Verde.

Por essa altura foi também celebrado entre as duas cidades um protocolo de geminação, como forma de formalizar uma relação iniciada quando um grupo de revoltosos marinhenses aportou à ilha do Tarrafal, integrado na primeira leva de presos que vai ingressar no presídio *da morte lenta*.

Vista do exterior, a casa mantém uma aparência singela. O branco da cal deu lugar a um vermelho escuro. Na fachada frontal situa-se uma pequena janela de vidro e duas portas. Uma em vidro que dá acesso ao interior da Casa Museu. A outra, é uma grade de ferro que nos encaminha para um corredor que dá acesso às instalações sanitárias.

A porta, feita de grade e a sobriedade das linhas causam ao visitante uma sensação de frio que nos remete para a memória da experiência prisional.

A porta que dá acesso ao interior da Casa Museu, franqueia-nos um espaço branco, amplo, sem paredes. Contudo, a sua antiga existência está marcada por caminhos feitos de pedra cinzenta, que sobressaem sobre a tijoleira vermelha que cobre o chão.

O lugar das portas é agora marcado por largos e finos aros de madeira. O tecto é branco, atravessado por barrotes de madeira de pinho.

Ao longo das paredes a história do 18 de Janeiro é contada com recurso a vários painéis: *Breve retrospectiva; A revolta passo a passo; O Tarrafal.*

Em todos os painéis a palavra escrita se mistura com a dureza das imagens.

Lado a lado com a lista nominal de todos os marinhenses participantes no 18 de Janeiro, está uma fotografia de um grupo de mulheres e crianças, descalças algumas, que se deslocavam a Leiria para junto do Governador Civil pedir a libertação dos seus homens. Lado a lado como relato da acção do dia 18, está a fotografia da Praça do Município, quando após a revolução foi tomada pelas forças de segurança que vieram de Leiria.

Ao centro, quatro paralelepípedos em vidro, aguardam as exposições temporárias.

O programa das comemorações do 18 de Janeiro em 2010 anunciava uma Exposição de Cartazes alusivos ao 18 de Janeiro a decorrer na Casa Museu. Esta exposição, foi motivo para uma revisita. Os painéis de parede eram os mesmos. Ao centro, os paralelepípedos continham a exposição de cartazes.

A sua leitura reconduzia-nos pela história recente da Marinha Grande. Recuando no tempo, o primeiro cartaz datava de 1977. Integrava o grupo onde eram visíveis os cartazes de 1978 e 1979. Neles a imagem do vidreiro é central e, de certa forma, confunde-se com a imagem de um militante comunista que empunha numa mão uma bandeira vermelha, onde ao centro esta o símbolo do sindicato e na outra a vareta com que sopra o vidro.

Os cartazes de 1987 e 1988 convocam o 18 de Janeiro, para a luta pela viabilização do sector vidreiro, que por essa altura dava já mostras de um patente declínio, com ameaças de encerramento de fábricas, o que veio a acontecer em grande escala na década seguinte. *Pela defesa do sector vidreiro, pelo trabalho, pelo pão e pela paz* são palavras-chave em realce nesses cartazes.

Só mais recentemente os cartazes servem de veículo de divulgação das comemorações de 18 de Janeiro, como é o caso dos cartazes de 2005, 2007 e 2008, onde o programa de cada ano é o texto do cartaz.

Em todos se faz alusão ao Sindicato Trabalhadores da Industria do Vidro e à Câmara Municipal da Marinha Grande, o que nota um claro assumir da “paternidade” do 18 de Janeiro por parte do PCP, o que nem sempre assim foi de forma tão clara.

Se remontarmos à fase da promoção do Sindicato dos Trabalhadores da Industria do Vidro, é claro o papel desempenhado pelo PCP para a sua consecução. José Gregório, um marinhense que veio a pertencer ao Comité central do Partido escreve em 1955, sob o pseudónimo de Alberto.

*“ A criação do Sindicato Nacional, bem como a unificação e as lutas gloriosas dos vidreiros foram possíveis (...) porque tiveram à sua cabeça, como condição fundamental, a orientação e a ajuda do Partido Comunista Português”* (GREGÓRIO, 1955:14).

Contudo e relativamente ao próprio 18 de Janeiro importa salientar que apesar de haver militantes comunistas na sua preparação e execução foi importante também o contributo de elementos anarquistas e anarcosindicalistas, facto que o próprio Gregório refere.

*“O movimento de 18 de Janeiro teve a participação de anarquistas locais e de operários que influenciavam,”*(GREGÓRIO, 1955:17).

A participação destes elementos veio, como salienta Rodrigues (2008) a ser por parte de Bento Gonçalves conotada como um *“aventureirismo de acções armadas”*, (que levou ao fracasso do 18 de Janeiro) e que contrastava com o sério trabalho de massas realizado pelo PCP. Este abandono a que Bento Gonçalves votou o 18 de Janeiro, fê-lo enfrentar algumas críticas, dentro do partido.

Passados que são 76 anos sobre o 18 de Janeiro, podemos dizer que na Marinha Grande ele teve um carácter que o tornou único, o que ocasionou um movimento aparentemente contraditório. Ao carácter centrípeto que ele teve na altura e que lhe deu um cariz invulgar no panorama nacional, opôs-se uma dimensão centrífuga que o extrapolou para fora do âmbito local e ocasionou o que podemos chamar de *“primeira patrimonialização”*. O 18 de Janeiro passa a ser um emblema de luta, que ultrapassa a dimensão espacial, relativa ao grupo e ao local onde se gerou. Ultrapassa também uma dimensão temporal, uma vez que persiste para além da queda da ditadura, e continua a ser convocado, quando a acção dos homens se norteia pelo não conformismo e, a sua unidade se torna um imperativo. A prová-lo está a Casa Museu 18 de Janeiro, a prová-lo está o programa de comemorações, todos os anos repetido, todos os anos renovado.

Na Marinha Grande foi-se acentuando o declínio do lugar social ocupado pelos vidreiros. O trabalho do vidro, se bem que efectuado em ambiente fabril, continuava a ter um cunho artesanal, em que o vidreiro era o mestre e o artista. Mais do que a introdução da maquinaria, que apesar de ocupar um largo espectro da produção, deixava ainda intacta a dignidade do sector, foi a invasão da produção de vidro vinda do exterior, que apesar da menor qualidade era incomparavelmente menos onerosa. Aos poucos, assistiu-se na Marinha Grande à emergência de um novo sector, agora ligado aos moldes.

Bourdieu (1977), salienta a importância da cultura local, construtora de uma imagem do *“nós”*, ao referir a cultura inerente a um espaço relativamente limitado, cujos habitantes estabelecem entre si relações pessoais e interpessoais, geradoras de hábitos e rotinas quotidianas.

A modernização das sociedades, no que ela representa em mudança que se gera ao nível do trabalho, da urbanização, da racionalização, da diferença, da deslocação de pessoas, propicia uma nova pertença cultural. Esta nova pertença é acompanhada por um desenraizamento, conducente à perda de valores que construíram a imagem do *“nós”*. Paralelamente são criadas



estratégias que promovem a valorização do passado e simultaneamente propiciem condições para se recrear o futuro.

Fabre (2001), constata que a história geral nos remete para um tempo passado em que o local era pouco valorizado e conhecido. Contudo emerge na actualidade um interesse crescente que privilegia o “local” e que “*revient à mettre l’accent sur le droit à l’histoire de toute entité social*”, fazendo emergir “*le quotidien, la vie matérielle, la sensibilité, l’intimité...qui amplifient son territoire et le nombre de ses lecteurs.*” (FABRE, 2001:27)

Desta forma, o património, como forma e expressão da diversidade, torna-se um objecto cultural, cada vez mais presente no quotidiano actual, transformado em produto de consumo, para o qual contribui o papel dos agentes sociais, das entidades promotoras, das instituições públicas. O local, mais do que espaço físico circunscrito a um território, transforma-se em espaço instituído de um agrupamento humano e da sua identidade.

A constituição do Museu do Vidro e da Casa Museu 18 de Janeiro, são exemplos claros do que ao nível local, está a ser feito, por forma, a preservar e valorizar o discurso dominante de um passado local, pois como defende Connerton (1989), o sentimento de pertença a um lugar constrói-se alicerçado na memória colectiva e apoiado por um conjunto de cerimónias ritualistas e comemorativas.

## 10. CONCLUSÃO

A Marinha Grande começou a cruzar-se no meu caminho por motivos profissionais. O facto de estar perto de Leiria e de ter no seu seio um conjunto de fábricas de vidro constituiu muitas vezes opção para as visitas de estudo, que hoje tal como ontem se fazem nas escolas e que permitem aos meninos, ontem, mais do que hoje conhecer o que os rodeia para lá daquilo que o seu olhar alcança do lugar onde moram.

Dessa Marinha dos anos 70 recordo as gentes que se deslocavam de bicicleta ao ritmo do som das sirenes nas fábricas. Recordo o calor à boca do forno e a magia de transformar uma massa viscosa em obra de arte.

Volto à Marinha Grande, quando para a elaboração da monografia para obtenção do grau de licenciatura. Aí procuro os Ecos do Forno Sangrando e do Sopro Calado, para abordar questões relativas ao desemprego emergente devido ao contínuo encerramento das fábricas.

Nessa altura, para lá das questões relativas ao “trabalho” ou à falta dele, começo a cruzar-me com uma nova dimensão da Marinha Grande. Aquela dimensão que deixava transparecer uma cultura de resistência e que fazia com que os de fora se referissem aos Marinhenses como “os comunas”.

A Marinha Grande é uma cidade plana, que cresceu e se desenvolveu apoiada na indústria do vidro. A parte nobre da cidade, foi durante mais de dois séculos ocupada pela Fábrica Stephens, onde estão hoje instalados o Museu do Vidro, a escola Profissional e a Biblioteca Municipal. Em frente situam-se os Paços do Concelho. A rotunda principal, aquela que pode ser considerada o coração da Marinha Grande, em virtude de por lá passarem as principais vias de acesso a outras localidades, tem em lugar de destaque uma estátua dedicada ao vidreiro combatente do 18 de Janeiro de 1934. As ruas, as escolas, são nomeadas por nomes ligados à indústria do vidro ou a resistentes opositores do Estado Novo. Os eventos culturais têm muitas vezes a chancela da Câmara Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vidro.

Assim, no início deste trabalho propus-me perceber de que forma é vivida a nível local esta dialéctica, que conjuga por um lado a percepção que cada um tem do meio local onde está inserido, bem como das redes sociais, culturais e laborais que o penetram, bem como das orientações emanadas de um partido político e de um sindicato.

O título apostado ao trabalho “**No tempo em que os homens usavam chapéus** Uma abordagem à resistência operária na Marinha Grande”, remete-nos para um tempo passado, marcado pelo sigilo. Para a sua realização, foquei-me nas memórias construídas durante o Estado Novo, nas histórias de vida de homens e mulheres que na Marinha Grande nasceram, cresceram e se fizeram “homens”. Esse tempo pretérito, passível de reconstruções várias,

permite revisitas a ideais congregadores do grupo, a momentos épicos inspiradores do futuro, bem como a sentimentos vividos, aparentemente esquecidos, mas ainda geradores de dor quando aflorados.

Álvaro Cunhal numa entrevista dada a Maria Valentino Paiva, lembrou os tempos de infância e contou um episódio, que constituiu para ele uma grande lição de vida. Uma vez, quando os rapazes brincavam com físgas, ele foi tentado a experimentar a pontaria, frente às andorinhas que andavam no ar. Como ele diz “*calhou matar uma*”. O episódio não teria passado dali não fora o pai ter-lhe “*chamado à atenção para o erro que tinha cometido*” e que revelava falta de respeito pela vida do animal.

Os homens e mulheres que deram voz a este trabalho eram meninos, quando o Estado Novo ocupou Portugal, já a Marinha Grande tinha mais de um século de cultura vidreira, de saber feito no trabalho, de trabalho gerador de poder. Contudo a vida dos homens era dura. Os homens chegavam a homens sem tempo para serem meninos. Trocavam os bancos da escola pelo trabalho nas fábricas e apesar disso a vida continuava a ser dura. Aprenderam na pele que o respeito pela vida tinha de ser um direito a conquistar.

O fim da primeira guerra gerou desemprego. O desemprego gerou a fome. Mas a Nova Ordem lá estava para dizer “*pobrezinho mas honrado*”. E a Igreja lá estava para acreditar que “*bem-aventurados os que sofrem porque é deles o reino dos céus*”. Quando os homens perdem tudo sobra-lhes a honra e a vontade de lutar e gera-se uma cultura de resistência, amparada, protegida por um partido, que na clandestinidade tentava também ele resistir. E deu-se o 18 de Janeiro de 1934. Acontecimento único, mas que juntou na sua génese múltiplas vontades, de comunistas, anarquistas, anarco sindicalistas. E os Homens saíram à rua para afrontarem o Estado Novo. E os homens foram presos, torturados, deportados. As novas gerações cresceram longe da imagem do pai que, ora estava preso, ora estava clandestino. Habitaram-se a comunicar em silêncio, a esconder o medo. Integram grupos onde procuram as respostas para os seus anseios. E por estarem juntos são presos. E por ousar são presos. E a prisão faz-se escola de letras e ideias. E os homens continuam a ousar.

Quando chega Abril encontram num cravo rubro um sinal de esperança.

Este ano, a encerrar o ciclo de comemorações alusivas ao 18 de Janeiro de 1934 é lançado, no Museu do Vidro, o livro *Os Operários e as suas Máquinas*, de Emília Margarida Marques. Durante a sessão tem a palavra o Presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande, que começa por esclarecer que não vem comentar o livro. Antes vem dar conta de uma feliz união que se estabeleceu entre o poder local e o sindicato vidreiro. Esta união tem permitido que, ano após ano, se lembre que, “*muitas das coisas que hoje consideramos como naturais, foram o produto do trabalho de muitos homens e mulheres da Marinha Grande*”

Na Marinha Grande o lugar social ocupado pela classe vidreira, que antes foi preponderante há muito começou a decair. Na fábrica o forno sangrado calou a sirene, apagou o fumo, vedando a entrada aos homens e a saída das obras.

Do antigo poder ficaram as nomenclaturas nos Agrupamentos de Escolas “João Beare”, “Guilherme Stephens”. Do valor da obra ficou o museu do vidro.

Os homens continuam a dar voz às suas memórias. Encontram-se anualmente quando o calendário lhes traz de volta o 18 de Janeiro. Rumam ao cemitério lembrando os que partiram. Os que ainda estão presentes são cada vez menos e estão cada vez mais velhos, mas trazem vivo o ideal que os fez combatentes.

Para provar a sua existência deixaram-lhes o nome nas ruas e fizeram um museu a que chamaram “Casa Museu”. É casa, porque ocupou o lugar da antiga casa de onde partiram os combatentes do 18 de Janeiro. É casa, porque se espera que as novas gerações lá vão aprender. Aprender que na Marinha Grande, no tempo em que os homens não sabiam ler houve homens que lutaram, que foram presos, que se camuflaram atrás de um chapéu para que todos pudessem ler e viver em liberdade.

Contudo, há dias, a quando de uma revisita à Casa Museu, pelo facto de ir distraída, passei o local, e um pouco mais à frente sentindo-me perdida, parei o carro e procurei ajuda junto de dois jovens, que por ali circulavam a pé. Ambos desconheciam a existência da Casa Museu e da sua localização. Voltei então atrás, e a menos de cinquenta metros, lá estava a Casa Museu. Este pequeno episódio contudo deixou-me inquieta. Não vou tão longe como Gramsci, cit in Crehan (2004), quando confia à irmã o seu receio pela educação dos sobrinhos, afastada das dificuldades, mas geradora de conformismos. Questiono no entanto os fundamentos da educação vigente, que guarda as crianças nas escolas e as afasta das suas verdadeiras raízes. A liberdade que hoje consideramos como natural não deve ser entendida como uma banalidade, a não ser que se queira correr o risco de não ter ninguém a lutar por ela.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Orais

Alda Torneira, entrevista gravada, 2009.

Esmeralda Serrão, entrevista gravada, 2009.

Francisco Sousa, entrevista gravada, 2007,2008,2009.

Hermínia Sousa, entrevista gravada, 2007.

Júlia Santos, entrevista gravada, 2009.

Júlio Pereira, entrevista gravada, 2007.

Lenine Moiteiro, entrevista gravada, 2007,2008,2009.

### Fontes Impressas

*Avante*, nº1, Agosto 1941

*Avante*, nº11, Julho 1942

*Avante*, nº63, Março de 1944

*Avante*, nº77, Maio 1945

*Avante*, nº78, Junho 1945

*Avante*, nº106, Outubro 1947

*Avante*, nº200, Junho 1955

Barroca, N. (1995), *O 18 de Janeiro de 1934 (Peça de Teatro)*.

Gregório, J. (1955), *O 18 de Janeiro de 1934: Relatório do Camarada José Gregório sobre a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiro*, Partido Comunista Português.

*O Correio*, 19 Set 1944

Rodrigues, F. M. (2008), *Pequena história do PCP e o Movimento Operário*, Cadernos da Prisão, 13, Lisboa.

## Estatística

INE (1981), *Censos de 1981*, Lisboa, INE.

INE(1991), *Censos de 1999*, Lisboa, INE.

INE(2001), *Censos de 2001*, Lisboa, INE

## Bibliografia

Afonso, A.M. (1970), *Princípios fundamentais de organização política e administrativa da nação compêndio para o 3º ciclo dos liceus*, Braga, Livraria Cruz.

Antunes, J. (1995), *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*, reimpressão 2000, Lisboa, Editorial Estampa, Lda.

Barosa, J. (1977), *Memórias da Marinha Grande*, Leiria, Gráfica de Leiria.

Barros, C.V.S. (1998), *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande II Cenário*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Magno

Bonita, D.(2006), *Alcunhas Marinhenses II*, Marinha Grande, Edição de autor.

Bourdieu, P. (1979), *La distinction*, Paris, Minut

Braz, M.P. (2008), *Salazar – A Cadeira do Poder*, Lisboa, Editorial Presença.

Coelho, J. (2006), *A Resistência em Portugal*, Lisboa, Avante

Connerton, P. (1993)(1999), *Como as sociedades se recordam*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, A.A. (2008), “Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho”. In Paço, A.S. (coord), *Os anos de Salazar: 1946-1948 As oportunidades perdidas da oposição*, (s.l.), Centro editor PDA.

- Crehan, K. (2004), *Gramsci, Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo da Comunicação
- Cruz, M. (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença Lda
- Dantas, J. (1922), *Arte de Amar*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal–Brasil
- Fabre, Daniel (2001). *L’histoire a changé de lieux. Une histoire à soi. Figurations du passé et localités*. Alban Bensa e Daniel Fabre, Dirs. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme.
- Farinha, L. (2007), “Deportação e exílio”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vitimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap8.
- Farinha, L. (2007), “O Exército”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vitimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap10.
- Fernandes, M. (2006), *Terra de Catarina*, Oeiras, Celta Editora
- Fentress, J. e Wickham, C. (1992), *Memória Social*, Lisboa, Teorema.
- Gallo, D. (1988), *O Saber Português: Antropologia e Colonialismo*, Lisboa, Editores Reunidos/Heptágono
- Gaspar, J.M. (2001), *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio-Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Godinho, P. (2001), *Memórias da Resistência Rural do Sul*, Oeiras, Celta Editora.
- Godinho, P. (2004), *Transformações e Resistência na Península Ibérica (sec. XX)*, Lisboa, Edições Colibri.
- Goffman, E. (1974), *Manicônios, Prisoas e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- Gomes, J. (2001), *Estórias e Emoções de Uma Vida de Luta*, Lisboa, Avante
- Gomes, S.P. (1974), *Esteiros*, 5ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América
- Gorki, M. (1970), *A Mãe*, Porto, Editorial Nova Limitada.

- Hobsbawm, E.J. (2001), *Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX e XX*, Barcelona, Editorial Crítica, SL.
- Lisboa, E. (1977), “Ouvir Caim, na ausência de Abel”. In Namora, F. (1997), *Cidade Solitária*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Loff, M. (2008), *O Nosso Século é Fascista!*, Porto, Campo das Letras
- Madeira, J. (2007), “A Legião Portuguesa”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap11.
- Madeira, J. (2008), “As Oportunidades perdidas da oposição”. In Paço, A.S. (coord), *Os anos de Salazar: 1946-1948 As oportunidades perdidas da oposição*, (s.l.), Centro editor PDA.
- Marques, E. M. (1996), “Memória Operária, Memória Local”. In *Arquivos da Memória, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*, 1996, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa: 57-67.
- Marques, E.M. (1997), *Associação Recurso do Operário: antecedentes e alguma contextualização*, Estudos e Documentos Nº5, Edições Museu Santos Barosa da Fábrica do Vidro.
- Martins, H. (2006), *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Mesquita, A.(s.d.), “A cidade e a aldeia”. In *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, Porto, Editora Educação Nacional, pp. 86
- Mónica, M.F., In *Análise Social, Vol XVII (67-68)*, 1981-3º-4º, pp.505-571
- Namora, F. (1997), *Cidade Solitária*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Neves, J. (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, Lda.
- Neves, M.(s.d.), “Cruz de Cristo”. In *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, Porto, Editora Educação Nacional, pp.127



- Nunes, H.F. (1997), *18 de Janeiro de 1934, Rostos...: Subsídios para a história da Marinha Grande*, Marinha Grande, ed. autor em colaboração com o Jornal da Marinha Grande.
- Nunes, H.F. (1998), *AUGUSTO COSTA Um vidreiro no Tarrafal*, Marinha Grande, Compasso.
- Oliveira, A. C. (1922), *Na hora da incerta ou A Nossa Pátria (Redondilhas que o Povo Escreveu)*, A Terra do Paraíso, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- Paiva, M. V. (2006), *Álvaro Cunhal ao Canto do Espelho*, Vila Nova de Gaia, Editora Calendário de Letras
- Patriarca, F. (1997), *O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*, Estudos e Documentos Nº6, Edições Museu Santos Barosa da Fábrica do Vidro
- Pimentel, I. F. (2007), “Deportação e exílio”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap12.
- Pimentel, I.F. (2007), “A Censura”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap1.
- Pimentel, I.F. (2007), “As Medidas de Segurança”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap6.
- Pimentel, I.F. (2007), “Julgamento políticos”. In Madeira, J.; Farinha, L.; Pimentel, I.F., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, cap5.
- Pimentel, I.F. (2007), *A história da P.I.D.E.*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Poirier, J. et al (1999), *Historia de Vida: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- Ribeiro, J. (2008), *Mulheres da Marinha Grande – Histórias de luta e de coragem*, Leiria, Folheto
- Ribeiro, M.C, (200), *A polícia Política no Estado Novo:1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rodrigues, L.N. (1995), “ «A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936”. In *Análise Social*, vol XXX (130), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Rosas, F. (1994), “O Estado Novo”. In Mattoso, J.(org), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.

- Rosas, F. (1995), *Portugal entre a Paz e a Guerra, Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. In *Análise Social*, vol XXXV (157), Lisboa, pp.1031-54.
- Scott, J. (1990), *Domination and the arts of resistance – Hidden Transcripts*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- Signorelli, A. (1999), *Antropología Urbana*, Barcelona, Anthoropos Editorial.
- Sombra, R. (1974), *Dossier P.I.D.E.*, Lisboa [etc.], Agência Portuguesa de Revistas
- Tiago, M. (1998), *Fronteiras*, Lisboa, Edições Avante
- Trindade, L. (2008), *O estranho caso do nacionalismo português: o salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Van Gennep, A. (1909)(1981), *Les Rits de Passage*, Paus, Picard.
- Weber, M. (2001), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

### **Dicionários**

- Costa, J. e Melo, A. (1975), *Dicionário*